



25 ABRIL com o Povo em todo o País

Págs. 4, 5 e 6

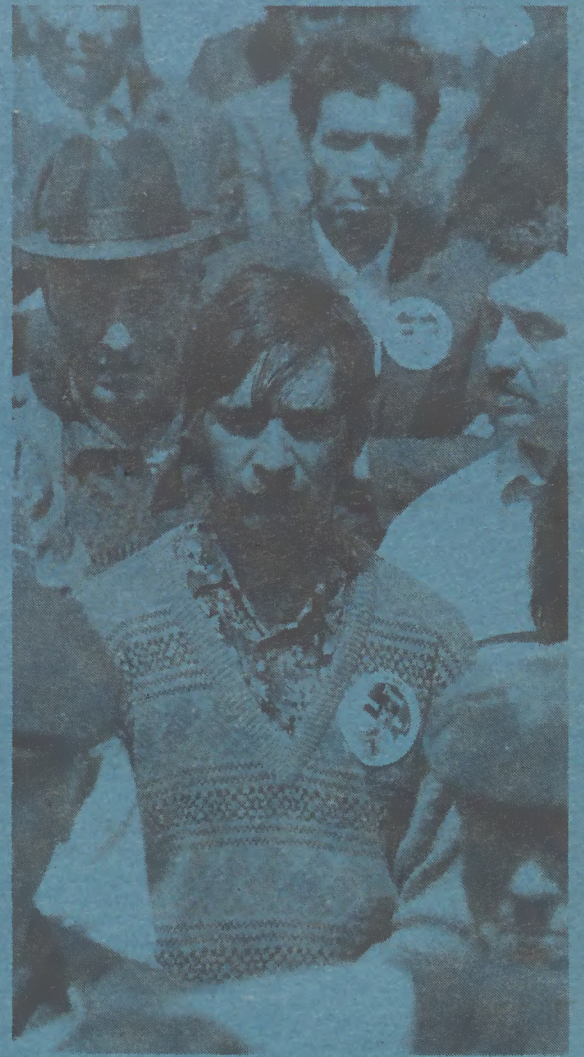


1.º MAIO uma resposta enérgica

Editorial
Pág. 2

Comissão Política do PCP saúda a luta dos agricultores portugueses

Pág. 3



Manifestação de agricultores em Lisboa

Centrais



Os 150 anos do Tribunal da Boa-Hora

- *Intervenção
de Octávio Pato*

Págs. 20 e 21



Isto anda tudo ligado...

- *Artigo
de José Casanova*

Pág. 18



Manifestação comemorativa do 25 de Abril, em Lisboa

RESUMO

21 Quarta-feira

Numa visita acompanhada da comunicação social aos concelhos de Sintra e Cascais, os vereadores, da CDU, Lino Paulo e Carlos Sota reafirmam as suas preocupações relativamente à degradação da chamada área protegida daqueles dois concelhos ■ O Presidente da República, Mário Soares, encontra-se com o Presidente dos EUA, Bill Clinton, com quem discute, entre outros assuntos, a questão timorense ■ Sob o patrocínio do Secretário-Geral da ONU, termina em Roma uma reunião inconclusiva entre os ministros dos Negócios Estrangeiros de Portugal e da Indonésia, sobre os problemas de Timor-Leste ■ O secretário de Estado norte-americano Warren Christopher anuncia que as conversações de paz israelo-árabes serão retomadas no próximo dia 27 ■ É anunciado em Espanha que o Ministério da Saúde dará uma indemnização de cerca de 15 mil contos a cada um dos 1200 hemofílicos infectados com Sida com a utilização de sangue contaminado fornecido pelos hospitais públicos.

22 Quinta-feira

Centenas de operários metalúrgicos em greve manifestam-se frente à presidência do Conselho de Ministros protestando contra o plano de reestruturação do sector naval apresentado pelo grupo Mello ■ A Junta Metropolitana de Lisboa aprova um memorando que contém as suas posições quanto ao programa de irradiação das barracas e um alerta quanto a problemas levantados pelas alterações a introduzir na Lei de Finanças Locais ■ Numa reunião pública, diversas personalidades políticas, autárquicas e sindicais declaram a sua solidariedade para com os dirigentes da ASPP, vítimas de processos disciplinares ■ Demite-se em Roma o primeiro-ministro italiano, Giuliano Amato, na sequência de escândalos que abalaram a vida política do país ■ Começam em Pequim negociações entre os governos britânico e chinês sobre as reformas constitucionais em Hong-Kong ■ O presidente sul-africano Frederik de Klerk admite, num discurso no Parlamento, a possibilidade de as primeiras eleições multi-raciais se realizarem até ao fim deste ano ou, o mais tardar, até ao fim de Março de 1994.

23 Sexta-feira

Após ter sido anunciado que o Presidente da República não participaria na sessão comemorativa do 25 de Abril, caso não fosse entretanto resolvido o diferendo entre o grupo parlamentar PSD e a comunicação social, bem como a decisão dos grupos parlamentares do PCP e do PS de não intervirem naquela sessão, Barbosa de Melo, Presidente da Assembleia da República, anula as mesmas comemorações ■ Decorre no Tribunal da Boa-Hora a segunda sessão do julgamento do ex-Governador de Macau, Carlos Melancia ■ Chegam a Maputo os primeiros militares portugueses que vão integrar a força de capacetes-azuis da ONU ■ Boris Ieltsin anuncia, em Moscovo, um projecto de Constituição nas vésperas de um referendo que não contém qualquer questão sobre disposições constitucionais ■ Bill Clinton anuncia em conferência de

imprensa que irá formular muito brevemente uma nova estratégia para a crise na ex-Jugoslávia.

24 Sábado

Morre em Joanesburgo, com a idade de 75 anos, Oliver Tambo, presidente nacional do ANC e figura prestigiada da luta contra o apartheid ■ Realiza-se em Lisboa, com a presença do Presidente da República e de vários expressos antifascistas, entre os quais o dirigente comunista Octávio Pato, uma sessão comemorativa dos 150 anos da criação do Tribunal da Boa-Hora ■ É criado em Coimbra o Conselho Empresarial do Centro, integrado por 55 associações empresariais ■ Com a entrega de um documento de compromisso elaborado pela ONU, prosseguem em Abidjan as conversações entre as delegações do Governo angolano e da UNITA sobre a paz em Angola.

25 Domingo

Realizam-se em todo o país manifestações comemorativas do 25 de Abril. Em Lisboa, milhares de pessoas desfilam entre a Praça do Marquês de Pombal e o Rossio ■ Em idêntica cerimónia, realizada em Braga, o presidente da República, Mário Soares, afirma que tudo fará «para manter a estabilidade política e social num clima de diálogo e concordância» ■ Uma centena de manifestantes antifascistas evocam, no Porto, junto das instalações da ex-PIDE-DGS, a luta do povo português anterior ao 25 de Abril ■ David Owen, co-presidente da Conferência sobre a ex-Jugoslávia, afirma em Zagreb que não tencionava introduzir modificações no plano de paz para a região.

26 Segunda-feira

Milhares de agricultores manifestam-se, no final de uma marcha pelas principais artérias de Lisboa, frente à residência de Cavaco Silva, ao Parlamento e à sede do INGA, protestando contra a política agrícola comum e as condições gravosas dos agricultores portugueses ■ Entretanto, o primeiro-ministro reúne-se em S. Bento com 18 governadores e 3 vice-governadores civis do Continente para analisar os trabalhos preparatórios do novo Plano de Desenvolvimento Regional ■ Durante mais uma sessão do julgamento de Xanana Gusmão, a acusação pede ao Tribunal de Dili a sua condenação a prisão perpétua ■ O Governador do Banco de Itália, Carlo Azeglio Ciampi, é indigitado pelo Presidente Oscar Scalfaro para formar o novo governo italiano.

27 Terça-feira

Na recepção ao Presidente português, a rainha Isabel II responsabiliza a Unita pela continuação da guerra em Angola ■ O «Público» revela que o Governo mandou suspender por dois meses a publicação dos dados sobre a evolução do emprego em Março ■ Inicia-se em Lisboa o julgamento da corrupção no Ministério da Saúde ■ Agostinho Lopes divulga aos jornalistas as principais conclusões da reunião de ontem da Comissão Política do PCP ■ Vários países iniciam um controlo extremamente rigoroso das fronteiras da Jugoslávia (Sérvia e Montenegro).

EDITORIAL

No 1.º de Maio uma resposta enérgica



que se passou com as comemorações oficiais do 25 de Abril impõe uma séria reflexão sobre o presente momento da política nacional e exige uma resposta enérgica no 1º de Maio.

Pela primeira vez, nestes dezanove anos que decorreram depois da Revolução dos Cravos, as celebrações do 25 de Abril cingiram-se às comemorações populares e às iniciativas das autarquias locais.

Não houve nenhum acto comemorativo de iniciativa do poder central. Nem a sessão na Assembleia da República, nem a tradicional parada militar.

Mas também não houve qualquer risco do 25 de Abril poder passar em esquecimento.

As comemorações populares e autárquicas assinalaram-no em todo o país, de forma expressiva e nalguns casos largamente participada, como aconteceu em Lisboa, com o desfile da Avenida da Liberdade e o comício do Rossio, confirmando mais uma vez como os ideais de Abril estão enraizados no coração dos portugueses.

Algumas iniciativas das autarquias, como a homenagem da Câmara de Lisboa a Salgueiro Maia, com a atribuição do seu nome a uma rua da cidade, e a inauguração do monumento ao 25 de Abril em Braga, viram o seu significado institucional e político muito salientado pela ausência das comemorações a nível do poder central.

A grande questão que se coloca à opinião democrática e a todo o povo português é a de saber qual é a atitude dos órgãos centrais do Estado, designadamente do Governo, em relação ao acto fundador do regime democrático português que é o 25 de Abril.

O país ignora que razões levaram as Forças Armadas a não realizar este ano a tradicional parada comemorativa. Sabe-se que o CEMGFA, general Soares Carneiro, não morre de amores pelo 25 de Abril. Mas que têm a dizer sobre isto o ministro da Defesa e o Governo? O que pensa sobre a matéria o Presidente da República que é constitucionalmente o Comandante Supremo das Forças Armadas?

Na homenagem a Salgueiro Maia, o Governo não arranhou nenhum ministro, fez-se representar pelo secretário de Estado da Defesa estando presente o Presidente da República, o Presidente da Assembleia da República e outras altas individualidades civis e militares. Nas cerimónias de Braga, o Governo fez-se representar pela vice-governadora civil.

São conhecidas as peripécias que levaram à anulação da sessão solene comemorativa da Assembleia da República pelo seu Presidente, Barbo-

sa de Melo. Mas não foram suficientemente salientadas todas as responsabilidades que cabem ao PSD nesta anulação.

Responsável pela criação do conflito com os jornalistas, pela imposição do regulamento das restrições à sua circulação, o PSD levou a sua intransigência e arrogância até ao fim não correspondendo a uma proposta que por eles lhe foi feita e que lhe permitiria recuar salvando a face.

Não pode deixar de se pensar que o PSD fugiu a encontrar uma solução para o conflito com os jornalistas por querer precisamente provocar a anulação da sessão do 25 de Abril.

Este juízo é corroborado pela grande incomodidade que o Partido do Governo e o seu líder Cavaco Silva desde sempre manifestaram em relação à sessão parlamentar comemorativa da Revolução dos Cravos e terem

O 1º de Maio, pelo significado nacional e internacionalista que reveste para os trabalhadores, é a ocasião para dar a esta vontade de lutar a mais ampla e a mais afirmativa expressão.

proposto desde há muitos anos a sua eliminação. Aliás o primeiro-ministro sumiu-se positivamente no passado domingo, o que já levou alguém a comentar que "Cavaco Silva foge do 25 de Abril como o diabo da cruz".

Na actuação do PSD há ainda que referir o almoço do Grupo Parlamentar laranja, convocado como que em desafio às oposições e aos jornalistas, pretensamente para comemorar Abril, na verdade para reafirmar as posições no conflito que afecta a Assembleia por parte da maioria parlamentar, que discursou e aplaudiu em família, revelando uma inflexível vocação para partido único.

Permanece como mais um mistério deste 25 de Abril que a comunicação social (televisões, rádios e jornais) não tenham boicotado esta realização parlamentar do PSD e que alguns lhe tenham dado larga cobertura (poucos com ironia), quando têm sido tão severos para com iniciativas de outros partidos e dos seus órgãos dirigentes efectuadas fora da Assembleia e de remota incidência nos seus trabalhos, como tem acontecido com o PCP.

A excepção do importante discurso proferido no Rossio pelo coronel Vítor Alves, da Associação 25 de Abril, em nome da Comissão Organizadora das Comemorações Populares

(que publicamos na íntegra nesta edição do "Avante!"), a palavra comemorativa neste 19º aniversário da Revolução acabou por ser dominada, em larga medida, pelo discurso, em Braga, do Presidente da República.

Revestem uma particular oportunidade neste discurso, tanto a condenação do autoritarismo e da arrogância (cujo destinatário não se ignora) e implicitamente da conduta do PSD no conflito com os jornalistas, como as preocupações em relação à crise económica e social, merecendo destaque a afirmação de que "é chegada a altura de acentuar a dimensão social do desenvolvimento que seguimos".

Não pode, no entanto, deixar de se observar que esta preocupação é dificilmente compatível com a defesa da União Europeia (e embora mais mitigadamente de Maastricht) e do "cumprimento das metas de convergência", que também foi feita pelo Presidente da República.

Trata-se, mais ou menos, da quadratura do círculo com que também o PS, em posição semelhante, se tem debatido sem ser capaz de apresentar uma solução credível.

Em largos sectores do país, há hoje a ideia clara de que as políticas de convergência nominal no quadro de Maastricht são uma das causas principais do descalabro económico e social que o país está a sofrer.

A jornada do 1º de Maio tem que constituir uma grande afirmação da luta dos trabalhadores, em torno dos objectivos já apontados no manifesto da CGTP, mas é indispensável que represente também uma enérgica resposta às forças da direita e ao seu projecto de poder autoritário que mais uma vez se fez sentir na passagem do aniversário do 25 de Abril.

As condições são favoráveis para uma grande mobilização. O endurecimento das condições sociais, os novos planos do Governo e do patronato para descarregar os custos da crise sobre os trabalhadores, as lutas e as movimentações que vêm de trás, as acções do 25 de Abril, a manifestação dos agricultores de 26 de Abril constituem um incentivo importante para o prosseguimento da luta.

O 1º de Maio, pelo significado nacional e internacionalista que reveste para os trabalhadores, é a ocasião para dar a esta vontade de lutar a mais ampla e a mais afirmativa expressão.

A confraternização e a festa são uma componente essencial do Dia dos Trabalhadores. Uma componente que fortalece a unidade, a amizade e a solidariedade e exprime a confiança na vitória futura dos nossos ideais.

Por isso mesmo, a Comissão Política do PCP na sua nota de 26 de Abril apela aos homens e mulheres do nosso país para que "façam do 1º de Maio a festa e a luta por uma nova política que retome os ideais e as aspirações de Abril".

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72
DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 183990 Fax: 796 22 64
ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90, 7ªA, 1100 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058. NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO ADE'S Editorial «Avante!» — Av. Almirante Reis, 90, 7ªA, 1100 Lisboa. Telef. (01) 814 61 73
Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira: Telef. (01) 814 61 73

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição. Sede: Rua do Norte, 115, 1ª, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04. Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra. Telef. (039) 71 35 77
Delegação Norte: R. Monte dos Pinos, 325, Guifões, 4450 Matosinhos. Telef. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90-7ªA 1100 Lisboa — Telef. (01) 814 61 73
PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7ªA 1100 Lisboa — Telef. (01) 814 61 73

Composto e impresso na Heka Portuguesa, SA R. Elias Garcia, 27 Venda Nova — 2700 Amadora Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS

PORTUGAL (CONTINENTE) — 50 números: 5.400\$00; 25 números: 2.790\$00
REGIÕES AUTÓNOMAS — 50 números: 6.786\$00
ESPAÑA — 50 números: 9.326\$00
MACAU — 50 números: 13.042\$00
GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE — 50 números: 14.056\$00
EUROPA (e ARGÉLIA, MARROCOS, TUNÍSIA) — 50 números: 14.960\$00
EXTRA-EUROPA — 50 números: 18.760\$00

IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____ Telef. _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

PCP

Nota da Comissão Política

São justos os protestos dos agricultores

1. A manifestação de agricultores ontem realizada em Lisboa, promovida pela CNA e suas associações regionais, evidencia mais uma vez a urgente necessidade de outra política agrícola.

A Comissão Política do PCP saúda vivamente a luta e a combatividade dos agricultores portugueses vindos a Lisboa, para «Salvar a Agricultura Portuguesa», e que culmina um prolongado período de iniciativas de protesto e reclamação, que por todo o País tem decorrido desde o início do ano. São justos os seus protestos, são correctos e do interesse do País os seus objectivos.

Enquanto se acumulam mais dados (se ainda fossem necessários) que esclarecem de forma insofismável a gravidade da situação - quebra de rendimentos dos agricultores, redução do aprovisionamento nacional, um endividamento de muitos milhões de contos de agricultores e cooperativas e o estado de falência ou pré-falência de mais de 5 mil explorações agrícolas, o Governo, insensível e surdo, insiste na rota, rumo à total destruição da agricultura portuguesa. Demagógicamente, anuncia um Pacote de Medidas que é uma enorme fraude política e não dá qualquer resposta concreta aos problemas imediatos e urgentes que afligem a lavoura nacional - preços e escoamento da produção nacional, contenção das importações, menor custo dos factores de produção, bonificação do crédito, e estabelecimento de um diálogo sério e não discriminatório com todas as organizações agrícolas. Diálogo que terá de significar disponibilidade do Governo para encontrar-se com representantes dos agricultores e não isolá-los com grades ou recebê-los com polícia de choque.

Enquanto se desenvolvem no plano comunitário um conjunto de processos convergentes e negativos para a agricultura - a aprovação do Pacote de Preços para 1993/94, a Reforma da PAC respeitante aos produtos mediterrânicos e em especial da Organização Comum de Mercado (OCM) vitivinícola com particular importância para Portugal, que está a desenvolver-se no mais completo segredo, a continuação das negociações do GATT caracterizadas pela cedência dos órgãos comunitários à chantagem dos EUA - o Governo prepara-se para uma concretização «económica» das medidas compensatórias da Reforma da PAC, em obediência aos critérios orçamentais restritivos conforme a Convergência Nominal imposta por Maastricht.

Enquanto o Pacote de Preços se traduzirá no próximo ano em nova baixa de preços da produção agrícola e a possível aprovação do GATT nos termos dos acordos EUA/CEE de Novembro de 1992, significará até ao ano 2000 uma nova baixa de rendimentos dos agricultores da Comunidade de cerca de 35%, atingindo provavelmente em grau agravado os agricultores portugueses, o Governo pretende aprovar normas para as medidas de acompanhamento da Reforma da PAC que serão, em média, 3 a 5 vezes menores que os valores a que terá direito a restante agricultura da Comunidade.

Enquanto todos os outros países comunitários multiplicam os sistemas de ajudas nacionais, quer avalizadas pelos órgãos comunitários em França, Espanha, Irlanda, Alemanha, quer mesmo à margem da regulamentação comunitária (casos recentes na Alemanha e Itália), o Governo do PSD continua a invocar as regras da PAC e do Mercado Único para recusar o conjunto de medidas que se impõem para salvar a agricultura portuguesa, inclusive para tentar desacreditar o Programa de Emergência que o PCP propôs a 18 de Fevereiro e avança com mais uma tentativa para liquidar a Lei dos Baldios, o que procurará consumir na Assembleia da República na próxima 5ª feira, com a vergonhosa cumplicidade do PS.

Enquanto se verifica agora que os principais países da Comunidade procederam à aplicação do Reg. (CEE) 768/89 (cuja validade expirou em 31 de Março de 1993) - Regime de Ajudas ao Rendimento Agrícola - para as explorações agrícolas afectadas por turbulências de mercado decorrentes da Reforma da PAC, o ministro da Agricultura português opôs-se taxativamente à sua concretização em Portugal apesar das múltiplas reclamações e propostas do PCP.

A continuada assunção pelo Governo de uma linha de desvalorização e subestimação da dimensão da crise que atinge os agricultores portugueses, que é por si mesmo uma atitude de inad-

missível soberania autista, reduz fortemente toda a capacidade reivindicativa e negocial do País nos órgãos comunitários. Quando se exigia partir da crise real, do descontentamento social, para reclamar medidas excepcionais para a nossa agricultura correspondentes à sua especificidade, apoiando-se na vasta e enorme convergência de opiniões de organizações sociais e políticas sobre os problemas e as soluções, o Governo prossegue com um posicionamento de falso optimismo, negando a evidência de crise e de reverência bacoca perante os poderosos e os poderes da Comunidade.

A Comissão Política sublinha a necessidade de os agricultores continuarem a luta, como questão central para a resolução dos seus problemas imediatos e de salvaguarda da agricultura nacional. Pela nossa parte, continuaremos a insistir ser plenamente válido, conforme ao princípio da «especificidade da agricultura portuguesa», e absolutamente necessário um Programa de Emergência que integre:

A definição de um plano de intervenção para as produções em maiores dificuldades;

Linhas de crédito com juros fortemente bonificados e ajudas a fundo perdido dirigidas à produção e a outros sectores;

A intervenção junto da Comunidade Europeia para obtenção de condições de política agrícola e comercial necessárias à defesa de interesses vitais do País;

O urgente estabelecimento do diálogo do Ministério da Agricultura com todas as organizações dos agricultores, sem discriminações.

2. No plano social, o preocupante aumento do desemprego, o ressurgimento em força dos salários em atraso e o bloqueamento da contratação colectiva são traços marcantes do agravamento da situação social.

A Comissão Política considera que as recentes declarações do ministro do Emprego quanto à desresponsabilização do Governo no aumento do desemprego não são só a desmistificação da propaganda da «política de sucesso», como revelam a tentativa de lavar as mãos de uma situação que tende a agravar-se. O processo de destruição do aparelho produtivo, os desmembramentos e as privatizações de empresas levadas a cabo pelo Governo são causas objectivas do agravamento da situação social.

A Comissão Política alerta os trabalhadores, as instituições e a opinião pública para o facto de o Governo e das Administrações que tutela estarem a tentar esvaziar o direito à greve através dos denominados «serviços mínimos».

Bloqueando e impedindo a liberdade de negociação da contratação colectiva e mutilando o direito de greve, o Governo não só viola direitos fundamentais como transforma um problema social e laboral numa questão que tem a ver com o regime democrático. O carácter persecutório e discriminatório que atinge hoje dezenas de dirigentes e

Agostinho Lopes apresentou aos jornalistas as conclusões da reunião de segunda-feira da Comissão Política, anunciando para o final de Maio uma interpelação ao Governo sobre a recessão económica e a degradação da situação social, e alertando para o facto de ir hoje a plenário na AR mais uma tentativa de alterar a Lei dos Baldios



oposição firme para uma política diferente

activistas sindicais em muitas empresas é mais um inquietante sinal.

No plano da Segurança Social começam a verificar-se atrasos no pagamento de subsídios e abonos enquanto o Governo prepara medidas de desarticulação do sistema, alterando a forma de cálculo, a idade de reforma das mulheres e outras medidas avulsas, visando a desresponsabilização social do Estado.

A Comissão Política decidiu dar o seu acordo à proposta do Grupo Parlamentar do PCP, de promover, em princípio em finais de Maio, uma interpelação ao Governo sobre a «recessão económica e a degradação da situação social» que se registam no País.

3. A vitalidade e a amplitude nacional das comemorações populares do 25 de Abril continuam a demonstrar a perenidade dos sentimentos e o enraizamento dos valores da Revolução de Abril! Estão bem vivas no coração do povo português a liberdade e a democracia reconquistadas, os direitos sociais e políticos alcançados, os anseios de justiça social e solidariedade, apesar das agressões e golpes infligidos pela política de sucessivos governos de direita.

A grande participação dos trabalhadores e do povo constituiu também um veemente repúdio pelo crescente autoritarismo e reaccionarismo de Cavaco Silva, do seu Governo e Grupo Parlamentar.

No quadro do arrogante e antidemocrático comportamento do PSD, assume particular e negativo significado a situação que conduziu à não realização das comemorações oficiais do 25 de Abril na Assembleia da República, na continuidade e consequência do confronto que o Grupo Parlamentar do PSD vem travando com os jornalistas parlamentares.

A gravidade da situação social, à forte dinâmica dos movimentos populares, da luta dos trabalhadores, dos agricultores, dos estudantes, dos sectores atingidos pelas gravosas políticas de saúde, de segurança social, e as magníficas jornadas do 25 de Abril, perspectivam grandiosas comemorações do 1º de Maio.

A Comissão Política apela a todos os trabalhadores portugueses a que façam da jornada do 1º de Maio, convocada pela CGTP-IN por todo o País, uma forte e determinada reafirmação da justiça da luta dos trabalhadores em defesa dos postos de trabalho, por melhores salários, pelos seus direitos.

Um dia de solidariedade internacionalista com todos os trabalhadores e povos do mundo, em luta pela resolução dos graves problemas, da fome, da doença, da miséria, que afectam 3/4 da humanidade, em luta pela cooperação e pela paz e contra o apartheid, a xenofobia e o racismo, que tendem a ser agudizados pelo imperialismo no seu afã de diminuir os custos das recessões e crises do capitalismo.

A Comissão Política apela aos homens e mulheres deste País a que façam do 1º de Maio a festa e a luta por uma nova política que retome os ideais e aspirações de Abril.



NACIONAL

Com o povo na rua 25 de Abril sempre!

Apesar do mau tempo que se fazia sentir já de véspera, as comemorações do 25 de Abril realizaram-se um pouco por todo o País, com iniciativas que contaram com forte participação popular.

Em Lisboa, muitos milhares de pessoas, que não esqueceram os guarda-chuvas, concentraram-se no Marquês de Pombal e desceram a Avenida da Liberdade, gritando «fascismo nunca mais, 25 de Abril sempre!». Panos e dísticos diziam-nos que ali estavam representados os principais sectores de actividade económica da região da capital, assim com a grande maioria das autarquias, associações, sindicatos.

O desfile, que começou já depois das quatro da tarde, atingiu o Rossio já passava das cinco horas. Aí, perante uma praça cheia de gente, o conhecido actor Moraes e Castro, que apresentou os membros da Comissão Promotora presentes, não deixou de fazer referência ao «boicote» às comemorações deste ano, anunciando que, naquele mesmo dia, a Associação 25 de Abril começara a organizar o 20º aniversário da revolução, com vista a assinalá-lo como grandes iniciativas em todo o País, para o que apelou aos presentes no sentido de participarem nos grupos de trabalho que a Associação vai criar em breve. Moraes e Castro deu de seguida a palavra ao coronel Vítor Alves, que proferiu o único discurso da ocasião. Antes, porém, subiram ao palco várias individualidades públicas do País, que integraram a Comissão Promotora das comemorações populares do 25 de Abril de 1993. Assim, por ordem

crise e se avolumam suspeitas de que isso provoque medidas cada vez mais lesivas de interesses fundamentais dos trabalhadores e do povo em geral, baseadas numa prática autoritária que se vem acentuando nos últimos tempos. «A concretização de muitas das esperanças nascidas há 19 anos, e que continuam a ser adiadas, só poderá ser alcançada se alicerçada nos valores da democracia e da liberdade. Assistimos com preocupação à expansão de sentimentos racistas, nada de acordo com a cultura e o passado dos portugueses. Por isso, a solidariedade terá de ser mais acentuada, mais defendida e verificável - solidariedade efectiva que não pode ficar-se por declarações de princípios, solidariedade interna de portugueses para portugueses, mas também solidariedade para com outros povos, nomeadamente com os povos dos países que utilizam a nossa língua para se expressarem. Assim, afirmamos a nossa mágoa e a nossa revolta pela continuada anexação de Timor e pelo esmagamento do povo maubere. Aqui lhes renovamos a nossa solidariedade pela sua luta na conquista da autodeterminação e independência. Igualmente aqui expressamos a nossa solidariedade para com o povo angolano que demonstrou de forma clara e inequívoca o seu desejo de paz e liberdade. Paz a que tem direito, mas que viu novamente adiada porque uma das forças beligerantes renegou os compromissos assumidos e desencadeou de novo as hostilidades, com a conivência activa ou passiva da comunidade internacional, a quem cabe a responsabilidade maior de impor a aceitação dos resultados do jogo, cujas regras ela própria definiu.

«Ao manifestarmos a nossa esperança de que a paz volte de novo a Angola, aqui deixamos também a nossa solidariedade para com o povo moçambicano no seu processo de procura e consolidação da paz, fazendo votos para que se não repita a situação de Angola.

«E Abril continuará a cumprir-se quando a paz e liberdade forem usufruídas por esses povos irmãos. Como se cumprirá também quando a sociedade em Portugal se basear na dignidade da pessoa humana e os portugueses não forem utilizados apenas como factores de produção ou meros números estatísticos. O



alfabética, foram anunciadas personalidades como Alcina Bastos, António Abreu, António Feio, Aquilino Ribeiro Machado, Blasco Hugo Fernandes, Carlos Grilo, Feliciano David, Francisco Tomás, Isabel Castro, João Cunha Serra, João Proença, José Manuel Carinhas, Luísa Irene Dias Amado, Manuel Lopes, Mário Casquilho, Stella Piteira Santos, Tito Moraes, Vasco Lourenço e por fim o orador da sessão, Vítor Alves, cujo discurso reproduzimos:



Foi há 19 anos

«Foi há 19 anos, ao som de Grândola Vila Morena. Os Capitães de Abril

interpretavam o verdadeiro sentido e os reais interesses dos portugueses e davam o golpe de misericórdia num regime ilegítimo, fascista, colonialista e caduco.

«Numa arrancada patriótica, o Movimento das Forças Armadas culminava a resistência do povo português à ditadura, reabria a porta à liberdade e à democracia, criava as condições para a resolução da questão colonial e iniciava um profundo processo de desenvolvimento das mentalidades e do País. E porque o povo é quem mais ordena a poesia saiu à rua.

«19 anos depois relembramos aqui essa jornada maravilhosa. Ao fazê-lo seja-me permitido evocar os democratas que durante este último ano nos deixaram, física que não espiritualmente. Em primeiro lugar, um companheiro que connosco desceu sempre a Avenida da Liberdade e algumas vezes aqui usou da palavra - o nosso Fernando Piteira Santos; na sua pessoa e em Rogério Paulo, Manuel da Fonseca e Natália Correia recordo todos os companheiros democratas falecidos ultimamente. Em sua memória peço um minuto de silêncio.

«19 anos depois voltamos a rememorar essa data libertadora, reafirmando, hoje como então, o nosso apego aos valores da liberdade da democracia, da justiça social, da solidariedade, da igualdade, da dignidade e da paz. E seguiremos fazendo, desta ou doutra forma, porque os valores que Abril nos trouxe continuam, e continuarão, como suportes fundamentais da sociedade que queremos para Portugal. Não o fazemos, portanto, numa perspectiva saudosista ou de ritual, mas sim numa afirmação de alegria, pela libertação, de solidariedade de todos com cada um, de reflexão e de empenhamento na luta pelos ideais de Abril.

«A reafirmação do apego a estes valores reveste-se ainda de maior significado quando a situação no País começa a ser de



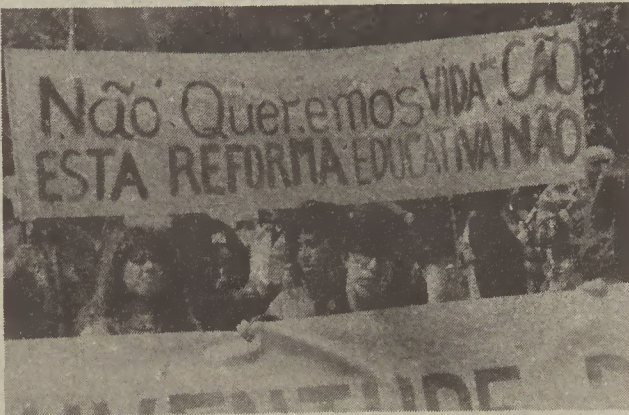
NACIONAL



Portugal de Abril não pode assentar fundamentalmente em valores tecnocráticos, não sendo admissível exigir às classes já sacrificadas que suportem todo o peso da crise crescente. A solução dos problemas da sociedade portuguesa não pode passar pelos salários baixos, quando não em atraso, pelo desemprego, ou pela precarização do trabalho, nem pelo estrangulamento dos pequenos e médios empresários e agricultores condenando-os a inevitáveis falências. O cavar das desigualdades não pode continuar. Pelo contrário, há que exigir cada vez mais igualdade. «Por outro lado, a democracia não se esgota de modo algum nos seus aspectos formais. Por maior que seja a legitimidade democrática ela não dispensa a prática do diálogo nem justifica a utilização de métodos autocráticos. A legitimidade de uma maioria desqualifica-se quando esta abusa da sua força e se revela sistematicamente impermeável a quaisquer sugestões ou argumentos exteriores ao seu universo restrito. Como igualmente se desqualifica quando permite a criação de uma convicção generalizada da prática de corrupção e de tráfico de influências. Quanto maior for a maioria maior é a necessidade de transparência.

«A hora é de crise, a luta é dura. Pela primeira vez após 25 de Abril de 1975, o Parlamento não comemora o 25 de Abril. A razão invocada é a falta de cobertura dos órgãos de comunicação social. Quem provocou? Como podem os nossos legítimos representantes ignorar Abril? Sejamos prudentes. Dos três órgãos de soberania com capacidade para tal, só um, o Presidente da República, comemora. Será que para o ano, no 20º aniversário, não se utilizará o precedente agora aberto? Estejamos atentos.

«Uma disciplinada maioria lá conseguiu finalmente libertar-se daquela, para si, rotineira hipocrisia. Já o havia tentado através da lei dos feriados - que bom seria comemorar sempre o 24 de Abril. Não o conseguiram, mas astúcia não lhes falta. Basta provocar uma situação na altura própria e o objectivo acaba por se atingir. Unamo-nos por Abril. Trabalhem para que as diversas forças democráticas defensoras dos valores de Abril se unam num esforço comum à volta do essencial, procurando esquecer o acessório que as divide. A sua divisão apenas esquecerá aos que na prática sempre negaram Abril. «Evocamos aqui hoje o 25 de Abril de 1974. Ao fazê-lo evocamos todos os resistentes que deram o melhor de si, quantas vezes a própria vida à conquista da liberdade, semeando aquilo que todos viriam a colher. Evocamos os militares que em Abril viabilizaram essa conquista. Relembrando esses dias empolgantes, buscamos forças para manter bem vivos os ideais que nos nortearam na acção



libertadora de 1974. Saudando todos os democratas, convidamos a assumir as responsabilidades pelo reencontro do País com as perspectivas que Abril abriu.

«Por nós continuaremos empenhados na tarefa de construir um Portugal sempre renovado, um Portugal onde todos tenhamos lugar de corpo inteiro, dignos, livres, solidários e felizes.

«Viva o 25 de Abril, viva Portugal.»

Monumento em Braga

A inauguração em Braga de um monumento ao 25 de Abril foi outro importante acontecimento que contou com a presença do Presidente da República. Também aqui, o Governo menosprezou claramente a iniciativa, delegando no vice-governador civil a sua representação.

Homenagem a Salgueiro Maia

Na manhã de domingo passado, o nome de Salgueiro Maia era atribuído a uma rua de Chelas. No acto de descerramento da lápide, estiveram presentes o Presidente da República, Mário Soares, o Presidente da Assembleia da República, Barbosa de Melo, os chefes dos três ramos das Forças Armadas, os marechais António Spínola e Costa Gomes, o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Jorge Sampaio, e o Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, João Amaral. Estavam ainda presentes, para além da viúva do homenageado, Natércia Maia, vários capitães de Abril, bem como uma delegação do PCP constituída pelos membros da Comissão Política, Octávio Teixeira, líder parlamentar da bancada comunista na AR, e Carlos Brito, director do «Avante!». O Governo fez-se representar pelo secretário Estado da Defesa.

Mário Soares, no seu discurso, salientou que «todos os que desempenham funções públicas têm obrigação estrita de se curvar perante estes homens, os capitães de Abril, que nos trouxeram a liberdade». Por seu lado, o Governo demonstrou dificuldade em aceitar estas palavras do PR, pelo menos a julgar pela forma descolorida como se fez representar nesta cerimónia ou mesmo pela ausência com que prinou noutras. Quem pensa que o Governo muito contribuiu para que não houvesse cerimónia comemorativa do 25 de Abril na Assembleia da República, tem pois agora fundadas razões para fazer tal juízo.



Encontro de democratas em Setúbal, no sábado

NACIONAL

Com o povo na rua

25 de Abril sempre!

O PR, nas palavras que proferiu, insistiu na necessidade de diálogo, de maior democracia e participação do cidadãos. Mário Soares sublinhou que o 19º aniversário do 25 de Abril ocorre num momento em que o País, a Europa e o Mundo vivem «tempos difíceis de recessão económica acompanhada, tantas vezes, de uma crise moral e política dificilmente definível», mas não deixou de ressaltar que «temos demasiadas dificuldades concretas para nos darmos ao luxo de nos deixar dividir por questões artificiais», apelando ao reforço da «unidade nacional» em torno dos «grandes objectivos mobilizadores»...



Em todo o País

Em todo o País, realizaram-se dezenas, senão mesmo centenas, de iniciativas que marcaram a passagem do 19º aniversário da Revolução dos Cravos. Na impossibilidade de referir todas elas, não quisemos, no entanto, deixar de realçar um largo conjunto de realizações, cuja notícia chegou à nossa Redacção. Na Freguesia de Ramalde, no Porto, teve lugar um jantar promovido pela Comissão da CDU, que contou com mais de três dezenas de participantes, sendo o 25 de Abril também evocado nas empresas SOREDES, STCP, TLP e outras, por iniciativa dos trabalhadores.

Em Penafiel, um jantar comemorativo juntou cerca de sete dezenas de democratas, na Cantina da Universidade Portucalense. Por seu lado, o Sector de Saúde do Porto do PCP promoveu um jantar-convívio que reuniu mais de sessenta médicos e familiares, na sede da Cooperativa GESTO, na capital nortenha.

Em Gaia, a CDU realizou um jantar para mais de setenta pessoas que contou entre outros com a presença dos cabeças de lista da CDU aos órgãos autárquicos do concelho. A CDU organizou em Santo Tirso um jantar que registou mais de 130 presenças e contou com a participação de Óscar Lopes, escritor e membro do CC do PCP. Nesta iniciativa foram apresentados os primeiros candidatos da CDU à Câmara e Assembleia Municipal.

Em Belas, no concelho de Sintra, a Comissão de Freguesia do PCP promoveu um almoço, no sábado, que teve a presença do presidente do Conselho Nacional do PCP, Alvaro Cunha. Como convidados estiveram ainda Lino Paulo, vereador da CM de Sintra e candidato a à presidência daquela Câmara pela CDU, bem como outros dirigentes comunistas da organização local. Ainda neste concelho, na Freguesia de Queluz, decorreu um jantar em que participou Carlos Grilo, do CC e da DORL do PCP.

Em Setúbal, decorreu um almoço organizado por democratas que reuniu mais de duas centenas de pessoas. Os presentes aprovaram uma moção que apela ao Presidente da República, ao Presidente da AR e aos deputados para que «assumam plenamente e sem intransigências a defesa das liberdades consagradas na Constituição, nomeadamente a liberdade de expressão e de acesso às fontes de informação, não aceitando adulterações à Lei de imprensa ou impedimentos administrativos de qualquer tipo». Os participantes subscreveram ainda uma petição dirigida ao Presidente da AR sobre os problemas da toxicod dependência. No distrito de Évora, realizaram-se numerosas iniciativas promovidas pelos municípios e agentes locais que formaram



comissões organizadoras proporcionando importantes momentos culturais, de convívio, desportiva e de intervenção política. Assim, o 25 de Abril foi assinalado nos concelhos de Alandroal, Arraiolos, Borba, Évora, Montemor, Mourão, Redondo, Portel e Vendas Novas.

Em Estremoz, foi a CDU que lançou as comemorações reunindo num jantar mais de uma centena de pessoas, onde interveio Raimundo Cabral, membro do Conselho Nacional do PCP.

Em Grândola, a Comissão Concelhia do PCP promoveu um almoço comemorativo do 25 de Abril, aproveitando a ocasião para apresentar o cabeça de lista à Câmara Municipal, o arquitecto Fernando Travassos. Na iniciativa participou o escritor Urbano Tavares Rodrigues. Saliente-se que muitas

autarquias associaram-se às comemorações do 25 de Abril, promovendo várias iniciativas culturais e desportivas. Na Região Autónoma da Madeira, as comemorações ficaram marcadas pela recusa da maioria PSD de realizar a sessão solene na Assembleia Regional Legislativa. Apesar disso, as forças democráticas da região assinalaram a efeméride, à qual se associou também a Câmara Municipal de Machico. Em Ponta Delgada, nos Açores, a Comissão das Comemorações, em que participou a CDU/Açores, organizou um espectáculo nas Portas da Cidade, no âmbito do qual foi feita uma intervenção alusiva.

25 de Abril no Mundo

Milhares de pessoas comemoraram além-fronteiras o aniversário do 25 de Abril. Na Suíça, realizaram-se mais de 40 iniciativas, merecendo particular destaque as festas promovidas pelas associações em Lausanne, Fribourg, Genebra, Zurique, Neuchâtel, Moutier, Montreux e Sion. Refira-se ainda que na cidade de Genebra decorreu a corrida da Liberdade e que a rádio em língua portuguesa, em Zurique, assinalou a efeméride com um programa de três horas dedicado à Revolução dos Cravos.

Em França, o dia da Liberdade foi comemorado em muitas localidades, nomeadamente num jantar em Paris, promovido pela organização local do Partido e nas iniciativas das associações em Nanterre, Fontenay s/Boi, Montmorency e Plaisir - na região de Paris - assim como em Bordeús, Grenoble e Nantes.

Na Holanda, as comemorações contaram com a presença do general de Vasco Gonçalves que participou num convívio realizado na associação portuguesa de Hoofddorp e no almoço-convívio promovido pela associação de Amsterdão. Na Bélgica, tiveram particular destaque as iniciativas promovidas pela associação dos portugueses em Bruxelas que durante o fim-de-semana realizou um almoço, um baile e um lanche para os sócios, e, no dia 27 de Abril, um convívio em que participou Vasco Gonçalves. Também em Vilvoord, o 25 de Abril foi assinalado pela comunidade portuguesa.



Na Alemanha, o Centro Cultural Português, em Frankfurt, organizou uma semana dedicada ao 25 de Abril que culminou com uma festa em que esteve presente o militar de Abril, Rosa Coutinho. Wiesbaden, Hamburg e Osnabruck foram outras localidades onde também se comemorou a efeméride. No Brasil, a data foi assinalada em S. Paulo, numa iniciativa do Centro Cultural 25 de Abril, que teve o apoio do consulado geral de Cabo Verde, e decorreu no salão de festas da Casa de Portugal. No Canadá, tiveram lugar iniciativas em Toronto e Montreal, promovidas por clubes e associações de portugueses. O camarada Severiano Falcão encontra-se ainda em Toronto, a convite da Associação Democrática Luso-Canadiana, onde participará nas comemorações do 1º de Maio, promovidas pela comunidade portuguesa.



NACIONAL

Administração impediu entrada de deputados 25 de Abril à porta da Solisnor

A administração da Solisnor/Setenave voltou a ter este ano a merecida resposta dos trabalhadores à sua tentativa de impedir que deputados e outros convidados das estruturas representativas participassem nas comemorações do 25 de Abril na empresa: na passada sexta-feira, a assembleia geral de trabalhadores deslocou-se em peso para os portões do estaleiro da Mitrena e aí se gritou, ao frio e à chuva, mas com toda a liberdade, «25 de Abril sempre!».

A atitude da administração foi, a par dos problemas e actuais da indústria naval e dos ataques à liberdade perpetrados ou permitidos pelo Governo e pelo PSD, o prato forte das intervenções dos representantes das estruturas dos trabalhadores da Solisnor, bem como dos deputados Mário Tomé e Odete Santos, e dos representantes da CGTP, da União dos Sindicatos de Setúbal e da Associação de Municípios do distrito.

A Associação 25 de Abril, na impossibilidade de enviar um seu representante, fez chegar uma mensagem que foi lida por um operário que era militar na altura da revolução de 1974.

A ausência de representantes do PS e do PSD foi lamentada pelos promotores da comemoração, pois «seria oportuno estarem aqui, neste momento tão importante da



indústria naval». Assim, mostram que «estão afastados dos trabalhadores».

Na saudação dos organismos representativos dos trabalhadores, lida na assembleia e distribuída à comunicação social ali presente, condena-se a actuação «arrogante e prepotente» do Governo de Cavaco Silva (nomeadamente face aos estudantes que não paguem as propinas, às empresas que

não respeitem o tecto salarial oficial, aos agricultores que estão a ser lançados para a ruína, à crise em quase todos os sectores da economia e à falta de perspectivas e soluções para um desenvolvimento correcto e equilibrado).

Os ORTs da Solisnor criticam a «contínua destruição do aparelho produtivo, com o encerramento de empresas, a venda aos desbarato do

sector público e a destruição de importantes sectores industriais, como o nosso, em que o Governo de Cavaco Silva apadrinha o plano de José Manuel de Mello, que assenta numa estratégia redutora para a indústria naval, ponde em causa 4 mil postos de trabalho, atacando os direitos dos trabalhadores, aparecendo a pretensão com muita força da flexibilização dos horários e da polivalên-

cia, de forma a poder executar o trabalho com apenas 2500 trabalhadores, quando os 6500 existentes já são insuficientes».

O representante da Associação de Municípios, falando em nome do presidente, transmitiu «a solidariedade e o apoio» dos autarcas à luta dos trabalhadores. Mário Tomé, deputado e dirigente da UDP, sublinhou que «a luta pela liberdade e a luta

pelo direito ao trabalho estão intimamente ligadas». A deputada comunista Odete Santos apontou a situação no distrito de Setúbal como «um bom exemplo do que vai pelo País: falências, encerramentos, despedimentos» e sublinhou que «é precisa uma nova política digna de Abril». Rui Paixão, da Comissão Executiva da Intersindical Nacional, reafirmou que «podem contar com a CGTP na luta em defesa da indústria naval, pelo direito ao emprego e contra os despedimentos, contra os encerramentos e desmembramentos e pela efectiva modernização das empresas».

No início da semana passada, a concelhia de Setúbal do PCP havia também repudiado a já conhecida proibição da administração da Solisnor, considerando-a uma «afrota ao 25 de Abril e aos sentimentos democráticos dos trabalhadores e da população laboriosa do concelho e da região». Os comunistas setubalenses referiram que, no presente contexto, «a assembleia geral de trabalhadores da Solisnor, que no dia 15 de Abril reuniu mais de 2 mil trabalhadores junto ao Governo Civil, em Setúbal, foi uma nova demonstração de unidade e combatividade na exemplar luta em defesa dos postos de trabalho e da viabilização do sector naval».

Festa e luta em todo o País

A CGTP assinala o Dia Mundial do Trabalhador em 70 localidades, colocando como grandes objectivos «solidariedade, unidade e luta, para defender os salários e o emprego, por uma política diferente».

«Não acreditamos que, neste contexto e seguindo a mesma orientação, se resolvam os problemas sociais em Portugal, tem que haver mudanças qualitativas» - afirmou Manuel Lopes, na conferência de imprensa em que deu a conhecer as conclusões da Comissão Executiva da CGTP-IN. Acompanhado de Amável Alves e Maria do Carmo Tavares, aquele sindicalista revelou que a *Inter* vai anunciar na jorna- da deste sábado - que inclui iniciativas nas capitais de distrito e em mais meia centena de outras localidades do continente e das regiões autónomas - «acções para lá do 1º de Maio».

Não vendam mais gato por lebre!

Manuel Lopes começou por afirmar que «não se pode continuar a vender gato por lebre» em Portugal: «Todos os dias há uma destruição progressiva do aparelho produtivo, o País não mudou nos últimos anos e de facto, em termos de economia real, não há inovações que garantam qualquer presente e futuro aos portugueses.»

As responsabilidades desta situação cabem, na análise da CGTP, à política que tem sido seguida pelo Governo «no domínio industrial, no domínio agrícola e até no domínio comercial».

Os sindicalistas apontaram alguns dados recentes que mostram a gravidade atingida por problemas como o desemprego, as dívidas das empresas à Segurança Social, a degradação dos salários ou os ataques aos direitos dos trabalhadores.

No distrito de Aveiro, entre Janeiro e Dezembro de 1992, o número de desempregados registados passou de 4 mil para 7 mil. No distrito de Braga, de Novembro a Abril, os despedimentos sucedem-se à média de mil por mês. Em Lisboa, nos últimos três meses estão contabilizados mais 15 mil desempregados.

Em Leiria, somente 20% das empresas estão a pagar as contribuições devidas à Segurança Social; isto é verdade em 60% para os casos de Braga e Porto; e a média nacional apon-

ta para que apenas 80% do dinheiro cobrado aos trabalhadores entre nos cofres da Segurança Social. Neste momento o débito acumulado das entidades patronais anda na ordem dos 300 milhões de contos. O próprio Governo deve, só desde que Cavaco Silva é primeiro-ministro, 365 milhões de contos à Segurança Social.

Em 43 contratos colectivos acordados, os aumentos salariais ultrapassam os 9,2% e em termos de massa salarial chegam aos 10%. Onde há salários impostos, os aumentos andam na ordem dos 5%. Daqui resulta uma média de 7% nos aumentos salariais deste ano; mas, incluindo a administração pública, baixará de imediato para os 6,1 ou 6,2%, o que está muito abaixo para os números da inflação que se apontam para este período. Os salários estão a descer e estão a afastar-se dos salários europeus.

Há ataques aos direitos todos os dias. A Riopelle, por exemplo, processou agora alguns aumentos e, arbitrariamente, não aumentou os dirigentes sindicais, nem os trabalhadores com mais de 55 anos, nem outros: houve 1100 trabalhadores, em pouco mais de 3 mil, que foram discriminados e não tiveram aumentos salariais. Casos destes passam-se num conjunto grande de empresas. Há ainda os casos de repressão selectiva - como José Carreira e Mário Jorge - e outros ataques aos direitos, com realce para o direito à greve: continua-se a verifi-

Todos às manifestações!

As estruturas do movimento sindical unitário convocaram concentrações, comícios, convívios e manifestações para a tarde de 1 de Maio para muitas capitais de distrito e outros centros urbanos. De manhã têm lugar em várias dessas localidades provas desportivas.

Os trabalhadores do distrito de Lisboa concentram-se às 14.30 horas no Largo do Martim Moniz, de onde partem em desfile até à Alameda Afonso Henriques, onde Manuel Carvalho da Silva deverá fazer uma intervenção sobre a situação nacional e as posições da CGTP. Aqui terá ainda lugar um espectáculo com o grupo «Quadrilha».

No Porto as comemorações iniciam-se a 30 de Abril: às 16 horas vão ser depositadas flores nos locais das mortes de 1982, onde às 21 horas serão colocados archotes; às 21.30 inicia-se um



car, da parte das empresas de transportes e outras onde tem havido processos de luta, a tentativa de transformar serviços mínimos em serviços máximos.

espectáculo com Jorge Lomba, Júlio Costa e o Rancho Folclórico de Ramalde, na Praça General Humberto Delgado. É neste mesmo local que se realiza o comício do 1º de Maio, no sábado, a partir das 15 horas; de manhã actua a Banda de Música de Gondomar, pouco antes do comício sobe ao palco o Grupo Etnográfico dos CTT e cerca das 17.30 actua Pedro Barroso.

O Jardim do Quebedo é o local da concentração marcada para Setúbal, às 15 horas de sábado. Cerca das 17 horas realiza-se na Avenida Luísa Tody um comício; também aqui actuarão o Rancho Folclórico de Pinhal Novo e António Costa.

Incluimos mais informação sobre iniciativas que assinalam o 1º de Maio nas páginas da Agenda e, para mais pormenores, é sempre útil a propaganda sindical que certamente chegou (ou vai chegar) às mãos do leitor.

TRABALHADORES

Salários nos transportes Sindicatos reclamam aumentos de 10,5 por cento

As comissões negociadoras sindicais (CNS) da TAP, Carris, CP, Transtejo, Grupo RNIP, STCP (Serviço de Transportes Colectivos do Porto) e Metro, depois de várias movimentações e lutas, com incidência principal na CP e na TAP, desafiaram o Governo para um acordo que «resulte num aumento médio de 10,5 por cento».

Pela sua actualidade, transcrevemos na íntegra o documento revelado a semana passada depois de assinado em conjunto por todas as comissões:

É inaceitável e insustentável a situação vivida em empresas de transportes tuteladas pelo Estado, de recusa efectiva ao diálogo e à negociação, nomeadamente da matéria salarial, procurando-se sujeitar os seus trabalhadores a ajustes dos valores das rubricas salariais situados em torno dos 5%.

O clima social vivido nas empresas, as acções de protesto e as formas de luta em curso e a real possibilidade do seu agravamento, expressão de sentimentos juntos e justificadas razões, aconselham a busca rápida de uma solução minimamente satisfatória assente em critérios de boa-fé e seriedade.

As administrações das empresas — CP, Carris, Transtejo — vêm afirmando que até «este momento» não têm podido ir além dos valores aplicados. No caso da TAP mantém-se a aplicação dos valores de 1992 sem qualquer fundamento, a par de medidas arbitrarias e mesmo inconstitucionais visando, inconcebivelmente, retirada de direitos e garantias aos seus trabalhadores. O Conselho de Gerência do Metro apresentou uma calendarização para imple-

Com o aumento médio salarial que nos propomos assinar para 1993 a situação não se inverte, pois os «passes sociais» foram aumentados em cerca de 10,5% e, entretanto, as alterações em

correspondam ao interesse nacional. Nada justifica o congelamento salarial que o Governo pretende impor. Rejeitamos a imposição de novos «regimes sucedâneos», nada justificando os



A presença dos transportes no 25 de Abril deste ano

publicado pelo INE mostrou um crescimento médio de 9,5%.

Os trabalhadores destas empresas estão uma vez mais dispostos a encontrar uma solução e, em prol dela admitem dar acordo à aplicação de valores que se limitem a repor o que a inflação desactualizou nos salários de 1992 com a compensação devida, ao facto de pelo segundo ano consecutivo o Governo ter decidido um efectivo agravamento da carga fiscal.

Nestes termos, reafirmando a nossa posição de abertura, manifestamos a disposição de assinar uma proposta de acordo a poder ser encontrada em tabela diferenci-

curso no sistema tarifário, com a criação de passes por empresa e diversos outros «combinados», traduzem-se em receitas unitárias para as empresas muito superiores às que são proporcionadas pelos passes sociais.

Assim, desafia-se o Governo a dar instruções às administrações, para que estas apresentem propostas correspondendo ao desafio aqui formulado, ficando a nossa indicação expressa de que assinaremos tal proposta logo que nos seja apresentada.

Está, pois, agora mais do que ontem, nas mãos do Governo e das administrações das empresas a possibilidade de viabilizar um acordo, evitando os prejuízos que a sua ausência provoca potenciando as vantagens que uma solução consensual favorece.

A apresentação de uma tal proposta de actualização das rubricas salariais deverá ser acompanhada:

— da supressão imediata de todas as acções repressivas e tentativas de discriminação;

— do respeito pelo cumprimento efectivo e integral de todos os direitos dos trabalhadores;

— da manutenção dos postos de trabalho;

— da afixação de um calendário para negociação de matérias pendentes sobre Carreiras e o cumprimento dos acordos já estabelecidos;

— da calendarização da discussão das restantes matérias objecto de negociação em cada empresa.

Quanto à TAP, urge pôr termo ao que está na origem da actual situação de conflito e das medidas prejudicando a imagem e as capacidades da empresa para se afirmar no mercado onde opera e concorre e em termos que

ataque aí contidos contra os interesses e direitos dos trabalhadores, e com não menor convicção e determinação afirmamos a nossa vontade de disponibilidade para negociar e nos envolvemos em projecto de defesa e consolidação da TAP.

Relativamente às empresas resultantes da ex-RN e ao STCP, reclama-se que o Ministério dê instruções às administrações das empresas para que as contra-propostas às propostas sindicais já entregues sejam suficientemente realista para promover uma negociação séria e um acordo rápido.

Recebida por Cavaco CGTP contraria contenção salarial

O Primeiro-Ministro recebeu na semana passada uma delegação da CGTP-IN. O coordenador da Central, Manuel Carvalho da Silva disse aos jornalistas que manifestou a Cavaco Silva as preocupações do mundo do trabalho quanto ao desemprego, segurança social e negociações colectivas.

A delegação da CGTP (acompanhavam o coordenador, José Ernesto Cartaxo, Emídio Martins, Carlos Mamede, Carlos Trindade) chamou a atenção do chefe do governo para a necessidade de o Executivo ter «uma posição que contribua para o desbloqueamento da negociação colectiva, para que os problemas da economia não se centrem nos salários».

Para a CGTP, «o discurso da limitação dos salários tem que ser abandonado».

Os sindicalistas, quanto à evolução da economia, consideram perigosa «uma subavaliação dos problemas do desemprego».

No que respeita à Segurança Social, os dirigentes da CGTP manifestaram a Cavaco Silva a preocupação de que possa estar a «vulnerabilizar-se», não havendo «possibilidades de recuperação no futuro».

Segundo a Lusa, em telex de 21 de Abril, Carvalho da Silva disse que o Primeiro-Ministro registou as preocupações apresentadas e mostrou «receptividade» a algumas matérias, comprometendo-se a reagir.

Um desses casos a merecer reacção da parte do Governo seria «a necessidade de maior vigilância em matéria de ocorrência de abusos no âmbito da lei da greve».

A CGTP-IN, que acaba de publicar o seu «plano geral de actividades para 1992», acentua a dado passo que no plano socio laboral se verifica «um acentuado aumento do desemprego e dos despedimentos». Além disso, há «um novo surto de salários em atraso».

À luz duma análise extensa e pormenorizada, o plano da CGTP destaca como objectivos prioritários para este ano:

- Lutar pelo direito ao trabalho
- Lutar por salários justos
- Defender e alargar os direitos dos trabalhadores
- Reduzir o tempo de trabalho
- Garantir a segurança social
- Defender o direito à saúde

A CGTP anunciava, entretanto, várias visitas a locais de trabalho por parte do seu coordenador no distrito de Leiria.

Calamidade social

A União dos Sindicatos de Setúbal divulga a seguinte lista de despedimentos mais recentes: Elma 2001 (52), Movauto (350), Metalsines (29), Companhia Petroquímica do Barreiro (20), Plasquisa (44), Nutasa (30), Torralta (260), Inter 12 (30), Maiene (20), Tronittec (58), Telequipo (100), Forsheda (150), Indelma (500), Secil (103).

mentação da nova grelha resultante do regulamento de carreiras, onde procura atrasar os prazos estabelecidos.

Ora, os valores aplicados implicando forte degradação dos valores reais dos salários, são manifestamente insuficientes para viabilizar um qualquer acordo, particularmente nestas empresas que têm evidenciado elevados ganhos de produtividade.

Os salários fixados no início de 1992 foram afectados no seu poder de compra (para além do que desde logo resultou do registado agravamento da carga fiscal), pela subida dos preços no consumidor cujo índice

da que, conjugada com os valores já aplicados e ponderando o seu período de produção de efeitos ao longo de 1993, resulte num aumento médio de 10,5% (9,5% relativos à inflação de 1992 e mais 1% para compensar o agravamento da carga fiscal em 1993).

Aumento salarial equivalente ao dos passes sociais

É sabido que, desde que foram implementados, os preços dos «passes sociais» aumentaram muito mais do que os salários dos trabalhadores destas empresas.

Aumentam os despedimentos em Setúbal

Onde vão os «anos dourados»

Ao comentar estes elementos, a USS afirma:

«Depois dos chamados “anos dourados” da economia portuguesa, depois do chamado “caso de sucesso” da península de Setúbal, afinal o emprego não estabilizou; pelo contrário, o que sobra é mais desemprego e a mais patente precariedade económica e social».

«Perante uma política de oferta de fundos públicos à iniciativa privada, sem controlo nem proveito social, perante a ausência de qualquer estratégia de desenvolvimento, o que se verifica é o agravamento estrutural das condições de crise na agricultura, na indústria e no comércio».

«Esta é a realidade também no distrito de Setúbal, que nenhum discurso do Primeiro-Ministro pode transformar em “oásis”».

«Com uma política social que é um verdadeiro escândalo, pretendendo reduzir as reformas, aumentando a idade da reforma das mulheres, reduzindo ainda mais as miseráveis pensões de invalidez, reduzindo o valor do salário mínimo nacional e impondo uma política salarial extremamente injusta, torna-se bem clara a razão dos trabalhadores em exigir outra política, nem que seja com

A União dos Sindicatos do Distrito de Setúbal acaba de distribuir um comunicado que refere, com dados recentes, despedimentos da ordem dos 2000 trabalhadores. Citando casos de empresas conhecidas, a comissão executiva da USS/CGTP, que intitula o texto «calamidade social», acrescenta que o «encerramento e a falência de empresas é a nova epidemia no distrito de Setúbal neste primeiro trimestre de 1993».

Cerca de 7000 trabalhadores — salienta a USS — «já estão abrangidos» por encerramentos, previstos ou já concretizados, principalmente nos «sectores metalúrgico e têxtil».

A título de exemplo, os sindicatos referem empresas como a Lisnave, Elma 2001, Movauto, Sociedade Industrial Setubalense, Fundação Moderna Santa Iria, Prisma, Robalo, Valfrio, Auto-Reboques do Barreiro, Inter 12, Valadas e Carmo, Maiene, Convex, Gefa, Lanifícios Arrentela, Queimado e Pampolim, Mundet, Corticeira Ibérica, Telequino, Forsheda, Tronittec. Estas empresas abrangem os sectores metalúrgicos, têxtil, corticeira e indústrias eléctricas.

A juntar aos velhos casos «pendentes, também não faltam os salários em atraso. É o que se passa, segundo a USS, na Ucal, Inter 12, Calhau e Batista, Confecções d'Almeida, Hotel Espadarte e Torralta.

DORSA promoveu iniciativa sobre produção de tomate

Com o objectivo de analisar os graves problemas da agricultura e os seus reflexos na região e, ao mesmo tempo, de divulgar as recentes iniciativas do PCP no Parlamento Europeu e a preparação de um projecto de lei para a Assembleia da República acerca do subsídio à produção de tomate — sector agrícola de grande importância para o distrito de Santarém e particularmente para a Freguesia de Benfica do Ribatejo — a Direcção da Organização Regional de Santarém do PCP promoveu no passado dia 23 de Abril um jantar de trabalho. Para a iniciativa foram convidados e participaram, para além dos órgãos de comunicação social, os deputados do PCP, Luís Peixoto e Rogério de Brito, da Assembleia da República e do Parlamento Europeu, respectivamente, o Executivo da Junta de Freguesia de Benfica do Ribatejo e o seu Presidente, Amândio de Freitas, dirigentes das associações de agricultores e dirigentes locais e regionais do PCP, vereadores da Câmara Municipal de Almeirim e membros da Assembleia Municipal. Participaram ainda os camaradas António Orcinha, do Conselho Nacional do Comité Central, e Abílio Santos, membro da DORSA do PCP.

A nota distribuída pela DORSA sobre a iniciativa afirma:

«A agricultura portuguesa vive uma das suas maiores crises. O Governo PSD e o ministro da Agricultura depois de hipotecarem a lavoura aos interesses da agro-indústria estrangeira e das grandes superfícies comerciais conduziram uma má negociação da 2.ª etapa de adesão, verdadeira ruína para a agricultura portuguesa.



«O Governo PSD e o seu governador civil de Santarém continuam a não querer ver a crise e não querer tomar medidas que contrariem esta grave situação: a falta de escoamento para a produção agrícola, a baixa ruínosa dos preços, o encharcamento dos mercados com produção estrangeira, os factores de produção caríssimos, os agricultores e cooperativas na falência enganados pelo crédito bancário.

«Os produtores de tomate e os seareiros em particular há anos que se debatem com os altos preços das rendas da terra e a falta de contratos de arrendamento estáveis.

«Vivendo a incerteza e o atraso dos pagamentos da produção por parte das fábricas de transformação, somando dívidas todos os anos, empresas de transformação que têm fechado as suas portas como por exemplo no distrito: ECRIL, UNITAL, SIC, A. Serrano. São uma situação inportável e que tem conduzido à falência muitos produtores.

«A DORSA do PCP consi-

dera verdadeiramente inimigas do distrito e das suas gentes as recentes declarações (a um jornal regional) do senhor governador civil de Santarém, minimizando os graves problemas sociais do distrito, provocando os agricultores descaradamente, uma vez que os incentiva a abandonarem a produção em favor da organização para comercializarem de forma mais agressiva.

«A defesa da nossa agricultura, da nossa produção agrícola, dos nossos agricultores é uma questão nacional, por isso o PCP apoia os agricultores e é uma força atenta aos problemas da agricultura e dos agricultores portugueses, tanto no Parlamento Europeu como na Assembleia da República.

«Com vista a solucionar os problemas das ajudas à produção de tomate fresco, o PCP através do deputado Rogério de Brito, no Parlamento Europeu, questionou o Conselho de Ministros, sobre a aplicação do novo regulamento do Conselho, relativo à concessão de ajuda à pro-

dução de produtos transformados à base de tomate.

«Foi apresentada também uma proposta de resolução à Comissão Executiva das Comunidades no sentido de garantir, por um lado a participação efectiva dos produtores na distribuição das quotas, na negociação das campanhas com a indústria, na elaboração de contratos-tipo que normalizem as obrigações e direitos comuns para ambas as partes e finalmente que assegurem o pagamento directo das ajudas aos produtores.

«No mesmo sentido e procurando traduzir para a realidade nacional a melhor solução para os problemas que têm afectado a produção nacional e sobretudo os agricultores, também o PCP através do seu Grupo Parlamentar vai apresentar na Assembleia da República um projecto de lei.»

No final dos trabalhos realizou-se uma sessão de esclarecimento destinada à população de Benfica do Ribatejo e, em particular, aos produtores de tomate da região.

Audição sobre A problemática da Cultura Científica

No mundo actual são cada vez mais estreitas as relações da Ciência e Tecnologia com a sociedade, com a crescente influência de uma e outra nas actividades humanas, no conteúdo e condições do trabalho, no meio ambiente, na problemática da paz e da guerra. Cada vez mais as decisões políticas têm de ter em conta estas questões. As opções e tomadas de decisão numa sociedade democrática pressupõem a elevação do nível de cultura científica da generalidade dos cidadãos, indispensável a uma participação informada e consciente em muitos aspectos da vida colectiva.

A importância destas questões levou a Comissão para as Questões da Ciência e da Tecnologia do PCP e o Grupo Parlamentar do PCP a promoverem na passada quinta-feira, 22 de Abril, na Casa Amarela da Assembleia da República uma Audição Pública sobre a Problemática da Cultura Científica.

Como convidados estiveram na mesa da Audição os Professores Galopim de Carvalho e Mariano Gago e o jornalista especializado Gil Montalverne. O Prof. Óscar Lopes, cuja participação estava prevista, não pôde estar presente por razões de saúde. O moderador foi o camarada Francisco Silva, da Comissão para as Questões da Ciência e da Tecnologia do PCP.

Uma assistência interessada, na qual se destacavam investigadores científicos e professores do ensino superior, deputados do PCP e também do PS e do PSD, e vários membros da direcção do PCP, ouviu as intervenções dos convidados para a mesa da Audição e participou no debate animado que se seguiu.

Na sua intervenção de abertura, o Prof. Galopim de Carvalho começou por referir a necessidade urgente de dar uma dimensão científica à cultura. Num mundo em que o desenvolvimento desenfreado leva à degradação do ambiente com a privatização dos lucros da poluição e a socialização dos prejuízos é urgente que o cidadão comum compreenda qual o seu papel na defesa do planeta.

Gil Montalverne referiu também a importância das questões ambientais e a crescente responsabilidade dos cientistas no mundo actual bem como o papel dos meios de comunicação social na informação e divulgação científicas.

O Prof. José Mariano Gago começou por citar um inquérito realizado em 1989 à escala europeia sobre a atitude do público perante a ciência. Este inquérito revela um baixo nível de cultura científica dos portugueses em relação ao dos cidadãos de outros países e, ao mesmo tempo, mostra o elitismo do nosso sistema educativo. Em sua opinião o principal factor para o desenvolvimento da cultura científica é o ensino básico das ciências que, em Portugal, é francamente deficiente. A questão da cultura científica não é apenas uma visão generosa de desenvolvimento cultural mas é uma necessidade económica. O apelo à cultura científica dos cidadãos tem como reverso o apelo à responsabilidade social dos cientistas. Estes têm uma responsabilidade particular no desenvolvimento do ensino básico das ciências devendo, nomeadamente, contribuir para a melhoria dos livros escolares. No entanto, em sua opinião, o problema da cultura científica é um problema político. Não é um problema dos cientistas mas sim dos cidadãos.

No debate que se seguiu, muitas questões foram levantadas, nomeadamente quanto às questões da cultura científica e desenvolvimento do país; a imagem da actividade dos cientistas transmitida pelos meios de comunicação social e as dificuldades que os cientistas portugueses enfrentam; as questões da colonização científica e a defesa da cultura dos pequenos países, bem como o próprio conceito de cultura e o papel das ciências sociais e humanas na formação dos jovens.

Nas suas intervenções finais os membros da mesa, concordando com a importância do ensino básico das ciências como vector essencial no desenvolvimento da cultura científica, chamaram a atenção para o facto de que os principais problemas humanos, económicos e sociais com que o mundo de hoje se defronta não dependem da ciência para a sua resolução visto que já dispomos dos conhecimentos científicos para os resolver. A sua solução é política e depende da acção organizada da sociedade.

Um debate muito rico que, como referiu o camarada Francisco Silva nas palavras de encerramento, trouxe elementos importantes de reflexão para a intervenção política e cultural e para a formulação de novas iniciativas por parte do PCP.

CAMARADAS FALECIDOS

LAURINDA FARIA

Com 37 anos de idade, faleceu, em acidente de viação em que perderam a vida as filhas e outros familiares, a camarada Laurinda Idalina Fernandes Abreu Faria, que pertencia à Organização Concelhia de Aveiro e militava no organismo da Função Pública. Era natural da Sé, Bragança, e casada com o camarada Eduardo Rebelo, membro da DOR de Aveiro do PCP.

FRANCISCO ATAFONA

Com 66 anos de idade, faleceu o camarada Francisco António Atafona. Era membro do Partido desde 1974 e foi trabalhador da Câmara Municipal de Évora durante vários anos.

AUGUSTO VASCONCELOS

Faleceu em 17 do corrente, com 90 anos, o camarada Augusto Lopes Vasconcelos. Resistente desde a juventude, o camarada era membro do Partido desde 1974 e estava organizado na Freguesia de S. João, Zona Oriental de Lisboa.

RAUL AZEVEDO

Tinha completado recentemente 91 anos o camarada Raul Costa Azevedo, que faleceu. Oficial de Diligências durante cerca de 40 anos, em Pinhel, sempre ligado à Oposição Democrática ao fascismo, o camarada filiou-se no PCP logo após o 25 de Abril, militando na Organização de Pinhel.

AUGUSTO PACHECO

Com 27 anos de idade, faleceu no passado dia 25 de Abril, o camarada Augusto Pacheco, vítima de acidente de viação. Licenciado em Economia, era membro da Comissão de Freguesia de Valbom, do PCP.



Está à venda o jornal da Juventude Comunista Portuguesa. Isso mesmo, o «Agit» fez sair o seu número 5, correspondente a Abril corrente. E anuncia, para 15 de Maio próximo, o seu número 6...

Não nos apressemos, porém. Este número, cuja capa é dedicada ao recente Congresso da JCP, tema tratado no interior das suas páginas, dedica também espaço e letra às autarquias, aos problemas da xenofobia e a artigos variados.

Politika

Entretanto, a revista «Politika» volta ao nosso convívio, e o seu próximo número está em distribuição já no fim-de-semana que aí vem. No sumário, destaque para uma entrevista com Emídio Rangel; um dossier sobre Ciência; Vale do Ave; depoimentos de partidos comunistas; um dossier Fotografia; problemas dos estudos. E «Comunicados» de Octávio Teixeira e de Luís Coelho.

PODER LOCAL

Comissão Coordenadora Nacional afirma: CDU é a força política com mais candidatos já apresentados

A Comissão Coordenadora Nacional da CDU reuniu em 19 de Abril passado, registando o «dynamismo que marca as actividades locais da CDU com vista à preparação para as eleições autárquicas de Dezembro». A Coordenadora salientou, em particular, os debates e o trabalho de recolha de opiniões para aprovar as orientações programáticas, as linhas de campanha e a escolha de candidatos. No momento, «a CDU é a força política que já apresentou publicamente o maior número de cabeças de lista aos órgãos municipais», afirmou-se na reunião.

O descrédito que «atinge o Governo do PSD, responsável pelo agravamento da crise económica e social que Portugal atravessa», foi acentuado com o «fiasco da recente declaração televisiva do Primeiro-Ministro Cavaco Silva. Para além da utilização de dados económicos falsos — denuncia a CDU —, o

Primeiro-Ministro alijou as pesadas responsabilidades do seu Governo, num estilo que o país já conhece». Em todos os casos que vão sendo públicos «e que evidenciam a má governação do PSD, nunca o Primeiro-Ministro assume as responsabilidades governamentais, procurando sempre, ainda que falsa ou hipocritamente, apontar outros hipotéticos responsáveis».

E a CCN da CDU exemplifica:

«O que se passou com os casos dos desalojados de Camarate ou com a hemodiálise no Hospital Distrital de Évora, com um despendido aproveitamento político-partidário para responsabilizar autarquias de maioria CDU, serve de advertência sobre os meios a que o Governo e o PSD se mostram capazes de lançar mão como desonesta arma política».

Na mesma linha «de falta de rigor e de enganador marketing político, tem de ser vista a recente

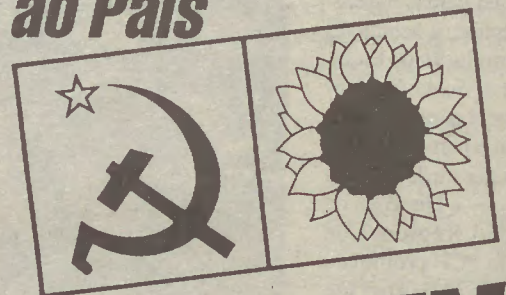
Já no próximo mês de Maio CDU apresenta Proposta ao País

incursão de Cavaco Silva por zonas de recursos hídricos degradados. Prepara-se assim o clima para anúncio dum pacto ambiental e novo «pacote de milhões», como «sucessos» deste desacreditado Governo, escamoteando que os mais significativos projectos são de iniciativa ou impulsionados pelo Poder Local», alerta CDU.

A Comissão Coordenadora, salientando que «a defesa do ambiente tem beneficiado de significativa intervenção, de iniciativas inovadoras e de percentagens elevadas dos orçamentos nos municípios onde a CDU é força maioritária», sublinha que «o ambiente merecerá lugar de grande relevo na Proposta da CDU para as Autarquias, bem como nos programas eleitorais locais».

A reunião sublinhou, igualmente, que se encontra em preparação a iniciativa nacional da CDU de 21 de Maio para apresentação pública daquela Proposta, estando já assegurada a participação do Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, e de dirigentes nacionais do Partido Ecológico «Os Verdes» e da Intervenção Democrática, num jantar que reunirá mais de 200 activistas da CDU em representação de todas as regiões do País.

Nesta reunião, que ocorreu nas vésperas de mais um aniversário da Revolução de Abril, a Coordenadora Nacional da CDU saudou os autores e principais intervenientes no 25 de Abril e evocou a «longa luta da resistência antifascista do povo português e das suas forças de van-



PCP-PEV
PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
PARTIDO ECOLÓGICO "OS VERDES"

guarda, onde o 25 de Abril mergulhou as suas raízes».

E frisou, a propósito:

«Em contraste com a displicente intervenção, quando não o silêncio, do Poder Central em comemorações do Aniversário do 25 de Abril, o Poder Local comemora-o com empenho e larga adesão popular, um pouco por todo o País».

E concluiu, exortando todos os democratas a par-

ticipar nas comemorações: «Em contraste com a tentativa de desvalorização do feriado de 25 de Abril, como sucedia em recente diploma governativo que mereceu o veto do Presidente da República, as autarquias, nas suas iniciativas, comprovam que o 25 de Abril é uma data querida do povo português, que se revê nos ideais e nas esperanças da Revolução libertadora.»

As provas dadas de S. João da Madeira

Um plenário da CDU indicou para seu candidato à Presidência da Câmara Municipal de S. João da Madeira, nas próximas eleições autárquicas, o Eng.º **Jorge Cortez**, ex-vereador e actual eleito da CDU na Assembleia Municipal. Entendeu o colectivo CDU, «ser este o candidato que, com provas dadas, melhor poderá servir os interesses dos S. Joãoanenses, dando cumprimento aos princípios da Coligação Democrática Unitária: — Trabalho, Honestidade e Competência».

O plenário avançou ainda na formação das listas de candidatos aos órgãos autárquicos e decidiu que muito brevemente as apresentaria aos S. Joãoanenses.

Jorge Resende Cortez é natural de S. João da Madeira e tem 38 anos. É licenciado em Engenharia Mecânica pelo ISEP, sendo especialista em Gestão de Produção.

Foi vereador da Câmara de S. João da Madeira eleito pela APU em 1984/85. Actualmente é membro da Assembleia Municipal. É vice-presidente da Cooperativa de Habitação Económica 11 de Outubro e membro da Comissão Concelhia do PCP.

V. N. de Famalicão à espera da CDU

Manuel Barbosa da Silva, de 49 anos, contabilista, membro da Assembleia Municipal de V. N. de Famalicão e coordenador da Comissão Concelhia do PCP e da DORBraga, é o candidato da CDU à presidência desta Câmara Municipal. Na conferência de Imprensa realizada para a apresentação do candidato, este proferiu uma declaração de que extraímos algumas passagens.

«Não tenho a veleidade de pensar que passa apenas por mim a solução dos grandes problemas que afectam as gentes famalicenses. Mas, sem qualquer pretensiosismo ou imodéstia de minha parte, creio poder afirmar que o domínio e conhecimento de significativo número de carências, que vem, infelizmente, marcando o nosso concelho, me coloca em posição de poder contribuir para a resolução, que sucessivamente prometida pelos responsáveis camarários, ainda hoje continua a ser uma esperança daqueles que directamente



Da esquerda para a direita: Manuel Cunha, da Coordenadora Concelhia, Manuel Barbosa da Silva, cabeça de lista à Câmara Municipal, Miguel Loja, presidente da JF de Riba d'Ave e n.º 2 à Câmara e Joana Vale, da Comissão Concelhia do PCP

hã-de ser os beneficiários. Foi nesta linha de pensamento e preocupações que a minha indignação para cabeça da lista a apresentar pela CDU à Presidência da Câmara Municipal se objectivou, sem que isso, no entanto, colida com o projecto amplamente unitário que caracteriza esta Coligação».

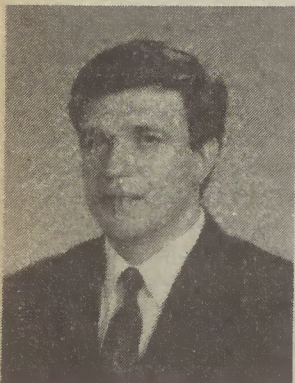
E mais adiante, aludindo à maioria PS que, desde 1985, governa o município:

«O comportamento da maioria que, por várias razões e em ocasiões diferentes se manifestou e se conhece, assumiu contornos de profunda arrogância e intolerância. É que decisões

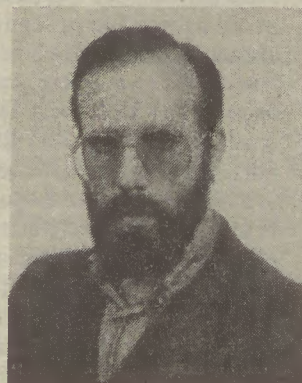
menos pensadas e cuidadas quando confrontadas com a rejeição popular, não têm merecido dos seus autores a ponderação, reflexão e a correcção que se impunha. A instalação da ETRS/ LI-XEIRA em RIBA DE AVE sobressai clamorosa e gritantemente».

Daí a importância da presença da CDU no executivo, que, «no quadro do programa de acção» que a Coligação vai propor e numa actuação imbuída «do espírito de diálogo e de busca de consenso», os grandes problemas do concelho «serão tratados de modo a encontrar-se as soluções mais expeditas e convenientes».

Candidatos por Paredes



Álvaro Santos Pinto, ferroviário, 37 anos, natural de Parada Todeia, Concelho de Paredes, membro da Assembleia Municipal de Paredes e da Assembleia de Freguesia de Parada Todeia, Coordenador do Sindicato dos Ferrovários Norte e membro do Conselho Regional da DORP do PCP, é o candidato à Presidência da Câmara Municipal de Paredes, pela CDU.



Cristiano Manuel Soares Ribeiro, 36 anos, médico no Centro de Saúde de Paredes, na Unidade de Saúde da Sobreira, membro da Associação de Pais da Escola Preparatória de Paredes, e da Comissão Concelhia do PCP, é o candidato à presidência da Assembleia Municipal de Paredes, também pela Coligação Democrática Unitária.

Arraiolos Candidaturas e balanço

Realizou-se no passado dia 23 de Abril um Plenário da CDU no Cinema de Arraiolos, onde foi aprovado o candidato a presidente da Câmara para as próximas Eleições Autárquicas, **Jerónimo José Correia dos Loios**, de 44 anos, bancário, actualmente Vereador da Câmara na mesma Autarquia. É membro da Comissão Concelhia de Arraiolos do PCP e da Direcção da Organização Regional de Évora (DOREV).

Como cabeça de lista à Assembleia Municipal da CM de Arraiolos a CDU apresenta **Joaquim Inácio Charneca Miguel**, de 46 anos, operário agrícola. Actualmente é Presidente da Câmara e membro da Comissão Concelhia de Arraiolos do PCP, da DOREV e suplente do Comité Central do PCP.

Neste encontro fez-se o balanço do actual mandato e traçou-se perspectivas de trabalho para o ano que decorre, tendo estado presente **Raimundo Cabral**, membro do Conselho Nacional do PCP.

PODER LOCAL



Da esquerda para a direita: José Honório Novo, vereador da CMG, cabeça de lista da candidatura CDU à CMG, Alberto Martins Andrade, deputado municipal, cabeça de lista da candidatura CDU à AM, e Vítor Vieira, Gabinete de Imprensa da CDU/Gaia

Em conferência de Imprensa Manifesto à população de Gaia

Para apresentar um Manifesto dirigido à população de Gaia, apelando à participação e apoio à candidatura da CDU «como a única forma segura de gerar as condições para a criação de uma alternativa política que permita que Gaia possa ser melhor, diferente e atenta à resolução dos problemas concretos das populações», a CDU local realizou uma conferência de Imprensa onde estiveram presentes os seus cabeças de lista à CM e à AM, respectivamente, José Honório Novo e Alberto Martins Andrade. Afirmando que «este manifesto é uma forma de permitir que os Gaienses sem Partido tenham oportunidade de intervir politicamente, apresentando propostas e ideias que a CDU incluirá no seu Programa Eleitoral», é, igualmente, «uma das formas através das quais está já lançada a discussão da elaboração da composição das listas, nas quais a CDU pretende aumentar ainda mais o nível de participação activa de independentes e pessoas sem actividade política regular».

Denunciando a tentativa do PS/Gaia em ocupar artificialmente espaço na Comunicação Social, através de uma «falsa guerra», entre «figuras e figurinhas pretensamente candidáveis, pretendendo apenas que os

Gaienses esqueçam quatro anos de gestão incapaz e sectária onde demonstraram não ser alternativa ao PSD», a CDU considera que «seria bom que o PS/Gaia, em vez de tentar pressionar e manipular a opinião pública gaiense com sondagens encomendadas, procurasse verificar de forma séria qual é a opinião do Concelho sobre os problemas concretos de Gaia, como o trânsito e os transportes, a falta de saneamento básico, o urbanismo anárquico e a degradação ambiental e a falta de vias de comunicação. Seria bom que o PS/Gaia procurasse sondar de forma séria a opinião do Concelho sobre a sua gestão absoluta e isolada de quatro anos».

Finalmente, a CDU de Gaia apresentou «saudações aos trabalhadores de todos os Órgãos de Comunicação Social» e apelou para que, nesta fase de pré-campanha, «continuem a saber resistir às enormes pressões e lobbies de interesses que se estão a formar em torno das candidaturas do PSD e do PS — interesses que pouco ou nada têm a ver com os das populações de Gaia — por forma a continuarem a garantir, em independência e pluralismo, a cobertura informativa dos actos públicos, das propostas e projectos avançados por todas as candidaturas».

Valongo Assumir o desafio

«Estamos hoje, aqui, para assumirmos novamente o desafio de prosseguir o trabalho da CDU nos Órgãos Autárquicos do Concelho de Valongo», afirma a CDU local na iniciativa em que divulgou os nomes de Maria Eduarda Nicolau Ferreira, professora do ensino secundário e militante do PCP, para a presidência da Câmara Municipal, e de Fernando António Vaz de Faria Sampaio, médico e também militante do PCP, para a presidência da Assembleia Municipal.

E disse-se na apresentação dos candidatos: «A história deste mandato presta a terminar, em que o PS patenteou uma total incapacidade para gerir a maioria absoluta que obteve e o PSD se limitou a tentar boicotar o que podia e a apoiar cegamente as directivas do Poder Central, mostra que a CDU se confirmou como a força política que, tendo um projecto,

uma atitude e um trabalho diferentes, é, de facto, a alternativa capaz de responder eficazmente aos problemas do Concelho, de forma dinâmica e transparente.

«Fazemos esta afirmação com a certeza, dada pela vida, de que a gestão da CDU, a exemplo do que acontece em 1/3 do território nacional, é

merecedora, mesmo pela parte de muitos dos seus adversários, do reconhecimento da sua qualidade e isenção, utilizando critérios que privilegiam um desenvolvimento com preocupações sociais de base, em detrimento das obras de fachada ou de facilitismo para com a especulação.»

CDU em Viana do Alentejo

Em Viana do Alentejo, após intensa actividade nas três Freguesias do Concelho, em que participaram mais de centena e meia de camaradas e amigos, realizou-se no passado sábado, 24 de Abril, uma reunião da CDU em que participaram cerca de meia centena de activistas. Neste reunião, foi feito o balanço do trabalho eleitoral já realizado, constituída a Comissão Eleitoral da CDU e definidos os objectivos políticos para o Concelho, que são: ganhar a Câmara Municipal, manter a JF de Aguiar, disputar a JF de Alcôvas e Viana do Alentejo e reforçar a votação CDU em todo o Concelho.

Na reunião foi ainda decidido que se devia trabalhar para constituir uma dinâmica, dando particular atenção à juventude, para que Viana do Alentejo recupere do marasmo em que caiu nos últimos quatro anos de gestão PS. A reunião, depois de ouvir o trabalho desenvolvido e as opiniões recolhidas, definiu a cabeça de lista à Câmara e à Assembleia Municipal, os quais serão anunciados oportunamente em iniciativa pública. Participou na reunião Raimundo Cabral, membro do C. Nacional do PCP, que entrevistou sobre as eleições autárquicas e a sua importância no contexto da actual situação política.

Azambuja Há que voltar à dinâmica CDU

Cid Simões, membro da Comissão Concelhia do PCP e responsável pela comissão para o trabalho autárquico, é o candidato à presidência da Câmara Municipal da Azambuja, pela CDU, enquanto António J. Rodrigues, também membro da Comissão Concelhia do PCP e ex-presidente da Câmara Municipal, é candidato à presidência da Assembleia Municipal.

O anúncio das candidaturas foi feito o fim-de-semana passado em conferência de Imprensa, onde se historiou, brevemente, a anterior gestão CDU do Concelho (em 1985, substituída por uma coligação PS/PSD), e se apresentaram algumas linhas de força das candidaturas da Coligação Democrática Unitária. E disse-se, nomeadamente:

«É do conhecimento público a dinâmica criada pela CDU nos dois mandatos em que teve a Presidência da

Câmara e que se caracterizou pelo trabalho dirigido para as necessidades vitais da população: abastecimento de água a todo o concelho, saneamento básico, desenvolvimento de diversas actividades culturais e desportivas, assim como pela participação activa nos projectos que previam um forte e equilibrado crescimento para o Concelho.»

Esta gestão CDU «foi interrompida pelo PS/PSD que concorreram coligados em 1985. O resultado está à vista. Desta coligação híbrida, resultou um tipo de gestão que nem tem conseguido gerir os assuntos correntes do município, acrescentado pelos problemas surgidos dada a instabilidade do executivo, o que impossibilita uma resposta coerente a todos os problemas. Presentemente ninguém sabe quem dirige o quê!», sublinhou-se, para se acrescentar mais adiante,

após a explicitação de diversas medidas de fundo que a CDU se propõe concretizar:

«Não pretendemos que algumas das soluções ou sugestões que vos apresentamos correspondam à globalidade das nossas preocupações ou, muito menos, à totalidade das nossas bases programáticas. Há no entanto um projecto, entre outros, que iremos acarinhando e que modificaria totalmente a fisionomia da Sede do nosso Concelho: mercado, oficinas, estaleiro de viaturas, pequenos departamentos camarários; todo esse amontoado inestético de velhos barracões; em pleno coração da vila de Azambuja, daria lugar a um projecto de rentabilização de todo esse espaço, valorizando tudo o que o envolve, assim como todo o concelho. Projecto que envolveria o município e a iniciativa privada.»

Mafra O investimento seguro

O Concelho de Mafra, onde impera uma maioria PSD com três vereadores do PS tão «alinhados» pelo partido de Cavaco Silva que os seus correligionários na Assembleia Municipal lhes retiraram o apoio político-partidário, tem, na candidata da CDU Olga Marinho Pires, o investimento seguro na mudança dum estado de coisas que, em 12 anos de maioria PSD, se retroverteu «num simples grupo de influências e pressões».

Disse a CDU, na sessão de apresentação da candidata, professora do 2º Ciclo e militante do PCP: «Mais uma vez nos apresentamos ao eleitorado. Fazemo-lo, não por obrigação, para cumprir um calendário eleitoral instituído, ou simplesmente para demonstrarmos que estamos vivos. Estamos presen-



Olga M. Marinho Pires

tes porque sabemos que a nossa presença é necessária nos Órgãos Autárquicos deste Concelho.»

E mais adiante:

«Temos ideias e temos propostas. Temos uma equipa, trabalhamos com honestidade e competência. Assumimos o compromisso de tudo fazer para que Mafra não seja mais um Município esquecido, um Município adiado, mas sim um Município onde cada vez mais

seja gratificante viver, onde a Juventude encontre motivos compensatórios para se fixar, onde envelhecer não seja um estigma, mas onde os idosos possam contribuir com o seu saber acumulado. Onde as rivalidades e os bairrismos não sejam negativamente explorados, desviando as atenções dos reais problemas colectivos.»

Alenquer Fazer mais e melhor

Álvaro Augusto Melo Diniz, licenciado em Finanças e membro do PCP, é o candidato da CDU à presidência

da Câmara Municipal de Alenquer, enquanto Vladimiro Castilho de Matos, comerciante e também militante do Partido, é o cabeça de lista à Assembleia Municipal.

Em conferência de Imprensa foram explicadas as razões da candidatura CDU, de que respigamos algumas passagens.

«Porque nos candidatamos aos órgãos autárquicos em Alenquer? Porque consideramos, antes de mais, que somos capazes de fazer mais e melhor.

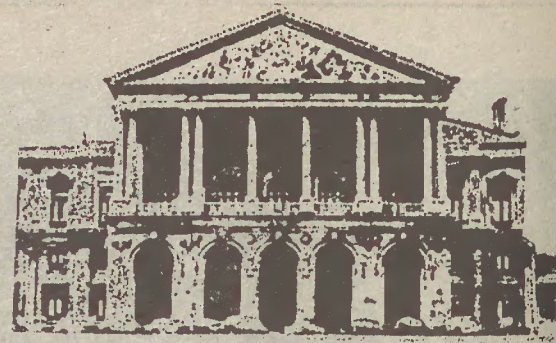
«Porque consideramos que, ao longo de 17 anos de gestão, o PS em Alenquer não tem, salvo raras excepções, seguido os caminhos mais consentâneos com o desen-

volvimento do Concelho. Tem sido praticada uma política centralista, personalizada no Presidente da Câmara, não havendo políticas sectoriais, tentando-se resolver os problemas casuisticamente com os prejuízos daí decorrentes para as populações.

«Assim, consideramos de acordo com as provas dadas em muitos municípios do País, que somos a força política unitária, que será capaz de dinamizar a gestão autárquica do Concelho, no sentido de o transformar criando-lhe todas as comodidades onde dê mais gosto viver e fazer da Vila de Alenquer o centro histórico-cultural que merece ser por mérito próprio.»

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Bloqueio informativo no Parlamento Intransigência do PSD impede resolução do conflito



Após cinco semanas de bloqueio informativo às actividades da Assembleia da República mantém-se o impasse no diferendo que opõe os jornalistas parlamentares ao Grupo Parlamentar do PSD. Em causa estão, recorde-se, restrições ao exercício da actividade dos profissionais de comunicação social (designadamente ao nível do livre acesso às fontes de informação), impostas pela maioria parlamentar a pretexto do novo regulamento de segurança do Parlamento.

A intransigência do PSD em manter inalteráveis as

medidas do regulamento que motivaram o protesto dos jornalistas, apesar dos aparentes sinais de abertura dados na passada semana, continua a ser apontada como a principal causa para a manutenção de um conflito que acabou por estar na origem - no que foi um dos seus efeitos mais recentes - da anulação da sessão comemorativa na AR do 19º aniversário da Revolução do 25 de Abril.

Da iniciativa de Barbosa de Melo, o cancelamento deste acto oficial ficou a dever-se à circunstância de o Presidente da República ter antecipadamente afirmado

que não estaria presente na sessão, caso se mantivesse o silêncio dos jornalistas, posição que levaria posteriormente o PS e o PCP a anunciarem a sua intenção de se manterem calados no acto solene.

O compasso de espera criado e a falta de condições para prosseguir o seu trabalho no sentido de ser encontrada uma resolução para o litígio levou entretanto o deputado comunista José Manuel Maia a apresentar o pedido de demissão do cargo de presidente do grupo de trabalho encarregue de apreciar o regulamento de segurança

do Parlamento. Na missiva entregue ao Presidente da AR, José Manuel Maia justifica a sua decisão lembrando que a decisão de aceitar aquele cargo fora feita no pressuposto de "ser encontrada uma solução justa e adequada para a crise originada pela aplicação do regulamento" e de que para tal "haveria disponibilidade de todos os intervenientes no processo, designadamente do PSD".

Assim não aconteceu, porém, como o próprio deputado comunista explica na carta, onde assinala que todas as diligências por si realizadas não conduziram a resul-

tados que "permitam visualizar essa solução". José Manuel Maia recorda nomeadamente a sua última proposta de abertura da circulação dos jornalistas nos corredores principais e uma distribuição adequada dos auxiliares administrativos para recepção e encaminhamento dos visitantes, proposta que do seu ponto de vista "permitiria abrir caminho para uma solução", mas que, como é conhecido, foi rejeitada pelo PSD.

Nada de novo trouxe entretanto a reunião efectuada segunda-feira entre directores de jornais e o Grupo Par-

lamentar do PSD, no decorrer da qual foi reafirmada a intenção dos responsáveis dos órgãos de informação de levantarem o boicote se houver diálogo e acesso a um corredor fundamental de S. Bento.

Aceite pelo PSD foi apenas a criação de uma comissão constituída por seis directores de órgãos de informação, pela Associação de Jornalistas Parlamentares e por quatro deputados da maioria, a qual tinha marcada para ontem uma reunião com vista a estudar novas soluções para desbloquear a crise.

NACIONAL

No ano do seu 25º aniversário MDM continua a bater-se pelos direitos das mulheres

Agir em defesa dos direitos das mulheres e na valorização da participação feminina em igualdade em todas as esferas da vida nacional continua a ser a grande aposta do Movimento Democrático das Mulheres, no ano em que completa 25 anos de existência.

A afirmação e exercício dos direitos económicos, sociais, políticos e culturais pelas mulheres portuguesas constituirá assim, neste quadro, uma das prioridades conferida nos próximos meses à intervenção política do MDM, que reclama igualmente um maior protagonismo do poder político na construção da igualdade.

Atenção particular no quadro das suas actividades será dada à defesa dos direitos das mulheres trabalhadoras - tema central de uma campanha a decorrer durante o mês de Maio -, bem como às questões relacionadas com as alterações ao Código Penal e com a família, qualquer delas a ser objecto de um conjunto de debates a realizar em datas a anunciar.

Destaque no plano das suas actividades merece ainda a iniciativa centrada no direito ao tempo de antena por parte das organizações de mulheres, reivindicação expressa num abaixo-assinado que já recolheu mais de um milhão de assinaturas e que continuará a circular até ao final do mês de Maio, data igualmente prevista para a atribuição da Distinção de Honra do MDM a um conjunto de mulheres que em 1992 e 1993 se destacaram em diversos domínios de actividade.

No plano internacional, segundo uma nota distribuída à imprensa, o fundamental da acção desta organização feminina será dirigido nos próximos meses para uma campanha de solidariedade com a Organização das Mulheres Moçambicanas e para a participação na reunião do Centro Europeu da FDMI.

Avaliando a situação actual das mulheres portuguesas, o MDM faz entretanto notar no comunicado que as suas preocupações são dirigidas no essencial para questões como a habitação, a saúde, os transportes, o custo de vida e o emprego, pondo simultaneamente em relevo o facto de a presença feminina continuar afastada dos centros de decisão e de terem um grande peso os obstáculos e discriminações no dia-a-dia.

"A essência das conquistas alcançadas com o 25 de Abril de 1974 não tem sido garantida na vida quotidiana da grande maioria das mulheres", afirma o MDM, acrescentando que "são meros exercício de retórica os muitos discursos pela igualdade de direitos para as mulheres proferidos publicamente por membros do Governo e da sua maioria parlamentar na Assembleia da República".

Exemplificando, o MDM interroga-se a este propósito sobre a forma de compatibilizar estes discursos com a proposta governamental de alargar de 62 para 65 anos a idade de reforma das mulheres e com a tentativa de estender à indústria o trabalho nocturno de mulheres, ou ainda com o facto de continuar por regulamentar, vinte e dois meses depois da sua aprovação, o diploma que estabelece "protecção às mulheres vítimas de violência".

Inaceitável, do ponto de vista do MDM, é ainda o facto de continuarem "esquecidos nas gavetas das comissões de S. Bento" vários projectos de lei relacionados com a problemática feminina", situação cuja responsabilidade imputam ao Governo e à sua maioria, a quem acusam de promoverem a sua "crescente desresponsabilização pelas consequências das suas políticas globais e sectoriais" e de ignorarem ou desvirtuarem a Constituição e as leis da República.

Manter viva a causa de Timor

Os deputados portugueses no Parlamento Europeu reafirmaram na passada semana em Estrasburgo a sua determinação de continuar a sensibilizar as instituições comunitárias para a situação em Timor-Leste.

A posição, subscrita por Rui Amaral, Maria Belo, Sérgio Ribeiro, Carvalho Cardoso e Pedro Canavaro, em nome do conjunto dos eurodeputados portugueses, consta de um comunicado divulgado à margem da sessão plenária do Parlamento Europeu.

No comunicado, os parlamentares portugueses chamam a atenção para o facto de a criação de um grupo de eurodeputados "sob a designação ambígua e manifestamente abusiva de grupo de amizade Parlamento Europeu/Indonésia" ter sido anunciada exactamente no momento em que se reúnem em Roma os chefes da diplomacia de Portugal e da Indonésia.

Os representantes portugueses no hemiciclo de Estrasburgo manifestam no documento o seu "respeito pela liberdade e o direito de todos os deputados europeus a criarem as suas próprias organizações internas", desde que estejam de acordo com o regimento do PE.

No entanto, fazem notar os parlamentares portugueses, não pode deixar de se associar a criação deste grupo de amizade ao "inequívoco sucesso da acção do intergrupo Timor-Leste no PE e às crescentes dificuldades que a posição Indonésia enfrenta no plano internacional", em especial nas suas relações com a comunidade europeia.

Entretanto, o Grupo Paz e Justiça para Timor-Leste fez coincidir o lançamento de um boletim com a realização do encontro entre os ministros dos Negócios Estrangeiros de Portugal e da Indonésia, em que é afirmado que "só o povo pode escolher o seu destino".

Publicado em português e inglês, no boletim pode ler-se que "enquanto Timor-Leste não for libertado da ocupação Indonésia e os timorenses não puderem falar e organizar-se livremente na sua pátria, não é possível fazerem qualquer escolha livre".

Caso da hemodiálise põe em causa ministro

A Câmara Municipal de Évora acusou os responsáveis do Hospital local de terem "lesado" a imagem de uma cidade, considerada nacional e internacionalmente como um "bom exemplo de qualidade de vida e bem estar cívico".

No comunicado onde expressa esta posição, divulgado na passada semana, o município acrescenta que "para além da perda de vidas humanas", aqueles responsáveis espalharam o pânico na população, lançando a suspeita caluniosa de que teria sido distribuída água para consumo público com risco para a saúde dos consumidores".

A edilidade rejeita a partilha de responsabilidades e considera "escandalosa" a reacção do Ministério da Saúde face ao inquérito

preliminar, uma vez que os principais responsáveis pela hemodiálise, administração e direcção clínica do Hospital, que "ocultaram ostensivamente o mau funcionamento dos seus serviços, ficaram completamente ilesos".

Recordando a sua decisão de efectuar uma queixa-crime por denúncia caluniosa contra o conselho de administração e o director clínico do Hospital, a edilidade recusa ainda no comunicado assinado pelo vereador António Foito qualquer culpa na morte dos hemodialisados.

Romper o silêncio

O PCP apelou entretanto a todos os trabalhadores da saúde

para que "rompam a cortina de silêncio imposta pelo Ministério em relação às reais condições em que funcionam muitas unidades e serviços".

Em conferência de imprensa, Edgar Correia, membro da Comissão Política, disse que o PCP "questiona frontalmente as responsabilidades políticas do ministro da Saúde e do próprio Governo nos trágicos acontecimentos da unidade de hemodiálise do Hospital Distrital de Évora".

"Na nossa opinião, se o ministro da Saúde tivesse o mínimo de sentido de responsabilidade, já teria, obviamente, pedido a sua demissão", observou o dirigente comunista, antes de acrescentar que "ao pleno apuramento das res-

ponsabilidades por tão grave incidente - que se exige que seja apenas norteado pela procura da verdade e de toda a verdade - não podem porém ser subtraídos (como é evidente propósito do relatório intercalar elaborado pela Inspeção Geral de Saúde) nem a administração nem a direcção clínica do Hospital, nomeados pelo ministro da Saúde e da sua inteira confiança política".

Leviandade política

O presidente do Sindicato dos Médicos da Zona Sul, pronunciando-se sobre o mesmo assunto,

sublinhou, por sua vez, em conferência de imprensa, que a demissão do ministro da Saúde, Arlindo de Carvalho, seria "uma primeira medida de saúde pública" para evitar situações como a do Hospital de Évora.

Mário Jorge acusou o ministro de "leviandade política" e de irresponsável, juntamente com o director geral de Saúde, na "tentativa de ocultar a situação" existente no Hospital de Évora.

O dirigente sindical classificou igualmente de "escandaloso" o resultado do inquérito sobre a situação divulgado pelo Ministério, que "incrimina cinco funcionários do Hospital e desculpabiliza o conselho de administração" daquela unidade de saúde.

Preços agrícolas na CE

Emendas não resolvem problemas da PAC

O Parlamento Europeu aprovou a semana passada, na sua sessão plenária, uma série de emendas à proposta da Comissão Europeia sobre os preços agrícolas para 1993/94. Ao contrário da Comissão, cuja orientação geral vai no sentido do "congelamento" dos preços agrícolas, os eurodeputados propõem medidas visando minorar uma nova quebra dos rendimentos dos agricultores, os quais já sofreram uma redução de rendimentos da ordem dos 3,5 por cento, em termos reais, em 1992.

Entre as emendas aprovadas, destaca-se o aumento do preço de intervenção para o azeite, bem como ajudas à produção para agricultores cuja produção média seja inferior a 500 quilos por campanha. Outra alteração aprovada diz respeito às frutas e produtos hortícolas, e prevê a alteração dos calendários de aplicação dos preços de base dos preços de compra aplicáveis ao sector, em consequência da plena integração de Portugal e Espanha na Comunidade.

O conjunto de alterações aprovadas — e no caso de virem a ser aceites pela Comissão — está no entanto longe de ser suficiente para fazer face à dramática situação em que se encontra a generalidade dos agricultores comunitários e, em especial, os dos países menos desenvolvidos, como é o caso de

Portugal. Isso mesmo foi salientado pelo eurodeputado comunista, Rogério Brito, que ao intervir no debate considerou ser "uma verdadeira ironia fazer a discussão dos novos preços agrícolas no contexto da incongruente reforma da PAC que tem sido implementada e da turbulência monetária".

O caso português

O eurodeputado ilustrou a sua afirmação com a evolução do sector agrícola em Portugal no ano de 1992:

- a produção agrícola final caiu 19.8 por cento;
- a produção vegetal diminuiu 20 por cento;
- a produção animal reduziu-se 9.7 por cento;
- os preços dos produtos animais caíram 11.9 por cento;
- os preços dos produtos vegetais ruíram 26.6 por cento;
- os consumos intermédios baixaram 18.7 por cento;
- o Valor Acrescentado Bruto (VAB) desceu 21 por cento;
- o rendimento agrícola baixou 8.7 por cento.

Sublinhando que tais resultados se verificaram na primeira etapa da adesão de Portugal, em que a produção bruta total por unidade de superfície diminuiu à taxa média anual de 9 por cento, em

que o VAB diminuiu à taxa média anual de 3.7 por cento e o rendimento agrícola baixou à taxa média anual de 4.6 por cento, Rogério Brito fez notar que o auto-aproveitamento não parou de se agravar desde 1985, sendo hoje inferior aos 50 por cento para os cereais e aos 30 por cento para as oleaginosas.

Mas os problemas não se ficam por aqui. Como lembrou o eurodeputado, "em 1985 as exportações excediam mais de 10 vezes as importações de hortícolas e 2 vezes as importações de frutas", enquanto actualmente as "exportações de hortícolas já não cobrem sequer as importações e, no caso das frutas, a taxa de cobertura das importações é inferior aos 30 por cento".

É neste quadro que os agricultores portugueses são confrontados com propostas de preço de base e de compra para as frutas e hortícolas inferiores aos comunitários, tal como sucede de resto para o azeite.

Trata-se de uma situação verdadeiramente insustentável, em que cresce a percentagem das explorações que integram a classe dos mais baixos rendimentos (hoje, cerca de 90 por cento do total das explorações nacionais, contra apenas pouco mais de 35 por cento na Comunidade), agravada ainda pelo facto de o rendimento médio dos

agricultores e seus familiares dentro desta classe ter baixado mais de 15 por cento.

Segundo Rogério Brito, os agricultores comunitários estão a ser vítimas, sobretudo, não da concorrência no quadro da livre circulação de produtos, mas da iniquidade que envolve as relações Norte-Sul e que beneficia no essencial os Estados Unidos, já que neste sistema de mercado intervêm os subsídios indirectos ou encobertos, a sobre-exploração dos agricultores e assalariados dos países subdesenvolvidos, os interesses das grandes transnacionais do comércio e da indústria agro-alimentar.

É esta pesada factura que está a ser paga pelos agricultores comunitários. E, como é inevitável, o fardo é tanto mais pesado quanto mais frágeis são a economia, a estrutura e as especializações produtivas dos Estados-membros e incorrectas as políticas nacionais.

Portugal é um trágico exemplo disso.

Como disse, ainda, Rogério Brito, não é possível continuar a negar "a evidência de que a Reforma da PAC se mostra incapaz de responder eficientemente à diversidade económico-agrícola e geoclimática da Comunidade e a consequente necessidade da modulação das políticas".



Voar na Comunidade com regras comuns

O regime de auxílio a aplicar às transportadoras aéreas comunitárias esteve a semana passada em foco no PE, com o debate do relatório De Vitto.

A resolução aprovada sobre a matéria contempla várias emendas apresentadas pelos diferentes grupos, incluindo as da Coligação de Esquerda. Destas, destaca-se a de pedir à Comissão a elaboração de um estudo sobre o sector do transporte aéreo que inclua, nomeadamente, o impacto económico e social que a liberalização do transporte aéreo está a produzir na Comunidade e a situação das transportadoras aéreas, bem como a análise do impacto económico e social do actual processo de liberalização dos transportes aéreos nas transportadoras aéreas regionais e nos aeroportos regionais.

Ainda por iniciativa do Grupo Coligação de Esquerda, o PE decidiu recomendar ao Conselho que tenha em consideração, na elaboração dos regulamentos sobre os regimes de auxílio concedidos pelos Estados-membros em favor das transportadoras aéreas comunitárias, os estudos elaborados pela Comissão e o parecer do Parlamento europeu relativo aos mesmos sobre a noção de serviço público no transporte aéreo e sobre o impacto económico e social decorrente da liberalização deste meio de transporte na Comunidade.

Com estas alterações, o PE procura impedir que se termine com os subsídios estatais às companhias aéreas antes de se possuir elementos do impacto da liberalização do sector. Uma medida que se reveste da maior importância na defesa da TAP e dos interesses nacionais.

Na sua resolução, o PE recorda que "o princípio da concorrência não falseada constitui uma das pedras angulares do mercado interno, sendo fundamental para se poder garantir a protecção dos interesses dos consumidores", e sublinha que as regras de concorrência no sector da aviação civil "devem ser harmonizadas e coordenadas com outros objectivos políticos vitais da Comunidade na política comum dos transportes, particularmente com a segurança, com o reforço da coesão económica e social, com as exigências de um desenvolvimento sustentável e com a política industrial do sector".

Pescas a ver navios precisam de apoio

O sector português das pescas está cada vez mais periclitante. A perda de quotas no Atlântico norte e o impedimento de acesso a todas as possibilidades de capturas submetidas a restrições, sem compensações noutros pesqueiros, provocaram a diminuição da pesca longínqua no volume global das capturas de 30 para 20 por cento.

Por outro lado, entre 1986 e 1992, a frota diminuiu 20 por cento, a produção baixou 30 por cento, a importação de pescado aumentou 170 por cento e o défice da balança comercial sofreu um agravamento superior a 300 por cento. Acresce, ainda, que para o corrente ano está previsto o abate de mais de 200 embarcações.

Razões mais do que suficientes, como se compreende, para o levantamento da questão no Parlamento Europeu. A iniciativa esteve a cargo de Rogério Brito, que na última sessão plenária do PE propôs a criação de um programa específico de apoio à pesca artesanal, dada a sua crescente importância estratégica. A proposta defende igualmente a necessidade de uma maior eficácia na "investigação, na prospecção dos recursos na Zona Económica Exclusiva e nos novos pesqueiros externos, na vulgarização dos conhecimentos técnico-

científicos, nomeadamente das mais eficientes tecnologias de captura e processamento do pescado e na correspondente modernização dos diversos segmentos da frota".

Como forma de se fazer face às crescentes dificuldades do sector propõe-se também a execução de um programa integrado de ordenamento do litoral e a criação de bancos artificiais, bem como a recuperação dos sistemas estuarino-lagunares hoje em rotura devido à poluição e assoreamentos, de forma a restituir-lhes a sua função de 'maternidades' e base de uma aquacultura desenvolvida.

Ainda neste âmbito, o eurodeputado comunista apresentou propostas para fazer face à grave situação que se vive no sector da indústria de conservas de peixe, bem como aos problemas de comercialização e preços no sector das pescas.

Em relação ao primeiro aspecto, é de salientar que a maioria do sector industrial conserveiro se encontra em situação de pré-falência, para o que contribui a concorrência "selvagem" (resultante da queda dos preços da matéria-prima e dos custos de laboração por parte de países terceiros), o que, a par do desmantelamento aduaneiro, provocou uma quebra de 20 por cento nas

exportações em 1992. A crise do sector reflectiu-se na economia das pescas, dando origem a uma queda de cerca de 30 por cento do rendimento da pesca de cerco no ano passado.

Em relação ao segundo aspecto, a crise não é menor. Enquanto os preços ao produtor registam uma acentuada baixa, os preços no consumidor não param de crescer. Ninguém ignora que a pressão sobre os preços ao produtor resulta da concorrência, em condições de 'dumping', de pescado proveniente de países terceiros, muitas vezes em condições de qualidade e tamanho que não respeitam a regulamentação comunitária e nacional.

Face a estas situações, o eurodeputado comunista propôs, entre outras coisas, o apoio à indústria conserveira em situação económica difícil, e reclamou a adopção de medidas eficazes no combate ao 'dumping' e à circulação de pescado cuja qualidade não respeite a regulamentação comunitária, nomeadamente a aplicação de preços mínimos de importação e a proibição da venda de pescado cujas capturas, por condicionamentos normativos de qualidade e tamanho, são vedadas aos pescadores nacionais.

Alemanha

Os Comitês para a Justiça criados em 1992 na Alemanha para defender os interesses das pessoas que foram prejudicadas com a unificação, sobretudo no Leste, fundaram, sábado, em Berlim, a Associação Federal da Justiça.

A decisão de criar uma organização com carácter nacional tem por objectivo fazer com que a unificação alemã seja levada a cabo no respeito pelos tratados assinados pelas duas partes.

Um dos promotores da iniciativa, líder do Partido Socialista Democrático (ex-comunista), Gregor Gysi, disse que a associação não se transformará em partido político.

A criação da nova associação federal foi aprovada com os votos de 135 dos 168 delegados de toda a antiga Alemanha Democrática, e de três cidades ocidentais (Munique, Hamburgo e Bremen), que saudaram o resultado da votação com uma longa ovação.

O programa da Associação prevê a luta contra o encerramento de empresas industriais, desemprego, escassez de habitação e a lei que permite aos antigos proprietários recuperar os seus bens expropriados pelo regime comunista.

Bielorrússia

Cerca de dois terços da população da Bielorrússia são pobres ou vivem na mais absoluta miséria, revelou, sábado, uma sondagem do Instituto Sociológico da Academia de Ciências da antiga república da ex-URSS.

De acordo com o inquérito, 82 por cento dos interrogados têm preocupações com a subida dos preços e queda do nível de vida da população.

Mais de metade dos entrevistados afirmou pertencer à categoria dos pobres, e 15,7 por cento considerou que têm uma vida de miséria.

Somente 0,7 por cento da população da Bielorrússia vê o futuro com optimismo, a maioria deles novos empresários.

Berberes

Uma marcha a favor da cultura berbere, realizada em Bejaia, na Pequena Kabalya, 250 quilómetros a Leste de Argel, foi dispersada com gás lacrimogéneo.

Entre 7000 a 10 000 pessoas, segundo estimativas de testemunhas, provenientes de cidades e aldeias dos arredores, às quais se juntaram os empregados da zona industrial, num desafio à proibição das autoridades, concentraram-se à entrada de Bejaia.

Exibindo cartazes reivindicando o reconhecimento da língua e da cultura berberes, os manifestantes dirigiram-se para a sede do município, onde foram barrados por um importante dispositivo de segurança.

Em Tizi Ouzou, capital da Grande Kabalya, 100 quilómetros a Leste de Argel, a marcha que agrupou cerca de 30 000 pessoas decorreu sem incidentes.

As marchas foram convocadas pelo Movimento Cultural Berbere (MCB). O Ministério do Interior proibiu a sua realização.

EUA

O presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, anunciou que o seu país vai assinar o Tratado Sobre a Biodiversidade já subscrito por outras 162 nações.

O ex-presidente George Bush recusou-se a assinar o Tratado, que tem por objectivo proteger plantas e animais sobre a superfície terrestre, durante a Cimeira da Terra realizada no Rio de Janeiro, em Junho de 1992.

Discursando no Jardim Botânico de Washington, Clinton disse que os Estados Unidos estabilizarão no ano 2000 as suas emissões de dióxido de carbono (CO₂) para a atmosfera a níveis de 1990.

Angola

O bispo metodista de Luanda, Emílio Miguel de Carvalho, pediu a Washington que use da sua influência para pôr termo à guerra civil em Angola, noticiou a agência zimbabweana Ziana.

Actualmente no Zimbabwe para participar num encontro de universitários africanos, o bispo da Igreja metodista unificada de Angola sublinhou que os Estados Unidos têm poder para pôr fim ao conflito no território.

«Estamos fatigados da guerra e a América, que apoiou a Unita, deve contribuir para acabar com o conflito fazendo pressão sobre este partido», preconizou o prelado.

De acordo com a Ziana, o bispo disse ainda que a igreja angolana espera resultados positivos das negociações em Abidjan, Costa do Marfim, entre representantes do governo de Luanda e do movimento de Jonas Savimbi.

Oliver Tambo

A morte em plena luta

«Era difícil acreditar que aquele homem já não existia... Ali estava um homem que morreu em paz consigo e com o mundo», disse, com profunda emoção, Nelson Mandela, na conferência de imprensa, realizada na sede do Congresso Nacional Africano (ANC), pela morte do presidente nacional do movimento, Oliver Tambo.

Referindo-se a Tambo como um irmão, «meu camarada, meu amigo e meu colega», Mandela fez questão de sublinhar, tal como o porta-voz do ANC, Gill Marcus, que a sua morte não terá impacto sobre as conversações em curso no país.

A morte de Tambo prejudicará as negociações com o governo em termos de «privar o movimento da sensatez e do conselho de uma figura ímpar», disse Mandela. Mas o processo de paz na África do Sul atingiu «um ponto irreversível», sublinhou, e o movimento possui «mulheres e homens com visão e capacidade suficientes para assegurar essa continuidade».

«Todos nós estamos determinados em depor um governo minoritário, sem azedume, mas com determinação», disse.

«Seria ingénuo da nossa parte acreditarmos que não teríamos dificuldades na nossa estratégia de optarmos pelas negociações (em vez da luta armada)», prosseguiu. «O ponto é que o ANC está confiante no seu controlo sobre o processo e que tem a capacidade de manter o país unido.»

As reacções à morte de Tambo foram de consterna-

ção geral e de valorização do papel do líder histórico do movimento anti-«apartheid» na África do Sul.

Oliver Tambo, que nasceu em 27 de Outubro de 1917, liderou o ANC no exílio durante os anos em que Nelson Mandela esteve preso.

Depois de 30 anos e nove meses de exílio, «o maior herói de África», segundo uma expressão de Nelson Mandela, Tambo entrou triunfalmente na África do Sul em 13 de Dezembro de 1990.

Líder do ANC desde 1967, foi eleito em Julho de 1991 para o novo cargo de presidente nacional do movimento.

Vítima de um acidente cerebral em Agosto de 1989, ficou parcialmente paralisado,



do, mas a capacidade intelectual deste homem célebre pela sua calma e moderação manteve-se intacta.

Oliver Tambo estudou na universidade sul-africana de Fort Hare ao lado de outras

figuras do nacionalismo africano como Mandela, Anton Lembede, Robert Sobukwe e Walter Sisulu.

Membro da Juventude do ANC em 1944, Tambo foi secretário-geral e depois vive-presidente nacional, em 1948, da organização juvenil do ANC.

Obteve com Mandela licença para abrir um gabinete de advogados em Joanesburgo, em 1952, ano da campanha da «desobediência civil». Tornou-se posteriormente secretário-geral do ANC, organização declarada ilegal em 1960.

Uma semana depois do massacre de Sharpeville, em 21 de Março de 1960, e dois dias antes da entrada em vigor do primeiro estado de emergência nacional, Oliver Tambo abandonou clandestinamente a África do Sul e criou a missão externa do ANC em Dar-es-Salam, Tanzânia, e depois em Lusaka, Zâmbia, tendo um papel determinante na luta do povo sul-africano contra o «apartheid».

PCP envia mensagem ao ANC

Ao tomar conhecimento da morte de Oliver Tambo, o Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português enviou ao Comité Executivo Nacional do Congresso Nacional Africano a mensagem que transcrevemos.

Queridos camaradas,

Ao tomar conhecimento do falecimento do camarada Oliver Tambo, presidente de Honra do ANC, transmitimos os sentimentos de profundo pesar e as sentidas condolências dos comunistas portugueses.

Prestando homenagem à sua vida de revolucionário dedicada à causa da liberdade e emancipação social do seu povo, expressamos a nossa confiança no triunfo da heróica luta do ANC e do povo sul-africano pela sua libertação do odioso regime do «apartheid».

Com a certeza da solidariedade de sempre dos comunistas portugueses, enviamos-vos, queridos camaradas, as nossas fraternais saudações.

Fome em Angola

O outro lado da guerra

Mais de 1,9 milhões de angolanos necessitam de auxílio alimentar de emergência durante os próximos meses, refere o Programa Alimentar Mundial (PAM), com base numa avaliação de peritos.

O director da operação do PAM em Angola, Philippe Borel, afirmou entretanto que estes números poderão ser consideravelmente agravados caso persista o conflito armado em Angola.

«O total da ajuda alimentar necessária durante os próximos 12 meses situa-se em 350 mil toneladas», afirmou Borel.

«Isto inclui 282 mil toneladas de cereais e 69 mil toneladas de uma mistura alimentar para crianças. Comparavelmente, o Sudão necessita de 324 mil toneladas para o resto de 1993», acrescentou.

A agravar o problema levantado pelo imenso volume de carga a transportar nestas operações, o PAM enfrenta ainda óbices logísticos para a entrega de ajuda num país onde a maioria das estradas e pontes foram destruídas e muitas outras se encontram severamente minadas, quando a maioria das capitais provinciais é apenas alcançável por via aérea.

«O programa estima que, nas presentes circunstâncias, possa apenas fazer entrega de 193 mil toneladas, ou seja, 57 por cento das necessidades estimadas», sublinhou o PAM.

«Caso persistam as limitações de acesso ao interior, o PAM poderá fazer apenas a entrega mensal de 3,2 mil toneladas por via aérea e 12,9 mil por terra», acrescentou.

Segundo esta organização das Nações Unidas, o défice alimentar é devido — com excepção das províncias atingidas pela seca — ao reacender dos confrontos armados desde Dezembro, o que impossibilitou culturas fartas alimentadas pelas boas chuvas que se fizeram sentir na maior parte de Angola.

Governo anula «triplo zero»

O governo angolano anulou a cláusula «triplo zero» dos acordos de Paz de Bicesse — o compromisso que proíbe ao governo e à Unita receberem ajuda militar externa e adquirirem material militar.

Um comunicado do Ministério dos Negócios Estrangeiros angolano afirma que a caducidade desta cláusula é consequência do facto de a Unita ter violado os acordos de Paz, ter recomeçado a guerra e manter um exército de 40 000 homens.

O Ministério apela para os países com que Luanda mantém relações diplomáticas e de cooperação para que ajudem Angola a apetrechar as suas Forças Armadas para a defesa do Estado, do povo e da democracia, ameaçados pela «ambição pessoal e a sede de poder do líder da Unita, Jonas Savimbi».

O comunicado acrescenta que o governo não abandonará o caminho do diálogo para encontrar soluções políticas para a grave crise que o país enfrenta.

Rússia

Aposta no presidencialismo num país em crise

Os resultados completos (embora não definitivos) do referendo realizado na Rússia, entretanto divulgados pela Comissão Eleitoral, indicam 58,09% de votos favoráveis na questão de confiança no presidente; 52,88% de apoiantes da política de reforma económica; 32,64% por eleições presidenciais e 41,4% por eleições legislativas antecipadas.

A participação foi de 64,6%.

As duas últimas questões do referendo — a antecipação de eleições presidenciais e legislativas — deveriam obter os votos de, pelo menos, 50 por cento dos eleitores para levarem automaticamente à convocação dos escrutínios antecipados.

A actual Constituição russa não prevê a antecipação do acto eleitoral e a sua convocação obriga a uma mudança constitucional, para a qual seriam necessários os votos de mais de metade dos eleitores recenseados.

Entretanto, em discurso televisivo nas vésperas do referendo, Ieltsin dizia que os votos a favor do presidente «serão considerados como a vontade do país em adoptar uma nova Constituição», o que lhe permitiria tirar partido da maioria dos votantes (e não dos inscritos) para prosseguir o seu objectivo de instaurar na Rússia um regime presidencial, quando de facto a maioria absoluta dos inscritos é requerida para as questões relativas à Constituição.

Para Ruslan Khasboulatov, presidente do Parlamento, o referendo irá essencialmente servir para Ieltsin impor uma nova Constituição da Federação russa «por meios não constitucionais».

Khasboulatov assegurou entretanto que «isso não acontecerá, porque temos meios que não o permitirão».

Também o presidente do Tribunal Constitucional russo, Valery Zorkin, alertou para os perigos da imposição de um regime presidencial, que, nas suas palavras, conduzirá «a uma explosão da situação» na Rússia, com o risco de guerra civil.

Zorkin, citado pela agência Interfax, afirmou que a escalada dos conflitos no território russo é de tal ordem que, «para prevenir uma guerra civil, não se pode admitir um regime presidencial directo na Rússia».

«A Rússia é um grande país onde se desenvolvem actualmente conflitos e se verifica uma radicalização à direita e à esquerda, enquanto as tendências separatistas se reforçam», disse.

Para evitar uma situação mais grave, «é preciso uma verdadeira aliança e não uma solução artificial que tente pôr fim ao conflito estabelecendo uma ditadura».

Entretanto, parece ser nesta solução artificial que Ieltsin aposta, enquanto a situação no país se agrava e a rápida degradação do nível e das condições de vida marca um

quotidiano cada vez mais difícil.

Os números esclarecedores e impressionantes, com destaque para um aumento vertiginoso da mortalidade e da criminalidade e a deterioração das condições sanitárias.

Em edição de 3 de Março, o jornal «Izvestia» divulga um relatório sobre a inquietante progressão do número de mortes no país: «A Rússia perdeu 250 000 vidas humanas em 1992 em consequência de acidentes, de mortes de causa não natural. Subida da mortalidade, acompanhada de quebra da natalidade. A Rússia registou uma baixa de 40 000 habitantes o ano passado. As razões desta evolução são múltiplas: aumento da mortalidade infantil, acidentes de trabalho, de estrada, assassinatos, suicídios, alcoolismo. Em

1992 houve 48 000 suicídios, ou seja mais 7000 que em 1991. A subida da mortalidade é particularmente acentuada entre os adolescentes, o que está directamente ligado ao aumento do consumo de álcool e de estupefacientes. O número de assassinatos duplicou em relação a 1987. A longevidade média diminuiu de 70 para 69 anos».

As estatísticas oficiais indicam quebras acentuadas no consumo. Em 1992, a quebra no consumo de carne foi da ordem dos 81%, lacticínios 75%, legumes 84%, peixe 56%.

A desindustrialização, claramente promovida pelo FMI, atinge em particular os bens de consumo, com um recuo de 33% a 43% na indústria ligeira.

Em 1992, a inflação atingiu os 2600 por cento.

Jugoslávia Conselho de Segurança agrava sanções

Em 15 e 16 de Maio os sérvios-bósnios vão referendar a decisão, assumida pelos seus deputados em Bijeljina, de rejeitar o plano de paz Vance-Owen, apesar dos apelos que os presidentes sérvio, Slobodan Milosevic, montenegrino, Momir Bulatovic, e jugoslavo, Dobrica Cosic, fizeram para a sua aceitação.

Entretanto, o Conselho de Segurança da ONU decidiu a entrada em vigor das sanções contra a Jugoslávia (Sérvia e Montenegro) penalizando desta forma, e uma vez mais, as populações jugoslavas por uma guerra em que se cruzam jogos de poder — no plano interno e externo — de que todas as populações da ex-Jugoslávia, hoje desmembrada, estão a ser vítimas.

Trata-se das medidas mais duras decretadas pelo Conselho de Segurança contra qualquer país desde o bloqueio total aplicado contra o Iraque quando da invasão do Kuwait em 1990 e que continua em vigor (apesar dos custos humanos, que se persiste em ignorar).

A Resolução 820, agora implementada, reforça o embargo imposto em Maio de 1992 contra a Jugoslávia, dentro da lógica maniqueísta de que seriam os sérvios os únicos responsáveis da guerra sangrenta que devasta a Bósnia-Herzegovina.

Além disso, proíbe todo o trânsito de mercadorias através da Jugoslávia por terra, salvo os artigos humanitários, e bloqueia todo o tráfico fluvial para esse país pelo Danúbio.

Decreta a exclusão marítima nas águas territoriais jugoslavas, ordena o congelamento de todos os bens financeiros do governo e empresas jugoslavas no estrangeiro, e proíbe todo o tipo de serviços, financeiros e outros, para a Jugoslávia, salvo as telecomunicações, o correio e os serviços legais.

Também ordena a apreensão de todos os veículos jugoslavos (aviões, camiões, barcos, etc.) no estrangeiro e a sua confiscação no caso de se provar que tentaram violar as sanções.

Por outro lado, limita o número de postos fronteiriços pelos quais possa entrar na Jugoslávia, a partir dos países vizinhos, o trânsito especificamente autorizado pelo comité de sanções, criado pelo Conselho de Segurança para velar pelo cumprimento das medidas.



Médio Oriente Nona ronda de conversações tem início em Washington

A nona ronda das conversações bilaterais de Paz para o Médio Oriente teve início em Washington, na passada terça-feira, após longa interrupção e num quadro difícil, de grande tensão nos territórios ocupados.

O primeiro-ministro israelita recusa desde já qualquer concessão relativamente ao encerramento dos territórios ocupados, imposto a 29 de Março na Faixa de Gaza e dois dias depois na Cisjordânia. Também em relação às deportações de 400 palestinianos em 17 de Dezembro último, e que conduziu à interrupção das conversações, mantém-se a intransigência do governo israelita. Israel recusa-se ainda a discutir, em Washington, o futuro de Jerusalém, muito embora tenha aceite que seja Faycal Hussein, personalidade de Jerusalém Oriental (reivindicada para capital de um futuro Estado da Palestina), a chefiar a delegação palestiniana.

Em véspera do retomar das negociações, Hussein afirmou a sua confiança na possibilidade de avanços significativos, acreditando que, após a nona sessão das bilaterais, começarão a ser repatriados os palestinianos expulsos por Israel desde 1967. Além dos 400 deportados em Dezembro, outros 1222 palestinianos foram expulsos desde 1967.

Mais descrente nos resultados desta ronda negociada está Hanane Ashrawi, porta-voz da delegação palestiniana, que considera que esta é uma última oportunidade para a paz. «Ou se verifica um resultado substancial, ou tudo fracassa», afirmou pouco antes do reinício do diálogo.

O que os palestinianos exigem, basicamente, é que as negociações com Israel sejam baseadas nas resoluções 242 e 338 do Conselho de Segurança da ONU, que preconizam o princípio da terra em troca de paz.

Para além do debate, essencial, da questão dos deportados, o que está em causa é que se inicie, de facto, a discussão dos verdadeiros problemas de fundo: a autonomia dos territórios ocupados e a constituição de um futuro Estado palestiniano.

É que, passados dois anos e meio sobre o lançamento das conversações bilaterais, na Conferência de Madrid, o processo de paz pouco ou nada avançou.

O primeiro-ministro israelita Yitzhak Rabin «deve compreender que se trata de paz e não de submissão», afirmou Yasser Arafat à chegada ao Cairo vindo de Damasco, onde os participantes árabes nas conversações com Israel decidiram participar nesta ronda de conversações.

Evocando as críticas nas fileiras palestinianas em relação à decisão de participar nas negociações, Arafat sublinhou existir «uma democracia segundo a qual a maioria respeita o ponto de vista da minoria que, ela, se conforma com a opinião da maioria».

Entretanto, alguns membros da delegação palestiniana, nomeadamente do Partido Popular Palestino, pediram a suspensão da sua participação nesta ronda de conversações.

Nos territórios ocupados a situação é tensa. No próprio dia em que era anunciado o reinício do processo negociado, um palestiniano morreu e 19 casas foram destruídas por roquetes lançados pelo exército israelita sobre a Faixa de Gaza.

Eritreia opta por independência

Cerca de 95 por cento dos eleitores eritreus pronunciaram-se a favor da independência da Eritreia no referendo de três dias que terminou domingo.

A proclamação da independência deverá ocorrer no próximo dia 24 de Maio.

O referendo foi supervisionado por delegados da ONU, a Organização da Unidade Africana (OUA), a Liga Árabe, o Conselho Islâmico e a Comunidade Europeia.

Antiga colónia italiana, a Eritreia integrou uma Federação com a Etiópia, por mandato da ONU, desde 1952 até 1962, ano em que, numa decisão unilateral, o então imperador etíope Haile Selassie a anexou e converteu numa província do império.

Esta decisão foi o detonador da guerra civil encabeçada pela Frente Popular de Libertação da Eritreia (FPLE). Depois de Maio de 1991, e da queda de Mengistu Haile Marian, a FPLE formou um governo provisório na Eritreia, chefiado por Isaias Afewerki e anunciou que convocaria um referendo, supervisionado pela ONU.

A independência da Eritreia priva a Etiópia do acesso ao mar, mas o governo provisório já anunciou que este país poderá continuar a usar os portos por onde canalizava as suas importações e exportações.

■ Pedro Tadeu (texto) / Sérgio Moraes (fotos)

Agricultores em Lisboa A FORÇA DA GENTE HONESTA

Um «grito de sobrevivência do mundo rural», porque «esta PAC é a ruína» e ninguém sabe «afinal, onde param os milhões» prometidos pelo Governo. Os cartazes brandiam as razões dos cinco mil que invadiram a grande capital. De Trás-os-Montes ao Algarve, chegaram para atropelar o trânsito da Lisboa que olhava a marcha, surpreendendo nomes esquecidos de lugares onde nasceram os pais, os avós. Talvez Trancoso, Ovar, Malta ou Castelo de Paiva. Ou de tantos outros! Uns vieram de véspera, outros no próprio dia, depois de sete horas de viagem iniciada às quatro da manhã, para ali esmagar o asfalto com a altivez de quem tantas vezes ordena a extinção da lua e, da terra incessantemente revolvida, manda nascer o sol.

O cansaço, pelo menos naquela segunda-feira, era sujeito que parecia desconhecer esta gente, para desespero dos jornalistas e operadores de câmara, que seguiram esforçadamente o passo acelerado da manifestação. Depois da jornada matinal de autocarro, os agricultores tiveram disposição para dar uma extensa volta a partir do Parque Eduardo VII até São Bento, suspendendo a marcha junto à residência do primeiro-ministro, onde uma delegação da CNA - Confederação Nacional da Agricultura - viu gorada a expectativa de ser recebida por Cavaco Silva. Depois viria ainda uma visita à vizinha Assembleia da República e uma estrada final, de novo até ao Marquês de Pombal, com uma última paragem frente ao INGA - Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola -, o organismo estatal responsável pela atribuição de subsídios para o sector e, no dizer dos manifestantes, o executor «dos milhões que nos roubam».

A extensão do percurso seria acrescida por uma volta combinada com a Polícia de Segurança Pública, de forma a evitar, tanto quanto possível, os inevitáveis inconvenientes causados à circulação automóvel lisboeta. Assim se explicou o motivo de, naquela tarde, a distância mais curta que faz a união entre dois pontos não ser uma recta. Facto que acabaria por se mostrar vantajoso para as intenções dos manifestantes, já que o número de cidadãos que viu passar a longa fila de agricultores foi muito maior do que se previa.

«Quem são eles?», perguntava alguém. «Então não vês? Olha para as caras, são agricultores, não enganam ninguém», responde outra voz assistente da marcha. A aprovação surgia, na maior das vezes, implícita ou enfática com um curto «acho muito bem!».

«Vocês não sabem a miséria que vai nas montanhas». «A gente trabalha o ano todo e depois ninguém nos compra o produto». «Andam a importar carne com hormonas e fruta envernizada». «Fechem Vilar Formoso!». Frases soltas ditas nas mais variadas pronúncias. Com desespero e com a decisão de não deixar mais a água correr por baixo das pontes sem que, entretanto, algo mude para melhor.

Alegria

Mas a alegria também tinha de ser mostrada a Lisboa. Alguns instrumentos musicais, acordeões, violinos, bombos e flautas, traziam em pontos vários da fila, músicas tradicionais que ajudavam a marcar o ritmo dos passos. As conversas incluíam ironias e piadas «à gente que nos governa».

Os alvos da contestação foram, preferencialmente, a reforma da Política Agrícola Comum, a Comunidade Europeia e, responsáveis máximos, «o senhor primeiro-ministro e o senhor ministro da Agricultura», nas expressões usadas por esta «gente de bem». Uma gente de bem que não aceitou o que entendeu ser uma «ofensa»: uma barreira policial colocada na Rua Borges Carneiro, que por força de uma regulamentação recente, tenta impedir que as diversas manifestações que se realizam com destino à residência oficial do primeiro-ministro se afastem o mais possível desta e da movimentada Calçada da Estrela.

Viemos em paz

«Isto não é o Jardim Zoológico para estarmos atrás das grades». «Nós viemos em paz». «Não somos gado». As frases indignadas foram-se soltando e a barreira seria rompida, com a contensão suficiente para se suspender frente ao edifício que personificava os objectos de contestação. O trânsito da calçada é interrompido, a delegação da CNA tenta ser recebida. Leva a nega. João Dinis anuncia na megafone: «o senhor primeiro-ministro não teve um minuto para receber os agricultores». Assobios, protestos. «Ele não tem vontade de resolver os problemas dos agricultores», diz alguém. O dirigente da CNA provoca o aplauso da multidão quando anuncia que, pelo contrário, «o senhor Presidente da República» anunciou que receberia uma delegação da confederação no próximo dia cinco de Maio.

A fila desce para a Assembleia da República, não sem antes despejar na via sacos de batatas, fruta e palha. «É para o Cavaco ver o que nós temos de fazer nas nossas terras!»

Na Assembleia da República os manifestantes eram aguardados pela polícia de choque, entretanto chamada depois dos «incidentes» de há pouco. A polícia praticamente limitava-se a mostrar-se, acalmando os ânimos mais exaltados, impedindo o rompimento de uma barreira de acesso ao edifício do Parlamento, ouvindo as queixas de alguns e dando mesmo conselhos: «quando for votar, vingue-se» diria uma voz emitida por debaixo de um capacete, para um interlocutor de chapéu negro.



Os manifestantes romperam a barreira que impedia o acesso à rua da residência oficial do primeiro-ministro

«A polícia que receba os corruptos!»

«Teremos de dizer que a Polícia de Segurança Pública recebeu os agricultores com a dignidade que eles merecem». Palavras ditas ao megafone por um dirigente da CNA, Joaquim Casimiro, que entendeu dever fazer a distinção entre a acção da polícia e o acto de quem ordenou o policiamento. «A polícia devia era receber os corruptos, não os agricultores».

Geralmente os jornais dão notícia apenas da acção repressiva das polícias sobre manifestantes, muitas vezes injustificadas e desproporcionadas em relação ao que de facto se passa nessas concentrações.

As horas de viagem, o cansaço, a frustração do anúncio de que o primeiro-ministro Cavaco Silva não receberia os agricultores, as grades colocadas no caminho para a residência oficial, obrigando a uma paragem distante do alvo pretendido pelos manifestantes, são factos que estiveram na origem do *sururu* e do rompimento da barreira policial largamente registados pela comunicação social no dia desta manifestação.



«Senhor primeiro-ministro, afinal onde estão os milhões?»

Se for preciso, voltamos!

Os passos aceleram, sobem a Rua de São Bento, atravessam o Largo do Rato, descem a Alexandre Herculano, passam por uma surpreendida Avenida da Liberdade. Na Rua Camilo Castelo Branco a frente da manifestação con-

funde-se momentaneamente e a sede dos Bombeiros Lisboenses teve quase uma concentração à porta.

Finalmente, encontrada a sede do INGA, a marcha termina. Nova delegação da CNA é recebida pelos responsáveis do instituto, precisamente à hora de saída dos funcionários, que sorriam enquanto lançavam

tímidos «com licença» à passagem por entre a multidão.

O dia em Lisboa chegava ao fim. Para alguns, finalmente, um sinal de cansaço a caminho do autocarro que viajaria novas sete horas até aos locais de origem: pés descalços em cima do empedrado, botas na mão direita balançando

lentamente. «Se for preciso, voltamos!», concluiu alguém.

CARTAZES



«Paguem o nosso trabalho!» A determinação no rosto

Uma luta que vem de trás

A sucessão de manifestações de agricultores que um pouco por todo o lado têm ocorrido desde o princípio do ano, fazia já prever que a de segunda-feira passada em Lisboa fosse um dos protestos mais significativos realizados em Portugal nos últimos anos. Não fossem as dificuldades de transportes e de uma época em que é difícil abandonar os campos que necessitam de cuidados, aos cinco mil agricultores que vieram à capital juntar-se iam muitos outros milhares que já participaram em outros momentos de protesto em outros locais do País.

Só no mês de Março contabilizam-se oito manifestações importantes, sucessivamente, no dia 11 em Silves com a presença de 100 agricultores e em Vagos com a presença de 400; a 14 um plenário em Trancoso com 250 pessoas e uma grande manifestação em Leiria a reunir mil agricultores com ida ao Campo de S. Jorge e corte da estrada nacional nº. 1.

Ainda em Março, a 15, em Coimbra, na Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral realiza-se outra concentração que termina com um encontro de uma delegação dos manifestantes com o Governador Civil; a 19, em Aveiro com 350 agricultores; a 20, três centenas de produtores de batata reúnem-se no concelho de Aguiar da Beira e a 25 realiza-se um plenário na Feira de Barcelos onde se exige a reabertura da Feira de Gado.

Uma exigência reformada na mesma cidade a 4 de Março, junto à Câmara Municipal de Barcelos, depois de uma reunião com 300 agricultores promovida pela Associação de Defesa dos Agricultores do Distrito de Braga (ADADB) para discutir a situação da lavoura.

A 9 de Março, regista-se um encontro de agricultores em Évora que culmina com um desfile pela cidade.

Cortes de estrada

Também em Março uma concentração de produtores de batata da região de Chaves, em protesto contra a falta de escoamento do produto, terminou com tractores e alfaías agrícolas a cortarem temporariamente, a estrada que liga a cidade à fronteira de Vila Verde da Raia. Os mil agricultores de Chaves chegaram a isolar a cidade durante algumas horas, apesar de estar montado um grande dispositivo policial.

Grande aparato policial tentou no final do mês impedir a manifestação de agricultores na Vila de Trancoso quando ocorria uma visita do primeiro-ministro Cavaco Silva (que se recusaria a receber uma delegação dos manifestantes) à Feira do Queijo realizada na vila. Também agricultores da região de Aguiar da Beira (Guarda) manifestaram-se frente aos paços do concelho da vila, exigindo medidas urgentes de apoio ao escoamento de produtos.

Mas desde o princípio do ano que as movimentações ocorrem de Norte a Sul do País: no dia 4 de Janeiro realiza-se uma concentração na Feira da Batalha para, no dia seguinte, se concentrem os produtores de tomate em Benfica do Ribatejo.

A 3 de Fevereiro, 600 agricultores concentram-se na Feira do Bombaral reclamando a resolução dos problemas do escoamento da fruta, batata e vinho. No mesmo dia, a comissão de agricultores de Chaves promove uma manifestação na fronteira de Vila Verde de Raia, bloqueando a fronteira durante quatro horas. Os dois mil agricultores com os seus 300 tractores em desfile levantam o problema da batata de consumo.

A 10 de Fevereiro concentram-se os produtores de batata da zona agrária de Chaves reunindo representantes da comissão de agricultores com um subdiretor do INGA.

A Federação dos Agricultores do Distrito de Leiria organiza a 15 de Fevereiro uma concentração em Alcobça num protesto pela falta de escoamento de fruta, vinho, gado suíno e batata. A 17 concentram-se mil agricultores com tractores e máquinas agrícolas em Chaves - são os produtores de batata do Alto Tâmega que exigem um subsídio à produção da batata de consumo. Ainda neste mês realiza-se uma nova concentração em Trancoso.

Isto anda tudo ligado, ou: as conversas são como as cerejas

1 - Contradição

Nos últimos anos, a morte do comunismo à escala planetária foi abundantemente noticiada e dada como facto consumado. O mesmo se passou, em cada país, quanto aos respectivos partidos comunistas.

A comunicação social portuguesa destacou-se em toda esta operação como uma das mais aguerridas e a mais talentosa na arte da cangalha. O inevitável "Público", sem dúvida o satélite luso mais fiel cumpridor dos ditames da nova ordem comunicacional mundial, excedeu-se no zelo necrológico. Com o rigor que o caracteriza em matéria informativa sobre o PCP, o jornal de Belmiro de Azevedo cometeu, mesmo, a proeza única de anunciar o dia exacto da morte: "o PCP morreu ontem", garantiu, a dada altura, o alvoroçado "Público".

Cumprida a tarefa, ou seja, morto o comunismo, mortos e enterrados todos os partidos comunistas, os rapazes respiraram aliviados. Entretanto, sem que eles se apercebessem disso, a vida continuou. A conclusão, apresentada como incontestável e definitiva, de que o desmoronamento da comunidade socialista na Europa significava a vitória definitiva do sistema capitalista é, hoje, generalizadamente rejeitada. O desemprego, a miséria, a exploração, a criminalidade, a degradação ambiental e todas as outras consequências naturais do capitalismo acentuam-se e crescem todos os dias. Por outro lado, milhões de comunistas, em todo o Mundo e nas mais diversas condições objectivas e subjectivas, prosseguem a luta contra a injustiça, a opressão, a exploração; pela liberdade e pela democracia; por sociedades fraternas, solidárias, justas, sem exploradores nem explorados. E em Portugal o PCP, através de uma intensa actividade, continua a afirmar-se como o grande defensor dos interesses dos trabalhadores, do povo e do país e a confirmar-se como a única verdadeira e coerente oposição à política do governo de Cavaco Silva. Actividade que a comunicação social dominante, com o fogoso "Público" na vanguarda, silencia quase totalmente. Percebe-se: tendo anunciado a morte do PCP - e chegando a apresentar a respectiva certidão de óbito autenticada - não faria sentido noticiar a actividade do PCP... ainda que essa actividade seja, como se sabe, superior à dos outros partidos nacionais.

Há no entanto uma contradição nesta prática informativa do impetuoso "Público": a que resulta do facto de um jornal que anunciou a morte do comunismo e noticiou o dia e a hora exactos da morte do PCP, continuar a fazer do anticomunismo a sua linha editorial dominante e do PCP o alvo preferencial dos seus ataques.

2 - PE... S, Público e caça ao voto

A (des)propósito das comemorações do 25 de Abril, o "Público" deu à luz dois dos habituais textos produzidos em serviço combinado SJA/PE. Neles cumpre o matutino de Belmiro de Azevedo um duplo papel: por um lado, intrigando e manipulando ou, pura e simplesmente, mentindo (sempre apoiado nas "fontes" onde usa beber); por outro lado, continuando a programada promoção da sua PE, (essa forma desavergonhada de dizer PE...S), da qual se tornou assumido órgão oficial. Completa os dois artigos o surpreendente texto de João Mesquita no "Público" de 26/4. Por razões que não de ser muito fortes, a peça de JM sobre as comemorações quase ignora as comemorações. Dir-se-ia que, deixando em casa a sua qualidade de jornalista, o cidadão JM deu vazão às suas opções político-partidárias. Dir-se-ia que, fechando os olhos, os ouvidos e a inteligência às dezenas de milhares de pessoas que desfilarão pela Avenida, aos cartazes que ostentavam, JM preocupou-se apenas com a promoção da sua PE...S.

Não vale a pena responder à intrigalhada disparada pelo "Público". Vale a pena, sim, recordar duas ou três verdades ligadas à história destas comemorações. Como se sabe, o PCP participa desde o início na Comissão Promotora das comemorações populares do 25 de Abril e sempre dispensou à realização das comemorações todos os seus esforços: na dinamização, todos os anos, da Comissão Promotora; no intenso trabalho de mobilização para o desfile e na sua organização; na preparação técnica do comício, etc., etc. Como se sabe, também, o PCP sempre rejeitou a instrumentalização das comemorações, a sua utilização visando objectivos partidários ou, em anos de eleições, como é o de 1993, o seu aproveitamento para fins eleitoralistas. Que outros não têm tido tal postura é coisa igualmente sabida. Se o PS dá guarida nas suas listas autárquicas a elementos da PE

Promovidos pelo jornal de Belmiro de Azevedo a "figuras nacionais", é um problema do PS e do "Público" (e, talvez, dos ditos elementos enquanto membros da associação que, com fins lucrativos, decidiram constitu-

ir). Mas não vale e é feio procurar desviar as atenções da questão essencial: a tentativa de, através dos apêndices da PE, fazer das comemorações do 25 de Abril um instrumento do eleitoralismo desbragado.

3 - Candidato de passagem

A propósito de eleitoralismo desbragado é mister referir uma figura que ameaça invadir e instalar-se no processo eleitoral autárquico: o candidato de passagem, que é um produto em desenvolvimento, uma espécie de praga que alastra de eleição para eleição. É grande a diferença na situação existente desde as primeiras, tímidas e quase isoladas, tentativas de lançamento do candidato de passagem (J.M.Júdice e Pacheco Pereira em Loures são exemplos que saltam à memória) até ao panorama actual caracterizado pela divulgação de vários nomes nessa perspec-



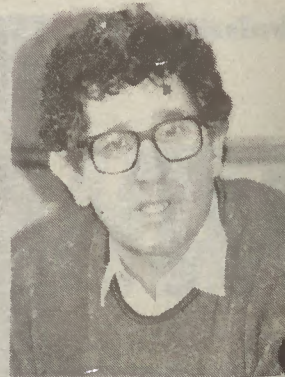
tiva e já com alguns deles concretizados (Edite Estrela, J.L.Judas e António Costa, por exemplo).

O candidato de passagem é um facto político, uma criação mediático-partidária com um campo de acção rigorosamente limitado no espaço e no tempo. A sua génese é simples, como convém nestas situações: após ter sido promovido a "figura nacional" por via de sucessivas aparições na comunicação social, o candidato é lançado de pára-quadras no concelho que mais interessa à força política a que pertence. (Um concelho importante sempre porque, por razões óbvias, não há candidatos de passagem em concelhos menores...). O candidato de passagem não conhece nada do concelho onde aterriza mas sabe-se e é justo reconhecê-lo que, regra geral, já passou pelo referido concelho, em trânsito ou em passeio familiar, uma meia dúzia de vezes. Lançado, o candidato de passagem faz quase sempre uma intensa e dispendiosa campanha eleitoral no decorrer da qual, prometendo tudo ao eleito, se apresenta como o único destinatário legítimo do voto útil.

Depois de derrotado volta à profissão de "figura nacional" e quando, ocasionalmente, lhe acontece passar pelo concelho onde, de passagem, foi candidato, comenta para si: "nunca mais caio noutra". O candidato de passagem é um dos instrumentos utilizados por quem, de facto, vê os portugueses não como pessoas mas como um negócio.

4 - Cascais a voo de pássaro

Falando em negócio, vem ao caso o caso de Cascais, concelho sobre o qual, na sequência de "um bom negócio", foi lançado, na última semana da Quaresma, dependurado em colorido pára-quadras, o candidato J.L.Judas. Pela comunicação social da especialidade soubemos todos os pormenores do acto desde o pré ao pós-lançamento. Ainda em queda livre, o candidato negociado entre o PS e a PE...S produziu a declaração característica do candidato de passagem: "Cascais é um concelho que ao lado do luxo tem imensos focos de pobreza". E eufórico por se sentir portador de tanto conhecimento sobre o concelho, o candidato, sempre no ar, não resistiu a manifestar o seu "entusiasmo com a ideia de combater a burguesia de Cascais". Tal propósito causou natural sensação.



JOSÉ CASANOVA
Membro da Comissão Política

A conclusão, apresentada como incontestável e definitiva, de que o desmoronamento da comunidade socialista na Europa significava a vitória definitiva do sistema capitalista é, hoje, generalizadamente rejeitada.

Diz-se que, na Quinta da Marinha, numa reunião de condóminos convocada de emergência, foi decretado o estado de hilariedade geral. Diz-se, ainda, que os estados gerais PE...S, incomodados, se decidiram por um duplo puxão de orelhas ao radical candidato que de imediato se corrigiu: "Não vou ser o Robin dos Bosques de Cascais", e foi por um triz que não acrescentou: "pelo contrário". Postas as coisas nos eixos, acorreu o prestável "Públi-

co" (sempre ele) a entrevistar mais uma vez o candidato o qual, novamente embalado, olhando Cascais sempre lá de cima e revelando total adaptação à sua nova situação, decretou que o eleitorado da CDU no concelho deveria votar nele, Judas Candidato, e que se não o fizesse estaria a dar provas de terrível sectarismo. Ficamos à espera de o ouvir dizer, na noite das eleições, que a derrota da sua candidatura se ficou a dever ao facto da CDU, por sectarismo, ter tido mais votos do que o PS.

5 - O sectarismo volta a atacar

João Soares insiste em atribuir ao "sectarismo do PCP" a responsabilidade pela não concretização de ligações PCP/PS em vários concelhos do país, nomeadamente na Área Metropolitana de Lisboa. O método é velhíssimo: nada mais fácil para se fugir às responsabilidades e à verdade do que ligar a cassete do lugar comum anticomunista.

A verdade é assim: João Soares acha e diz que o PCP tem demasiada influência na AML e que o PS tem influência a menos na mesma região. Vai daí propõe que o PCP ofereça ao PS a presidência de um conjunto de Câmaras de maioria CDU de modo a que o PCP diminua a influência que tem e o PS aumente a sua. Como contrapartida, o PS, num gesto magnânimo, "ofereceria" ao PCP a concretização de ligações entre os dois partidos em todos esses concelhos. É a recusa pelo PCP de tão generosa proposta que J. Soares chama "sectarismo". Para quem eventualmente não saiba, importa informar que o PS recusou liminarmente a proposta feita pelo PCP no sentido de os dois partidos se coligarem em todos os concelhos onde, apesar de o PCP e o PS em conjunto terem a maioria dos votos, é a direita que detém a presidência das respectivas câmaras. Entre estes concelhos estavam, por exemplo, Sintra, Oeiras e Cascais. Quais as razões não "sectárias" da recusa do PS a esta proposta? João Soares tem dito que o PS não pode aceitar esta proposta porque ela daria mais uma presidência ao PCP e apenas mais duas presidências ao PS...

E o mais espantoso nisto tudo é que J. Soares, quando propõe o que propõe, quando recusa o que recusa, quando argumenta o que argumenta, está a falar a sério.

Desporto da Festa começa em Maio

Milhares de desportistas participam em diversas modalidades na Festa do «Avante!», muito para além dos três dias de Setembro em que a iniciativa decorre. Já a partir de meados de Maio, muitos atletas estarão a disputar os torneios da Festa, como é o caso dos jogos de qualificação para o torneio de apuramento em Futebol de Salão, para o qual é ainda possível inscrever equipas, seguindo as regras estabelecidas no regulamento que aqui publicamos. Outras modalidades estão igualmente a preparar os seus torneios, já que o desporto na Festa é

multidisciplinar, abrangendo modalidades tão diversas que vão dos jogos populares aos torneios de Xadrez e Damas, passando pela já tradicionalmente espectacular Corrida da Festa, a prova de abertura de época em atletismo que no nosso país maior número de atletas reúne.

Este ano está também prevista a estreia de novas modalidades desportivas na Atalaia, mas a sua divulgação ficará para outra altura. Para já, todos os interessados em participar no torneio de futebol de salão devem ler o regulamento aqui impresso.

COMPRE JÁ A SUA

EP ENTRADA PERMANENTE

A venda nas Sedes do PCP

Não deixe para amanhã o que pode fazer hoje

EP'ra já!

3. 4. 5 SETEMBRO ■ ATALAIA-AMORA-SEIXAL

3. 4. 5 SETEMBRO ■ ATALAIA-AMORA-SEIXAL

3. 4. 5 SETEMBRO ■ ATALAIA-AMORA-SEIXAL

3. 4. 5 SETEMBRO ■ ATALAIA-AMORA-SEIXAL

3. 4. 5 SETEMBRO ■ ATALAIA-AMORA-SEIXAL

Torneio de Futebol de Salão

Regulamento

I - ORGANIZAÇÃO, PARTICIPANTES E INSCRIÇÕES

1 - ORGANIZAÇÃO

A Festa do «Avante!» organiza o torneio de Futebol de Salão Sénior cuja responsabilidade executiva cabe à Comissão do Desporto da Festa do «Avante!», Comissões Regionais, Distritais e Concelhias do PCP.

2 - PARTICIPANTES

No torneio de Futebol de Salão Sénior da Festa do «Avante!», podem participar equipas representativas de clubes, colectividades, escolas, Comissões de Moradores, empresas ou de outras organizações populares.

3 - INSCRIÇÕES/IDENTIFICAÇÃO

3.1 - Só serão consideradas inscritas no torneio de Futebol de Salão Sénior da Festa do «Avante!» as equipas que entreguem o boletim de inscrição totalmente preenchido, cabendo às organizações locais do torneio o seu envio para o Gabinete da Comissão do Desporto da Festa do «Avante!», Av. António Serpa, 26-2º Esq. - 1000 LISBOA - FAX 796 98 97.

3.2 - As inscrições das equipas poderão ser pagas ou gratuitas. Esta decisão é da responsabilidade das Organizações Concelhias ou Regionais do Torneio do PCP.

3.3 - A identificação dos atletas e delegado é obrigatória sempre que solicitada pela Organização mediante a apresentação do B.I. ou outro documento com foto desde que conste da ficha de inscrição da Equipa.

3.4 - A identificação das equipas será feita através do nome da equipa e da cor dos equipamentos.

II - REGRAS

As regras do jogo do Torneio de Futebol de Salão Sénior da Festa do «Avante!» são as da Federação Portuguesa de Futebol de Salão, aprovadas em AGE de 23/09/89 (conhecidas por Futebol de 5 Livre sem Tabelas).

III - CALENDÁRIO E RESPONSABILIDADES

1 - FASE LOCAL/CONCELHIA

1.1 - Esta fase é da responsabilidade dos organismos concelhios do PCP e decorrerá de 02 de Maio a 04 de Julho (64 dias).

1.2 - Só serão considerados válidos para apuramento da fase seguinte os torneios concelhios com o mínimo de quatro equipas participantes.

1.3 - Os concelhos que realizarem torneios com o número de equipas igual ou superior a 15 terão direito a duas equipas na fase de apuramento Distrital/Regional.

1.4 - Os prémios respeitantes a esta fase são da responsabilidade dos organismos concelhios do PCP.

1.5 - Os locais de jogos e arbitragem são da responsabilidade dos organismos concelhios do PCP.

2 - FASE DISTRIAL REGIONAL

2.1 - Esta fase é da responsabilidade das Organiza-

ções Distritais/Regionais do PCP e decorrerá de 10 de Julho a 08 de Agosto (30 dias).

2.2 - Os Distritos/Regiões que realizarem torneios com um número igual ou superior a 40 equipas terão direito a duas equipas na fase de apuramento nacional.

2.3 - Os locais de jogos e arbitragem são da responsabilidade das organizações Distritais/Regionais do PCP.

3 - FASE NACIONAL

3.1 - Esta fase é da responsabilidade da Comissão do Desporto da Festa e realiza-se de 14 a 29 de Agosto (16 dias), agrupando os Distritos/Regiões de acordo com as proximidades geográficas e o número de equipas apuradas na fase Distrital/Regional.

3.2 - De cada uma destas zonas sairá apenas uma equipa para disputar as meias finais que se realizarão nos dias 04 e 05 de Setembro de 1993, no rínque polivalente no interior da Festa do «Avante!», Quinta da Atalaia, Amora, Seixal, onde serão apurados os 1.º, 2.º, 3.º e 4.º classificados.

3.3 - A equipa apurada em 1.º lugar de cada zona efectuará um depósito no valor de Esc.: 10 000\$00 que será devolvido após a realização do torneio, caso não tenha cometido qualquer falta de comparência.

3.4 - O sorteio entre as quatro equipas finalistas realizar-se-á no dia 04/09/93 às 16.30 horas, no rínque polivalente, realizando-se o 1.º jogo às 18.00 horas e o 2.º jogo às 19.00 horas, referentes às meias-finais.

4 - PRÉMIOS

4.1 - Os prémios da fase final nacional são da responsabilidade da Comissão do Desporto da Festa do «Avante!» e serão compostos por:

4.2 - Taças para os 1.º, 2.º, 3.º e 4.º classificados e medalhas para todos os elementos das equipas.

5 - VÁRIOS

5.1 - Equipamento principal e suplente, bem como uma bola, são da responsabilidade das equipas.

5.2 - A organização do torneio de Futebol de Salão Sénior da Festa do «Avante!» não se responsabiliza por qualquer acidente ou outros danos que ocorram na realização do torneio, em qualquer uma das fases.

5.3 - Todas as despesas de deslocação, estadia e alimentação são da responsabilidade das equipas:

5.4 - Os bilhetes de acesso à entrada no recinto da Festa são da responsabilidade da Comissão do Desporto até ao máximo de 15 por equipa finalista.

5.5 - Os casos omissos neste regulamento serão resolvidos pela Comissão do Desporto da Festa do «Avante!».



Para tudo ser de novo possível, é necessário garantir a venda antecipada da EP

Comprar já a EP

De novo este ano, uma das prioridades da preparação da Festa do «Avante!» é fazer aumentar o já de si bom resultado obtido o ano passado no que diz respeito ao número de EPs - Entradas Permanentes na «festa!» - vendidas antecipadamente.

Cabe às organizações do PCP a responsabilidade de dinamizarem e promoverem a venda militante da EP, dando assim uma decisiva contribuição para a concretização dos projectos idealizados para a Festa deste ano. Há que estabelecer metas e objectivos a cumprir em determinados prazos, de acordo com as possibilidades de cada uma das organizações, tentando encontrar as melhores formas de abordagem e promoção do ingresso para os três dias da «festa!».

Só um bom resultado de vendas antecipadas de EPs facultará atempadamente os meios necessários ao Partido para concretizar todos os complexos (e dispendiosos) trabalhos preparatórios da «festa!». Esta é assim, também, uma questão política da maior importância, para todos desde já considerarmos. É que a única fonte de receita própria que o Partido Comunista Português dispõe para assegurar a realização da Festa do «Avante!», desta importante iniciativa política e cultural, resulta precisamente da venda antecipada das EPs. A receita assim obtida funciona como *seguro de vida* da própria «festa!».

A compra antecipada da EP é também um gesto de solidariedade para com esta iniciativa que mobiliza tantos milhares de pessoas.

Para adquirir uma EP basta procurá-la nos centros de trabalho do PCP em todo o País ou nas mãos de dezenas de milhar de activistas.



O Futebol de Salão volta à Festa. O torneio sénior já mexe

Os 150 anos do Tribunal da Boa-Hora

Um vasto programa, com sessões solenes, colóquios, debates, poesia, conferências, comemora, desde o passado dia 15 e até ao próximo dia 21 de Maio, os 150 anos do Tribunal da Boa-Hora, em Lisboa. Especial relevo teve, até porque se desenrolou no dia 24 de Abril, a sessão sobre o Plenário, oportunidade para recordar criticamente o fascismo, no próprio quadro material em que se faziam os «julgamentos» dos antifascistas. A sessão, teve a participação do Presidente da República, Mário Soares, de Octávio Pato, dirigente comunista que ali foi julgado e condenado pela sua luta pela liberdade e pela democracia, e do historiador Fernando Rosas.

O Presidente da República, que nessa qualidade fora convidado, e também na de ex-advogado de presos políticos e ainda na de ex-réu do mesmo tribunal plenário fascista, recordou a história do Tribunal nas últimas décadas, acentuando as épocas anteriores e posteriores a 1945 — «o arbítrio em estado puro» de antes e a «repressão científica» que se seguiu — salientando a criação salazarista das tristemente célebres «medidas de segurança», que permitiam «manter presos eternamente» todos quantos, mesmo depois

de cumprida a pena, se mantinham fiéis às suas convicções. Mário Soares recordou ainda alguns dos processos ali julgados, nomeadamente o de Alvaro Cunhal, de que salientou a «defesa extraordinária», e o do próprio Octávio Pato, agredido durante o próprio julgamento e expulso da sala. O Presidente lembrou ainda que os advogados dos presos políticos faziam ponto de honra em defendê-los gratuitamente, em «acto de resistência e solidariedade». O camarad Octávio Pato, que foi o primeiro orador na sessão, e cuja intervenção publicamos na íntegra, salientou o significado da iniciativa «na avaliação histórica da justiça em Portugal».

O dirigente comunista, que abordou largamente o papel do Tribunal Plenário como «importante peça na engrenagem repressiva» do fascismo, «caricatura jurídica que pretendia legalizar a prisão e a tortura pela Pide», distinguiu o papel dos actuais juizes da Boa-Hora, que «em boa hora promoveram esta sessão» e assim «deram um bom contributo para mostrar o contraste profundo entre o passado fascista e o pós-25 de Abril num aspecto fundamental do regime».



A crónica sinistra dos plenários fascistas Intervenção de Octávio Pato

O camarada Octávio Pato foi o primeiro orador na sessão comemorativa dos 150 anos do Tribunal da Boa Hora. Não se limitando a narrar a sua própria experiência como um dos muitos presos políticos que o fascismo ali condenou em mascarada jurídica, acentuando a necessidade de se não perder a memória dos crimes praticados pelos «juizes» do Plenário, o dirigente comunista considerou que a sessão constituía, simultaneamente, um alerta e um apelo. Alerta pelos sinais preocupantes de uma ofensiva governamental contra a independência dos Tribunais e dos magistrados. Apelo a todos os portugueses para se unirem e garantirem «uma justiça administrada em nome do povo, para servir a democracia, o progresso e a independência nacional». Publicamos seguidamente, na íntegra, a intervenção de Octávio Pato. Os subtítulos são da responsabilidade da Redacção.

É com grande satisfação que agradeço o convite que me fizeram para participar numa iniciativa de real significado na avaliação da história da justiça em Portugal.

Se fosse necessária prova de que o fascismo existiu no nosso país e com ele a privação das mais elementares liberdades democráticas, aí estaria o Tribunal Plenário para o demonstrar à saciedade, um tribunal que existiu, não para julgar mas unicamente para condenar.

Efectivamente, os mais elementares direitos democráticos do cidadão de ter direito à sua defesa, de só ser condenado mediante provas, de ter um processo justo, a ausência de coacção aos advogados de defesa, o não estar indefinidamente preso aguardando julgamento ou a não ser agredido em pleno tribunal, foram sistematicamente recusados, nos julgamentos de milhares de presos políticos acusados de delitos de opinião e de actividade política de oposição ao regime fascista.

Uma caricatura jurídica

O Tribunal Plenário era uma importante peça da engrenagem repressiva, era uma caricatura jurídica que pretendia «legalizar» a prisão e a tortura pela Pide. Constituíam-no juizes como o célebre Dr. Caldeira e outros mais. Os processos eram instruídos pela Pide, os seus agentes e torcionários serviam de testemunhas e as próprias sentenças vinham cozinhadas da Pide.

E não se tratava de quaisquer sentenças: tratava-se inclusive de prisões perpétuas através das monstruosas «medidas de segurança» prorrogáveis indefinidamente de seis meses a três anos.

Em 1960, os tribunais políticos portugueses, excluindo os das colónias, julgaram 249 réus e condenaram 196 democratas (na sua grande maioria comunistas) a um total de 342 anos de prisão maior celular e mais 114 anos de correcional. Daqueles, 92 foram condenados a «medidas de segurança» em que a maioria esteve mais de três anos. Ou seja: os 196 réus foram condenados em mais de 732 anos, a que se deve acrescentar 1900 anos de privação de direitos políticos com profundas consequências à saída da prisão. O ritmo manteve-se: em 1964 foram aplicadas penas de 600 anos, nos 5 anos anteriores cerca de 600 presos foram condenados a 2111 anos. 70% dos presos que em 1962 estavam presos em Peniche já tinham cumprido as penas e estavam em «medidas de segurança». 22 dos presos que em 1969 estavam em Peniche somavam 124 anos de prisão e estavam já em «medidas de segurança».

Creio ter pleno cabimento referir a minha própria experiência, até porque situações semelhantes ocorreram com milhares de presos políticos. Fui preso em Dezembro de 1961 e logo submetido a 11 e mais 7 dias de tortura de sono e a brutais espancamentos, permanecendo 4 meses isolado nas «gavetas» do Aljube. Como não prestei quaisquer declarações, a minha nota de culpa é elaborada a partir da Pide nos termos habituais de pertencer a uma organização secreta e clandestina que pretendia lutar contra o regime por meios não consentidos. Nem declarações, nem assinaturas, nem testemunhas, salvo agentes da Pide. Na sala do Plenário, o trivial: a maioria dos lugares foram previamente ocupados por agentes ou informadores da Pide e só alguns lugares ficavam vagos para familiares ou amigos dos presos. Naquele tempo já era difícil encontrar advogados que aceitassem participar naquele simulacro de justiça e serem sujeitos a humilhações e ameaças. Eu tive o privilégio de ter dois advogados, o Dr. Mário Soares e o Dr. Luís Saias, mas ambos pouco puderam alegar em minha defesa. O Dr. Mário Soares foi abruptamente ameaçado de se ir sentar no banco dos réus se não suspendesse de imediato as suas alegações. Quando vou responder ao interrogatório do «juiz» Caldeira, este adverte que só quer resposta sim ou não. Como eu insista numa defesa política do PCP, na denúncia do fascismo e da repressão, o «juiz» ordena a minha expulsão da sala: sou arrastado à força e aos pontapés pelos agentes da Pide até ao calabouço. Pouco depois, no calabouço, o escrivão lê a sentença: 8 anos e meio de prisão e «medidas de segurança» prorrogáveis. O Plenário satisfazia a encomenda da Pide...

Naquele tempo já era difícil encontrar advogados que aceitassem participar naquele simulacro de justiça e serem sujeitos a humilhações e ameaças. Eu tive o privilégio de ter dois advogados, o Dr. Mário Soares e o Dr. Luís Saias, mas ambos pouco puderam alegar em minha defesa. O Dr. Mário Soares foi abruptamente ameaçado de se ir sentar no banco dos réus se não suspendesse de imediato as suas alegações. Quando vou responder ao interrogatório do «juiz» Caldeira, este adverte que só quer resposta sim ou não. Como eu insista numa defesa política do PCP, na denúncia do fascismo e da repressão, o «juiz» ordena a minha expulsão da sala: sou arrastado à força e aos pontapés pelos agentes da Pide até ao calabouço. Pouco depois, no calabouço, o escrivão lê a sentença: 8 anos e meio de prisão e «medidas de segurança» prorrogáveis. O Plenário satisfazia a encomenda da Pide...

Preservar a memória

Nos Plenários de Lisboa e do Porto sucederam-se acontecimentos criminosos. Com pretexto ou sem nenhum, homens e mulheres foram lançados anos e anos para os cárceres do Tarrafal, de Angra, Peniche, Caxias, do Porto, Aljube ou outros de triste memória.

Porém é importante preservar essa memória, como forma de impedir o branqueamento do fascismo e os crimes praticados pelos «juizes» do Plenário, e expurgar para sempre a repetição do flagelo.

Para vos mostrar quanto a realidade suplanta à imaginação, lembro aqui o célebre julgamento dos «papelinhos», não só como exemplo de condenação pré-fabricada mas por envolver dois advogados. A pretexto de terem sido encontrados bilhetes entre os presos, a Pide montou um processo em que os presos eram acusados de actividades na cadeia, contra a segurança interna e externa do Estado. Entre os acusados, o Dr. Humberto Lopes na base de um parecer que fizera para um companheiro sobre as «medidas de segurança». O «julgamento» realizou-se em 1957, aparecendo já o «juiz» Caldeira como assessor. Lidas as sentenças revoltantes: José Vitoriano, que já tinha terminado a pena e estava em «medidas de segurança», foi condenado em mais 6 anos e meio; Francisco Miguel em mais cinco; Humberto Lopes, que entretanto fora absolvido no processo que motivara a sua prisão, foi condenado em dois anos e meio, e todos em «medidas de segurança». Para culminar, o advogado de alguns

réus, Dr. Manuel João Palma Carlos, foi em pleno julgamento acusado de desrespeito ao tribunal, foi julgado e condenado em 7 meses de prisão, 1 ano de privação de direitos políticos e 1 ano de interdição do exercício de advocacia

Às ordens da Pide e do Plenário, Álvaro Cunhal esteve 8 anos isolado numa cela da Penitenciária de Lisboa e nos primeiros 15 meses de prisão até ao seu «julgamento», ficou durante todo esse tempo completamente isolado sem dispor de um livro, de um simples lápis e nem sequer de papel para a sua higiene.

Numa cela não longe da sua, sucumbiu Militão Ribeiro com ele preso na mesma altura.

Relembrei dois julgamentos, em milhares, apenas para documentar a realidade do Tribunal Plenário que até ao 25 de Abril culminava a repressão contra os antifascistas portugueses. E para mostrar como foi negativa e não casual que pela acção da Presidência do Conselho de Ministros do actual Governo tivesse cessado a «Comissão do Livro Negro sobre o regime fascista» que publicou vários livros sobre a repressão com o relato dos atentados, crimes e dramas que flagelaram os portugueses durante meio século.

Relembrar e descrever o passado fascista permite tornar mais evidente para as novas gerações, mas também para todo o povo português, o que significam as continuadas privações de direitos e liberdades dos últimos anos, assim como a criação de aparelhos repressivos e policiais secretas dependentes do Governo, bem como as tentativas de cercear ou anular a independência do poder judicial.

E ver-se-ia a decisiva importância que teve a determinação e, pode dizer-se com propriedade, o heroísmo dos presos que numa situação aparentemente sem saída persistiam em defender a sua luta ante a Pide e no Plenário, e nas cadeias denunciaram o regime, bem como dos advogados e testemunhas que participaram nessa luta apesar das ameaças, humilhações e represálias.

De destacar igualmente o importante papel desempenhado pela Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos, criada em 1970, na inestimável acção de solidariedade política e material aos presos políticos.

Os Tribunais Plenários chegaram a ser três. O de Lisboa, Porto, e o Auxiliar. Aceitaram assumir o execrável papel de ser-ventuários da Pide, pessoas que se intitulavam juizes como foram Silva Caldeira, Abreu Mesquita, Almeida Moura, Borges da Gama, Arelo Manso e alguns mais.

Milhares de testemunhos dos que assistiram a julgamentos, inclusive de algumas personalidades estrangeiras que verificaram com os seus próprios olhos a veracidade dos factos, forneceram elementos para as campanhas de denúncia e pela amnistia dos presos políticos que foram lançadas no País e internacionalmente. Deste modo, o Tribunal Plenário passou a ser uma das peças acusatórias do que de mais odioso criou o regime fascista de Salazar e Caetano.

Sinais preocupantes e sinais estimulantes

Os comunistas portugueses sempre estiveram em grande maioria entre as vítimas injustiçadas pelo Tribunal Plenário fascista e nas primeiras filas dos que o combateram sem tréguas. Bastará referir que os 36 membros do Comité Central do PCP, eleito logo após o 25 de Abril, somavam 308 anos de prisão.

Miguel Urbano Rodrigues

Das inverdades da propaganda ao complexo de culpa romeno

Jornais e telejornais continuam a afirmar que a Roménia é um país governado por um partido comunista que apenas mudou de nome e linguagem. A mensagem é falsa. A Frente Democrática de Salvação Nacional, que actualmente ali exerce o poder, não tem afinidades com organizações que assumem o marxismo na teoria e na praxis.

A maior parte dos dirigentes e dos militantes da FDSN pertenceu ao desaparecido Partido Comunista Romeno mas defende hoje uma política incompatível com os objectivos do socialismo. Muitos desses dirigentes (todos aqueles com quem falei) afirmam não ter qualquer ideologia; quando se insiste, admitem situar-se no quadrante da social-democracia. Na prática, a FDSN propõe-se levar adiante um projecto capitalista de cariz mais liberal do que social-democrata.

O entendimento desta e de outras contradições do momento social romeno perturba o visitante estrangeiro.

O Partido Comunista Romeno chegou a ter mais de três milhões de membros inscritos. Quando perguntava como acabou, a resposta mais comum era a que se havia desintegrado, acompanhando a queda de Ceausescu, a 22 de Dezembro de 1989. A resposta é simplista, mas facilita a compreensão da viragem e de muitos equívocos que a envolvem.

De comunista, aquele partido tinha apenas o nome.

O rótulo que a imprensa internacional cola com frequência ao Presidente da República, Ion Iliescu, é também fantasista. Li discursos seus; ouvi com atenção as respostas que deu e questões colocadas por deputados da UEO durante a prolongada audiência que concedeu à Comissão Política da Assembleia Parlamentar daquela organização europeia. Não sei se algum dia se sentiu comunista, mas, obviamente, hoje não o é.

As duas Frentes

Após os acontecimentos que culminaram com o derrubamento de Ceausescu, a situação foi, na prática, durante algum tempo, de vazio de poder. Menos de dois meses depois, a 9 de Fevereiro de 1990, constituiu-se a Frente de Salvação Nacional. Em muitas capitais europeias foi dito que, afinal, essa Frente era apenas o Partido de Ceausescu mascarado. Afirmar sem fundamento porque a Frente era um saco de gatos onde cabia gente diversíssima. Quase todos os dirigentes, porém, tinham

sido, em algum momento das suas carreiras, quadros, ou pelo menos militantes, do antigo partido comunista.

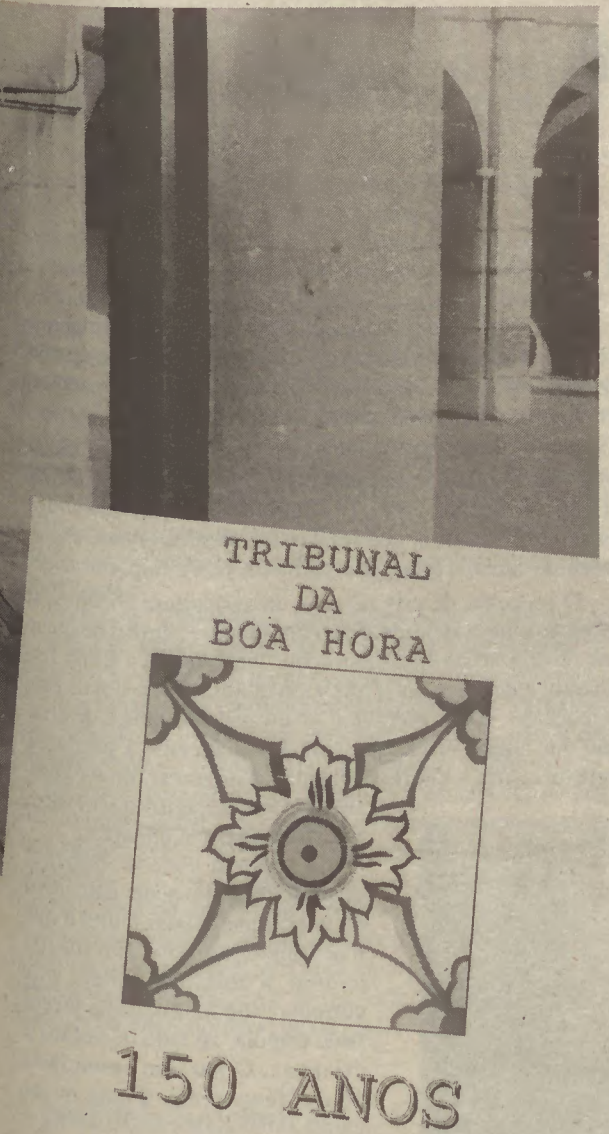
Para o eleitorado, as propostas programáticas estavam longe de ser claras. O factor determinante na opção do voto acabou por ser desconfiança que a campanha de direita restauradora inspirou aos trabalhadores e aos camponeses. Alguns partidos expressavam-se como se fosse possível voltar meio século atrás. A Frente foi assim beneficiada pelo temor suscitado pelo discurso saudosista, por vezes monárquico e fascista, da reacção quimicamente pura. A Frente obteve 66% dos votos e isso bastou para que na Europa Ocidental e nos EUA logo se proclamasse que os comunistas tinham vencido as eleições. Uma inverdade.

Poucos meses foram suficientes para ficar transparente que o governo do primeiro-ministro Petre Roman se distanciava de compromissos assumidos e desenvolvia uma política ostensivamente de direita.

1. Assumiu uma postura agressivamente anticomunista.
2. Optou por uma submissão total às pressões da CEE e dos EUA.
3. Aplicou um programa de privatizações selvagens.
4. Abriu as portas a uma corrupção generalizada.

O Presidente da República tinha-se afastado da Frente, alegando a necessidade de total independência nas suas relações com os partidos. A liderança daquela organização partidária caiu então nas mãos de Roman, uma estranha personagem com um toque ficcional. Demagogo, óptimo comunicador, talentoso, sem escrúpulos, ambicioso, esse playboy da política conquistou a simpatia e a confiança de largas camadas populares num país que estava a realizar, em condições muito desfavoráveis, a sua aprendizagem da democracia. Durou pouco tempo o fascínio. Dizem que Petre Roman acumulou uma grande fortuna. Verdade ou não, a sua política desencadeou a corrupção em escala não imaginada.

Encontrei Roman em reuniões da UEO com Comissões do Parlamento Romeno. Fala fluentemente, e sem



Daí a legitimidade que têm os comunistas, não só para fazer a denúncia desse passado, como ainda para reclamarem que não caia no esquecimento e apelar para uma rigorosa vigilância que impeça qualquer regresso ao passado.

Os juizes do Tribunal da Boa Hora que, em boa hora promoveram esta sessão, deram um bom contributo para mostrar o contraste profundo entre o passado fascista e o pós-25 de Abril num aspecto fundamental do regime. Fazendo-o, manifestam o seu empenho para a luta contra os odiosos sistemas de repressão e simulacros de legalidade dos Plenários fascistas e demonstram que o exercício da democracia não é uma expressão vazia de conteúdo.

Muitos foram os juizes que não pactuaram com a opressão e o arbítrio fascistas, mas se acaso tivessem recorrido, antes do 25 de Abril, a uma greve semelhante à que recentemente fizeram, de certeza absoluta que muitos deles teriam sido presos e muitos provavelmente julgados e condenados no Tribunal Plenário.

Consideramos que esta sessão, neste momento, constitui um alerta e um apelo.

De facto, sabendo pela análise dos factos, da perversão da justiça que adveio de não haver garantia de respeito pela independência dos tribunais, da independência dos magistrados judiciais e da autonomia do Ministério Público, tudo deve ser feito para impedir a governamentalização da justiça e dos tribunais.

Não se trata de preocupações abstractas. Existem sinais preocupantes de uma ofensiva governamental contra a independência dos Tribunais e dos magistrados. Aí está a inclusão, no ano passado, de representantes do Governo no Conselho Superior do Ministério Público. Vejam-se as tentativas de limitar o mandato e a capacidade de intervenção ao Procurador Geral da República. Vejam-se as alterações propostas na eleição do Conselho Superior da Magistratura. Vejam-se outras intenções de limitar a autonomia do poder judicial, tais como a atribuição à Polícia Judiciária de poderes que competiriam a magistrados a coberto de uma pseudoluta contra a corrupção. Vejam-se ainda os limites introduzidos ao sigilo profissional designadamente pelo Código do Processo Penal, com as alterações ao Código Penal, a Lei do Segredo de Estado, a extinção do Conselho de Imprensa e a criação da governamentalizada Alta Autoridade para a Comunicação Social e a lei restritiva do direito à greve com a abusiva e a ilegal aplicação dos chamados serviços mínimos.

São apenas alguns exemplos que motivam sérias e legítimas preocupações quanto à política antidemocrática do actual Governo que tem a ousadia de conceder pensões vitalícias a destacados torcionários da Pide, mas que silencia e nada faz para atenuar a difícil situação em que se encontram muitos dos que, por terem lutado pela liberdade e a democracia, sofreram anos e anos de prisão.

Sabemos de sinais estimulantes de que é generalizada a posição dos magistrados portugueses de defenderem as tradições de independência e isenção, rejeitando as tentativas de tutela e dependência governamentais e pugnando por que o poder judicial democrático se mantenha como um dos esteios das conquistas alcançadas com a revolução de Abril.

Reafirmo, por isso, que é com grande satisfação que participei desta iniciativa, pelo que ela significa de justiça na avaliação da história, apontando os verdadeiros réus e pelo que significa de apelo a todos os portugueses para se unirem e garantirem uma justiça administrada em nome do povo, para servir a democracia, o progresso e a independência nacional.



SPECIAL ADVERTISING SECTION

ROMANIA: REBUILDING THE NATION

Fast Track to a Free Market

Privatization is remaking Romania's economy

ROMANIA
Rebuilding the Nation

A New Era Begins
Three years after its revolution, Romania made great strides in developing a free economy, attracting investment and the confidence of its people.

'A Hidden Gem'
Why foreign companies from Shell, Colgate, Palmolive are investing in Romania.

Fast Track to a Free Market
Romania's privatization program, its economy.

A New World of Bank
Romania is creating a financial sector for the 21st century.

Economic Outlook
President Ion Iliescu and Prime Nicolae Ceausescu discuss investment opportunities and the economy.

The customer, not the state, is the master now.

Paul Tevescu
Transport Minister

Foreign
Internationally recognized program established under the auspices of the U.S. Agency for International Development (USAID) to support Romania's economic reform and development.

Foreign
President Ion Iliescu and Prime Minister Nicolae Ceausescu are seen in a meeting with U.S. Agency for International Development (USAID) officials.

EM FOCO

Das inverdades da propaganda ao complexo de culpa romeno

sotaque, o francês, o inglês, o espanhol, o alemão e tem muitos amigos no Conselho da Europa.

Um discípulo de Reagan

Quem pagou a factura da política de galopada da Frente para a direita foi o povo romeno. Não houve por isso surpresa quando a 25 de Novembro de 1991 o descontentamento popular gerou uma crise a que o governo de Roman não resistiu. O país estava cansado de nepotismo, de escândalos, de uma estratégia económica que enriquecia os especuladores e empobrecia o povo.

Em Março de 1992, constituiu-se a Frente Democrática de Salvação Nacional, organização que, ao romper com a primitiva Frente, recebeu a adesão da maioria dos deputados e senadores que por ela haviam sido levados ao Parlamento.

«A criação da Frente Democrática foi facilitada pelo facto de grande parte da população não aceitar que o Estado se retirasse da direcção da política económica», segundo me disse o senador Ion Vasile. «Roman esforçara-se por aplicar à letra as teses reaganianas do Estado Mínimo.» A Roménia ficou mais pobre e a sua frágil economia afundou-se.

Ao irromper no cenário político para assumir logo o governo, a Frente Democrática encontrou-se numa situação ingrata. Era um conjunto heterogéneo. Definia-se mais pela negação da obra devastadora de Petre Roman do que por um projecto próprio. «O nosso objectivo prioritário — ouvi do deputado Cristian Ionescu — era proteger a classe média e os trabalhadores, arruinados por uma política desastrosa.»

No contexto caótico que fora criado, essa tarefa era, como se verificou, difícilíssima.

Petre Roman tentou, desde início, caracterizar a Frente Democrática como partido comunista reconstituído. Mas a manobra fracassou. A única organização que no país reivindica hoje princípios e metas do marxismo é o pequeno Partido Socialista do Trabalho.



tica opinião. Reconhece, entretanto (Volume 21, Número 13, Junho de 92), que a inflação é altíssima, e que o produto nacional bruto caiu acentuadamente durante o governo de Roman.

O reverso da medalha

A situação económica, tal como a capta o visitante, não justifica o optimismo da «Newsweek». Em 1992, a inflação atingiu os 200%.

A partir do início de Maio, ou seja, da próxima semana, a vida vai ser ainda mais difícil para muitos milhões de romenos. Com o fim dos subsídios ao pão, à manteiga e outras gorduras, ao leite, aos transportes, à electricidade e aos combustíveis, os orçamentos domésticos entrarão em ruptura.

Participei em discussões acaloradas sobre o tema. Como os salários são baixíssimos, o aumento dos produtos de primeira necessidade produzirá efeitos devastadores. O salário mínimo, menos de 15 mil lei, equivale a 4 contos mensais. O Presidente recebe aproximadamente 60 contos, um ministro 27, um deputado 21, um general 20, um professor universitário menos de 15 (embora o director de uma grande empresa estatal possa ganhar o dobro do Chefe de Estado).

Os subsídios permitiam, contudo, que determinados serviços e bens tivessem preços irrisórios. O metro custava 5 escudos, um bilhete de cinema 35, uma entrada para o futebol 50, uma renda de cada média entre 250 e 400 escudos mensais. Tudo mudará com as medidas exigidas pelo FMI. Os investidores estrangeiros concluíram, porém, que a economia romena caminha na boa direcção. Quanto aos trabalhadores terão de apertar mais o cinto.

Comparar os preços vigentes em sociedades dissemelhantes é sempre tarefa ingrata e arriscada. Para um português, uma casa de cinco assoalhadas à venda por 2000 contos seria uma pechincha. Mas tal casa num bom bairro de Bucareste somente está ao alcance de famílias abastadas. O mesmo se pode dizer de um automóvel de custo equivalente a 450 contos (o Renault de fabrico romeno); ali é caríssimo. Um jantar (barato) de 5000 lei corresponde a um terço do salário mínimo...

O petróleo está a acabar

Para a bolsa do trabalhador, esses bens são inatingíveis. O importante, por exemplo, é o aumento do quilo do pão. Subsidiado valia... dois escudos. Agora o seu preço «irá para as nuvens», como dizem em Bucareste.

O que, na perspectiva do povo, define o estado geral do país não são as opiniões elogiosas dos directores da Pepsi-Cola, da Siemens ou da Colgate-Palmolive, mas sim o facto de a Roménia, que foi durante séculos grande exportador de cereais, estar, pela primeira vez, a importar trigo.

O processo de privatização da agricultura encontra-se praticamente concluído. Foi o mais rápido e brutal de quantos ocorreram no Leste Europeu. Washington e Bonn festejaram a entrega das terras «a seis milhões de novos proprietários», como escreve a «Newsweek». Mas a destruição das cooperativas fez cair drasticamente a produção agro-pecuária e enormes extensões de terras férteis apresentam um aspecto desolador, transformadas em matagais.

O próprio FMI reconhece, contrafeito, que o poder aquisitivo da população baixou muito e que o desemprego alastra. Nas ruas da capital, à porta dos hotéis, nos corredores do Metro, gente jovem pede esmola, ao lado de velhos e crianças. O paraíso anunciado pela «Newsweek» é uma miragem.

As reservas de petróleo, a manter-se o actual consumo (17 milhões de toneladas por ano),



PEPSI-COLA INTERNATIONAL and ANT-AMROQ BOTTLING COMPANY LIMI

ARE PROUD TO PRESENT THE CHOICE OF A NEW GENERATION IN ROMANIA



President Ion Iliescu Discusses Romania's Economic Outlook

Prime Minister Nicolae Văcăroiu Outlines Investment Opportunities

Destination: Romania

Why Western visitors and investors alike are looking to Romania

THE LAND THAT WAS THE HOME of the first communist revolution in Europe is now attracting a new wave of interest from Western investors and tourists alike. Romania's economic reforms, particularly in the areas of privatization and trade liberalization, have opened up a market that is ripe for investment. The country's rich natural resources, including oil, gas, and minerals, are also attracting significant attention from the West. As the economy begins to stabilize, Romania is seen as a promising destination for those seeking new opportunities in Eastern Europe.



Investment opportunities in Romania are vast and varied. From infrastructure projects to high-tech industries, there are many sectors where foreign capital is needed. The government's commitment to economic reform and its efforts to attract investment are key factors driving this interest. As the country continues to reform, the potential for growth and development is significant. For investors looking to diversify their portfolios and tap into emerging markets, Romania offers a compelling case.

EM FOCO

estarão esgotadas dentro de uma década. O país, cujo petróleo permitiu ao III Reich levar as suas Divisões Panzer até ao Volga, importa já mais de metade dos combustíveis líquidos na esperança de que as companhias estrangeiras encontrem novas jazidas (pouco prováveis) de hidrocarbonetos. O gás natural também está prestes a esgotar-se.

A aposta das transnacionais é inseparável de uma ambição simultaneamente económica e política: fazer da Roménia um mostruário da reconversão rápida ao capitalismo de um país que fez parte durante décadas da área socialista. Uma tentativa semelhante está em curso na Hungria.

O povo romeno recebe os estrangeiros — especialmente os latinos — com cativante sentido de hospitalidade.

Contrariamente ao que acontecia nos demais países da Europa Oriental, os romenos instruídos falam com desembaraço outras línguas (sobretudo o francês e o inglês), o que facilita os contactos com gente de fora e os humaniza. Os antigos laços afectivos e culturais com a França deixaram raízes fundas.

Faltou-me, infelizmente, tempo para os contactos pessoais prolongados em que tanto se aprende. O programa da visita, muito carregado, apenas possibilitou uma ida a Ploiesti e a Sinaia, nos contrafortes exteriores dos Cárpatos. Essa jornada foi viagem por épocas cujas lutas marcaram profundamente o carácter do povo. Descobri velhos mosteiros barrocos, perambulei pelos salões e escadarias de um palácio inimaginável (misto de renascença e art nouveau) construído para satisfazer os caprichos de uma dinastia estrangeira. Um dia enriquecedor, de diálogo mudo com a memória viva de uma história permanentemente moldada pela conflitualidade de culturas. O património artístico romeno expressa dolorosamente esse choque do qual resultou dialecticamente um povo que se foi formando lentamente a Norte do Danúbio nas terras da antiga Dácia Romana.

A potência balcânica

Bucareste não é uma cidade bela. Mas tem a personalidade das capitais abertas ao mundo. Percorrendo sem rumo as suas avenidas e ruas, detendo-me a observar o fluir da vida, falando com gente desconhecida, tentei, num calmo entardecer de Abril, ajustar ideias e sensações. Apenas isso.

Mais do que nas palavras, presente-se no que não é dito que uma parcela importante do povo romeno não conseguiu ainda encontrar respostas (que o satisficam minimamente) para contradições antiquíssimas a que se somaram outras, actuais e trágicas. Uma fortíssima consciência nacional, indissociável do assumir da latinidade, faz da Roménia uma ilha unitária numa região abalada e dividida por particularismos desagregadores. Esse facto — uma excepção — tem um significado que não mereceu ainda atenção e estudo. Após a secessão que partiu em duas repúblicas a antiga Checoslováquia e os conflitos que esfacelaram a Jugoslávia, a Roménia emerge hoje na região como país de 24 milhões de habitantes rodeado de vizinhos com muito menos de metade da sua população. É a potência dos Balcãs. A contrapartida dessa realidade é uma exacerbação do sentimento nacional que leva alguns partidos e correntes de opinião a sonharem com a integração futura, numa grande Roménia, da República da Moldavia, da Bucovina e da Transnistria, maioritariamente habitadas por populações que falam a língua romena. É um sonho perigoso que traz à memória rios de sangue derramados na Península Balcânica em conflitos inseparáveis de tentativas para rectificar fronteiras artificiais.

O Palácio e o seu criador

Paralelamente a esse orgulho da nacionalidade, da romania, o visitante regista uma atitude que, de certa maneira, o neutraliza. Não sei como a definir. É um complexo de culpa de contornos variáveis, difusos, mas que pesa muito na vida do país. Aquilo a que poderá talvez chamar-se o «complexo Ceausescu». Manifesta-se de duas maneiras: o deslumbramento perante o Ocidente e a vergonha do passado recente. Ambas as posições, como atitudes de desculpabilização, se me afiguram negativas.

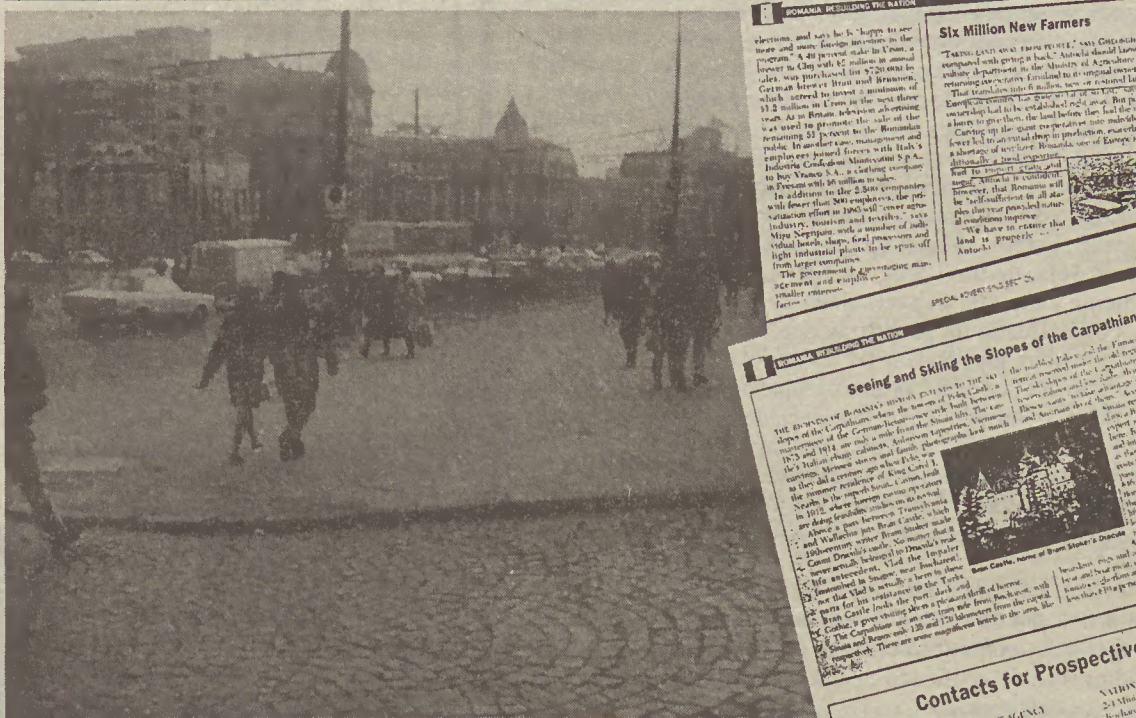
O cidadão comum tende, por um lado, a idealizar as sociedades capitalistas como templos da liberdade, da democracia e do progresso, colocando nelas bondades que as mistificam. Não enxerga, com poucas excepções, as mazelas e crueldades do capitalismo. A consequência, igualmente nociva, dessa predisposição é a esperan-

Duas Câmaras e muitos partidos

A nova Constituição romena de 1991 instituiu um regime de duas Câmaras. Dez partidos grandes e médios destacam-se no Senado e na Câmara dos Deputados:

- Frente Democrática de Salvação Nacional — 49 senadores e 117 deputados
- Partido Nacional Camponês Cristão e Democrático — 20 senadores e 40 deputados
- Frente de Salvação Nacional — 18 senadores e 36 deputados
- Partido de Unidade Nacional Romeno — 14 senadores e 30 deputados
- Partido de Unidade Democrática Magiar — 12 senadores e 26 deputados
- Partido A Grande Roménia — 6 senadores e 10 deputados
- Partido Socialista do Trabalho — 5 senadores e 10 deputados
- Partido da Aliança Cívica — 4 senadores e 10 deputados
- Partido Liberal — 4 senadores e 8 deputados
- Partido Social-Democrata — 1 senador e 5 deputados.

Outros partidos, não citados, têm também minúscula representação parlamentar.



ROMANIA REBUILDING THE NATION

A New Era Begins

Three years after its revolution, Romania has made great strides in developing a free-market economy, attracting investment and restoring the confidence of its people

THE STRAITS AND BELTS OF ROMANIA are coming back to life. After three years of economic stagnation, the country is now opening its doors to the world. The government has introduced a series of reforms...

NEW IDEAS OF HOW TO RUN THE ROMANIAN economy have been introduced. The government has introduced a series of reforms...

ROMANIA REBUILDING THE NATION

Six Million New Farmers

THE ROMANIAN GOVERNMENT HAS INTRODUCED a series of reforms...

THE ROMANIAN GOVERNMENT HAS INTRODUCED a series of reforms...

ROMANIA REBUILDING THE NATION

Seeing and Sking the Slopes of the Carpathians

THE ROMANIAN GOVERNMENT HAS INTRODUCED a series of reforms...

THE ROMANIAN GOVERNMENT HAS INTRODUCED a series of reforms...

THE ROMANIAN GOVERNMENT HAS INTRODUCED a series of reforms...

THE ROMANIAN GOVERNMENT HAS INTRODUCED a series of reforms...

ROMANIA REBUILDING THE NATION

A História não é linear

A questão é muito mais importante e complexa do que alguns analistas ocidentais têm sugerido em ensaios dedicados ao tema. Fundir, num todo monolítico, Ceausescu, a sua política, o seu tempo e o povo romeno conduz a uma condenação genérica e absoluta de tudo o que existia na Roménia à data da queda do regime ditatorial de que ele era chefe e símbolo. E isso é inaceitável, envolve uma agressão à História.

Estou persuadido de que para se entender um pouco o que está a passar-se na Roménia é indispensável estabelecer separação nítida entre o homem Ceausescu (e o ditador) e mudanças estruturais na vida do país, que precederam, a sua chegada ao poder, continuaram a produzir efeitos e trouxeram benefícios à sociedade romena. A História não é linear e as análises maniqueístas são incompatíveis com um pensamento democrático. O reconhecimento de que Nicolás Ceausescu foi um moderno déspota que governou calcando aos pés princípios que invocava e cultivando um monstruoso culto da personalidade não implica a condenação de conquistas importantes que o povo romeno realizou após o fim da guerra mundial, conquistas que ficaram a assinalar transformações positivas numa sociedade onde no campo perduravam ainda relações de produção quase feudais. Uma postura isenta perante a História exige, pelo contrário, o reconhecimento de que na Roménia não há hoje analfabetismo e mais de 240 000 estudantes frequentam universidades. A tiragem somada dos três principais jornais diários excede 700 000 exemplares. O país dispõe de um milhão de quadros altamente qualificados, de um desenvolvida indústria pesada (siderúrgica, automóvel e aeronáutica) e de um moderno sector petroquímico. Os crimes de Ceausescu, reais e indesculpáveis, não podem fazer esquecer aquilo que é a Roménia como totalidade resultante de uma cadeia de contradições. É também amoral invocá-los e usá-los como argumento para tentar o encobrimento das consequências do desgoverno de Petre Roman e a justificação de uma política de privilégios ao imperialismo que os próprios gestores das transnacionais confessam ir mais longe de tudo o que lhes é oferecido nos países mais dependentes do Terceiro Mundo.

Rectificação

Erros tipográficos alteraram o sentido de duas passagens do artigo do nosso camarada Miguel Urbano Rodrigues publicada na última edição do «Avante!». Na referência ao Acto de União da Valáquia e da Moldávia que precedeu a independência da Roménia, a data de 1859 apareceu trocada por 1959.

Noutro parágrafo, quando se fala de Iancu de Hunedoara, também conhecido como Janus Hunyadi, lê-se no texto que o vencedor dos turcos em Belgrado «é, paradoxalmente, herói nacional romeno e búlgaro». Como se deprende dos períodos seguintes, o autor escreveu «romeno e húngaro».

Por uma televisão pública

■ José Garibaldi

Em Portugal não temos um serviço público de televisão.

Durante muitos anos existiu uma televisão única, a RTP, a que se convencionou chamar o serviço público de televisão, uma vez que esse era o conceito consagrado na Constituição e públicos eram os dinheiros que em parte a financiavam. No entanto, nunca pareceu importante - pelo menos para quem detinha o poder e usava a RTP como instrumento da sua política - aproximar a televisão que se fazia do conceito de televisão pública correntemente aceite.

Uma televisão pública começa por ser independente do poder político e económico, não apenas devido ao modo como a sua administração é escolhida, como pelo conteúdo efectivo da sua programação e informação e ainda pela isenção e respeito pelo profissionalismo com que os seus quadros são seleccionados e promovidos.

Depois, caracteriza-se pela preocupação de pluralismo, não apenas no sentido usual do termo, que diz respeito à expressão e ao confronto das correntes de opinião, mas encarado na sua concepção mais ampla a que corresponde a necessidade de atender aos interesses e preocupações, às diversidades de gosto e de formação cultural dos mais diversos sectores da comunidade.

Assim, é não só o local privilegiado do debate político e do confronto de propostas e soluções para os problemas nacionais, como o difusor de uma programação generalista, ou seja, de uma programação que tenha simultaneamente em conta a diversidade de públicos existente e a diversidade de propostas que, no plano recreativo e formativo, lhes podem ser feitas.

Uma televisão pública está, portanto, empenhada em chegar junto do mais variado leque de espectadores, em atingir uma larga audiência, porque a propagação do espírito crítico que deve promover e a qualidade da cidadania participativa que deve fomentar só se tornam eficazes se e enquanto for sintonizada por vastos estratos populacionais.

Uma televisão pública é um factor de identidade nacional, de promoção da cultura de um país, dos seus criadores e agentes e, conseqüentemente, um centro de produção audiovisual diversificado e capaz de estimular o talento dos seus colaboradores.

Conseqüentemente, é um local de pesquisa, tanto no plano estético como tecnológico, um impulsionador do novo e do diferente, um ponderado desafiador dos padrões discursivos existentes bem como da monotonia dos esquemas de programação em voga.

Um serviço público de televisão autolimita-se quanto ao tempo de emissão que concede à publicidade comercial, não só pela filosofia de programação que lhe é inerente, como por razões que podem ter a ver com o respeito pela integralidade das obras culturais que difundem.

Por outras palavras: o serviço público de televisão é muito mais do que o conjunto de tarefas de interesse público que lhe foram estatutariamente cometidas - tempos de antena, espaços de programação para confissões religiosas, Universidade Aberta e muitos outros. Trata-se de um serviço que visa facultar um acesso rápido e pouco dispendioso ao divertimento, à cultura e à informação, respeitando e estimulando a diversidade de hábitos, gostos e preferências, reconhecendo os contrastes do todo nacional e os valores que o aglutinam, assente em padrões éticos que devem ser exemplares no panorama audiovisual nacional, alicerçado na qualidade e num espírito de exigência constante, dirigindo-se a espectadores que são, antes de mais, os cidadãos deste país.

Um debate que ficou por fazer

Entre a revisão constitucional de 1989, que veio possibilitar o surgimento de operadores privados de televisão, e o mês de Outubro de 1992, que marcou o início das suas actividades, decorreu um imenso período de tempo que foi, uma vez mais, perdido no que concerne a uma reflexão aprofundada



sobre a missão do serviço público. Para o poder político a RTP é um meio poderoso ao serviço da sua propaganda, um instrumento de manipulação e condicionamento de opiniões, para o qual deverão ser transferidos os meios financeiros suficientes para, a qualquer preço, assegurar a sua eficácia partidária no lugar privilegiado que ocupa no debate das ideias.

Não é de estranhar, portanto, o desinteresse do PSD em promover a discussão sobre a concepção actual de serviço público, o que acompanha e ilustra a ausência de uma política global para o audiovisual, uma política que tornasse clara a complementaridade dos diferentes operadores que passaram a disputar as audiências e legitimasse as razões pelas quais o chamado serviço público de televisão justificava e exigia a absorção de significativas parcelas do dinheiro dos contribuintes.

O governo do PSD limitou-se à transposição mecânica de directivas internacionais para a legislação portuguesa e a tirar dividendos eleitorais, tanto da supressão da «taxa» como da retórica sobre o apadrinhamento da abertura à iniciativa privada na televisão. Contou a seu favor com a certeza fácil de que, por um lado, o financiamento através do Orçamento de Estado criava a ilusão de que a RTP não era paga por cada um de nós e, por outro, com o facto de se ter gerado uma expectativa favorável à diversidade de escolha que, teoricamente, um alargamento do número de operadores de televisão poderia proporcionar. Depois, transformou a empresa pública RTP numa sociedade anónima de capitais públicos, desagregou dela um elemento fundamental do seu património que era a rede de emissoras e, prometendo clarifi-

car as relações futuras entre a RTP e o poder político, para lhe introduzir a transparência que sempre lhe tem faltado, criou uma comissão para definir o conteúdo do «serviço público», tendo em vista a elaboração de um contrato que estabelecesse as obrigações mútuas que seriam assumidas pelo Estado e pelo operador concessionário de tal serviço.

Quando a realidade das programações emitidas revelou o agravamento da faceta comercial da RTP, e se assistiu a um qualificado aumento das ingerências na sua administração, tornou-se mais evidente que o debate sobre o serviço público que queremos ter em Portugal, não só mostrou ser cada vez mais necessário, como se afirmou inadiável. Com efeito, o governo continuou a nomear e demitir as administrações da RTP com o mesmo à-vontade de sempre; a concessionária pelo serviço público não introduziu qualquer alteração na sua filosofia de programação - antes se sublinharam os seus sinais mais negativos - e o contrato de serviço público, que veio a ser assinado, não contém o vislumbre de uma ideia inovadora, de uma contribuição positiva para um debate eternamente adiado. Não passa de um tímido exercício escolar que se traduz na cópia do rol de obrigações já estabelecidas na lei da televisão, mostrando à

evidência que o Governo não é capaz de entender que entre prestação de serviços ao público e um serviço público de televisão vai a distância que separa a razão de ser de um canal público da mera compra de espaço de emissão, que qualquer operador está em condições de facultar.

Um mal-estar que se generaliza

Uma televisão pública deve manter a liderança, face aos restantes operadores de televisão, no que concerne aos concursos, às telenovelas brasileiras e ao primado do sensacionalismo e da violência? Uma televisão pública preocupa-se com a sua audiência como um trunfo a exhibir apenas para a angariação de publicidade? Uma televisão pública não é um exemplo de ética e de respeito pelo enquadramento legal vigente? Uma televisão pública marginaliza para o canal de menor audiência e para horas de programação perdidas na noite os programas que, no seu entender, só interessem a minorias? Uma televisão pública é um novo construtor de «ghettos»?

Com estas ou outras formulações, as pessoas foram-se interrogando quanto à essência do serviço público e usaram os meios de comunicação social para dar testemunho da sua perplexidade, sobretudo depois de assistirem ao espectáculo de si mesma que a RTP passou a dar logo que surgiram no horizonte as nuvens da «concorrência».

É uma reacção natural e que os factos legitimam. A televisão assume um papel de relevo no quotidiano de todos, é a distração, a companhia, a janela para o conhecimento e para o distante, a fonte por excelência de informação num país de baixos índices de leitura. A televisão usufrui ainda de um prestígio que decorre da própria complexidade das tecnologias a que recorre e impõe modas e padrões de comportamento, hábitos e referências morais inimagináveis sem o seu concurso.

Mas, por outro lado, é salutar constatar que a televisão é também vista com um olhar crítico, que os espectadores, um pouco por todo o mundo, vão manifestando as suas opiniões sobre o que esperam de um serviço público de televisão, reagindo contra a padronização das programações em obediência a imperativos comerciais e contra a uniformização das culturas e aspirações que tal padronização traz consigo.

Vivendo numa época em que já não basta vermos os factos, muitas vezes manipulados, sendo necessário que eles nos sejam demonstrados; em que os ângulos que as câmaras não nos revelam podem ser mais significativos do que a imagem que nos prende ao écran; em que o fulanismo e a avidez pelo insólito se substituem ao rigor de uma informação isenta e plural; em que escasseia o espaço para o debate e para a exposição das alternativas mas sobra sempre para mais publicidade, torna-se uma exigência cívica actual reivindicar uma nova filosofia de serviço público, liberto das pressões partidárias e do frenesim do lucro para que, finalmente, se coloque em condições de ombrear com a dignidade dos cidadãos em benefício de quem foi criado.

Obrigações iguais para todos os operadores

A Lei 58/90, que define o regime de actividade de televisão, estabelece fins genéricos e específicos que devem ser igualmente observados por todos os operadores, públicos ou privados, tanto na programação como na informação difundidas nos canais de que são concessionários.

Importa assim ter presente que o dever de respeito pelo pluralismo informativo, pelo rigor, objectividade e independência da informação; a necessidade de atender à diversidade de interesses, idades e origens dos espectadores; a promoção de programas educativos e formativos, designadamente dirigidos a crianças e a incumbência de contribuir para o esclarecimento, a formação e a participação cívica e política da população são, entre outras, exigências comuns de todos os operadores e responsabilidades que, em especial os operadores privados, livremente assumiram.

Qualquer dos operadores está também obrigado a permitir o exercício do direito de resposta por parte de qualquer pessoa, singular ou colectiva, que se considere prejudicada por emissões de televisão que constituam ofensa directa, ou referência a facto inverídico ou erróneo, que possa afectar o seu bom nome e reputação.

Por uma política de Educação Ambiental

■ Luís Peixoto

É possível definir a natureza, embora de forma vaga, como o conjunto das coisas que existem, e compará-la a um enorme ser humano, dentro do qual tudo existe, e ao qual, como a tudo o que é essencial, se forma absolutamente necessário tentar preservar a vida.

É no meio ambiente que a vida se desenvolve, sendo certo que esta apenas é viável quando se verificar a existência de uma estreita relação dele próprio com os seres vivos contidos no seu interior, conduzindo a paragem irreversível desta simbiose inevitavelmente à morte.

«Ambiente» e «organismos vivos» são duas noções essenciais à ecologia. São duas palavras-chave numa qualquer estratégia que se pretenda de educação ambiental, que só será efectiva quando conduzir à compreensão da necessidade de continuidade das relações entre ambas. Nenhum organismo se pode furtar um só instante à acção do ambiente, e é precisamente a ruptura desta reciprocidade que está na base da progressiva degradação ambiental que um pouco por todo o lado se vai conhecendo, que no caso de Portugal devido à inexistência de uma política estruturada de ambiente, não tem sido possível inverter.

É integrado neste ambiente que vive o homem, um primata, com muitas semelhanças com os outros primatas antropóides. São no entanto as diferenças que contam para a influência espantosa que o homem exerce sobre o meio ambiente. O mundo de hoje pode sem abuso ser considerado como um Mundo Humano, pelo papel decisivo nele desempenhado pelo homem. É, por isso, que devem incidir sobre esse mesmo homem todas as acções necessárias à criação de uma mentalidade nova, capaz de intervir activamente e com sentido prático. Uma das formas de o conseguir é através da educação, na consciência da realidade.

Embora seja muito vasto o campo reclamando intervenção, e cada vez mais o desenvolvimento da ciência nos venha revelando novas áreas em situação de alerta, importa não deixar de assinalar algumas áreas, onde uma tal política pode exercer a sua acção.

A gestão dos produtos químicos, fundamentalmente os tóxicos, reclama medidas urgentes visando o seu correcto manuseamento, bem como a criação de mecanismos de resposta capazes de funcionarem eficazmente em caso de acidentes. Acima de tudo, requer o fomento da ideia da necessidade real que existe da diminuição progressiva do comércio e posterior venda de produtos considerados nocivos para a saúde humana e para o ambiente, produtos estes muitas vezes sujeitos a proibição ou restrição nos próprios países de origem. É importante que se eduque a população na compreensão da necessidade de se retirarem gradualmente do mercado substâncias tóxicas, persistentes e biocumulativas, sobre as quais não se pode ter um controlo absoluto. É fundamental compreender a necessidade da procura e da promoção de produtos alternativos isentos de perigos para o ambiente, muito particularmente daqueles utilizados para fins agrícolas.

Outra área, bastante actual, é a que se relaciona com os resíduos tóxicos e resíduos sólidos, onde a criação de uma consciência ecológica que motive para a compreensão da necessidade de prevenir a sua formação é fundamental, sendo igualmente importante a promoção da reciclagem dos resíduos tóxicos e resíduos sólidos, a criação de mercados para estes produtos reciclados, assim como a promoção da ideia da necessidade que existe do tratamento ecológico, destruição e depósito dos mesmos de forma a tornar mínima qualquer possibilidade de acidente.

É, em Portugal, o armazenamento e reciclagem de resíduos sólidos, um problema grave, a requerer medidas com carácter de urgência, conducentes a um reforço das capacidades técnicas e humanas, necessárias à garantia de uma efectiva recolha, tratamento e depósito destes resíduos, cumprindo critérios de segurança e protecção ambiental, universalmente reconhecidos.

É a protecção da qualidade e abastecimento de água uma questão também actual. Este desiderado deve constituir um objectivo prioritário de qualquer política ambiental, sendo mesmo uma importante necessidade económica. É uma realidade o estado de poluição das águas superficiais e subterrâneas, assim como a existência de uma má gestão dos recursos de água doce, sendo que estes são essenciais à manutenção da diversidade biológica. As reduções artificiais dos caudais dos rios e a utilização industrial excessiva dos recursos hídricos, tem conduzido à destruição acelerada do equilíbrio ecológico. Não existe uma verdadeira consciência da necessidade de preservar a água, esse bem fundamental.

O controlo da poluição atmosférica também é uma área prioritária, onde não estão criadas condições para uma maior compreensão da necessidade que existe em implementar medidas moralizadoras que contribuam para a preservação do ar que respiramos.

A realidade portuguesa é assustadora. Os rios Alviela e Tranco são dois símbolos das consequências da excessiva utilização dos recursos hídricos. Passou a correr um esgoto, instrumento de doença, onde outrora existiu vida.

Em Oliveira de Azeméis, a população sente as consequências da indefinição política e é vítima de investimentos irracionais. A construção da lixeira da serra da Ossela, sem uma efectiva fiscalização e sem um apurado estudo técnico de viabilidade, conduziu à degradação do ambiente de forma dramática e com consequência ainda imprevisíveis na sua totalidade.

As populações de Avis e Vale do Sorraia são vítimas de uma política economicista que conduziu ao vazamento da Barragem do Maranhão, sem a salvaguarda das regras mínimas de impacto ambiental. Para além do prejuízo ambiental imediato, consequência, por exemplo, da morte de dezenas de milhares de peixes, ainda estão por avaliar quais as consequências futuras, quer em termos agrícolas, quer económicos, quer de saúde pública. A lavagem de porões de navios, à revelia da lei, ao largo da costa portuguesa é uma constante. Casos de águas poluídas para consumo humano, e sua difícil manutenção num grau de pureza aceitável, vão surgindo um pouco todos os dias.

É importante reflectir sobre os casos referidos, ou outros, e concluir quais as suas causas e que medidas tornar a fim de os evitar. É indiscutível o papel de uma política de educação e consciencialização ecológica. É indiscutível que dela advirão resultados benéficos para todos.

Há consciência de que a situação mundial é extremamente grave e que existe a necessidade de tomar medidas drásticas a fim de evitar o desgaste irreversível dos recursos naturais.

Há consciência da importância destes recursos, e que apesar das leis e iniciativas postas em prática por entidades públicas, é também ao indivíduo que compete a escolha de um modo de vida, conducente à utilização não abusiva do meio ambiente.

Não têm o Governo e o PSD tido capacidade para aproveitar esta disponibilidade crescente da sociedade portuguesa. É chegada a altura de investir num plano de educação ambiental, para o qual o PCP tem propostas.

É um facto que a indústria se tem comportado como se fosse possível um crescimento ilimitado num mundo inesgotável. Não é admitido que o crescimento económico tem limites ecológicos que necessitam de ser respeitados. Há necessidade de modificar modos de vida. Há necessidade que todos compreendam esta verdade. A sociedade actual orienta-se por padrões consumistas, e não se tem encarado de forma séria a necessidade real do desenvolvimento de métodos de produção ecologicamente saudáveis, e sensibilização do cidadão comum para o consumo de bens que respeitem o ambiente.

É fundamental informar sobre a maneira de utilizar de forma mais económica recursos naturais, como o ar e a água, tendo em conta o facto de eles não serem inesgotáveis.

É necessário criar meios de dissuasão do uso de produtos e matérias ecologicamente perigosas, favorecendo a eliminação progressiva de elementos indesejáveis, e encorajando a utilização de métodos «limpos», mesmo antes de por lei serem obrigatórios.

O ser humano tem o direito de respirar ar puro, de consumir água potável, e de se alimentar de produtos cultivados em terrenos não poluídos, e isso passa em primeiro lugar por cada um de nós, o que só por si aconselha e justifica a execução de um plano de educação ambiental, não só dentro da escola, mas também fora dela.

Qualquer programa de educação ambiental tem de possuir informação sobre o suporte natural da nossa vida. A educação pelo respeito à protecção da natureza são indispensáveis à formação das gerações mais jovens. A tendência actual do modo de vida urbana, é privar o ser humano de grandes espaços livres, de espaços verdes, e do contacto com a natureza. Esta (a natureza) é mesmo encarada muitas vezes como um instrumento de lazer, e não como uma parte do mundo pertencendo a todos, daí a necessidade das escolas terem de facultar aos jovens a possibilidade do contacto com a natureza, a

compreensão das suas regras. Não é isso que em Portugal vai acontecendo, e enquanto não se avançar nesse sentido não poderemos esperar pela construção de um equilíbrio onde seja possível coexistirem as pessoas, as actividades industriais, o lazer, o consumo e a vida selvagem. A educação ambiental não deve ser exclusivamente no meio escolar, onde se poderá incorporar nos programas de ensino, tendo em conta a globalidade do problema, permitindo aos jovens a percepção da interdependência da vida sobre a terra, conduzindo a uma aprendizagem essencialmente prática. Conhecimentos teóricos, quando isolados, não conduzem a uma mudança de comportamento, factor essencial neste campo, onde com frequência têm surgido iniciativas de escolas, autarquias e associações, donde podemos concluir haver disponibilidade para esta matéria.

A Lei de Bases do Ambiente portuguesa é bem clara ao manifestar a necessidade da inclusão da componente ambiental e dos valores herdados na educação básica e na formação profissional, bem assim como o incentivo à sua divulgação através dos meios de comunicação social.

Isso mesmo é referido no preâmbulo do projecto de Bases de um Plano de Educação Ambiental, recentemente apresentado pelo Grupo Parlamentar e com o qual o PCP pretende contribuir para que se avance na inclusão da educação ambiental no sistema educativo, na formação de animadores ambientais, na criação de um novo impulso nas acções a desenvolver pelo Instituto Nacional do Ambiente, e incentivar experiências a realizar por autarquias, sindicatos, associações e colectividades, professores, cientistas, técnicos e outras entidades.

O crescimento económico e o desenvolvimento tecnológico não podem continuar a subestimar as questões ecológicas.

A sobrevivência da vida e da própria Terra depende do respeito pelo ambiente e pelos recursos naturais.

O modo de vida actual afasta o indivíduo destes princípios, conduzindo a um afastamento progressivo da natureza, e não se conseguirá inverter este processo se não se construírem condições capazes de possibilitarem a formação de uma nova mentalidade baseada no respeito e compreensão da natureza.

É um objectivo deste projecto permitir que a educação ambiental não constitua apenas uma matéria mais a acrescentar aos mais diversos sistemas de ensino mas sim, que esta seja uma área viva desde a educação pré-escolar até ao ensino superior.

Nos seus princípios gerais preconiza-se ser a educação ambiental parte integrante da educação global dos cidadãos e apontam-se como objectivo específicos a sensibilização para as matérias relacionadas com o ambiente, na sua forma global, o incentivar da responsabilidade da solidariedade e do papel crítico de cada um, criando condições para a melhoria geral do ambiente, e o desenvolvimento de atitudes de participação concretas que possam pôr em prática conhecimentos adquiridos.

Atribui-se ao Estado a responsabilidade da educação ambiental, responsabilizando-o pela criação de instrumentos que a tornem efectiva, em colaboração com a sociedade em geral.

Apontam-se objectivos a alcançar com um plano de educação ambiental, tais como sejam a necessidade de ter em conta o futuro, ter em conta uma perspectiva educativa interdisciplinar e haver necessidade de orientar a educação ambiental para a solução de problemas reais.

É assim que consideramos ser uma boa informação das gerações mais jovens sobre os problemas da natureza e do ambiente uma questão da maior importância, sobretudo tendo em conta que os modos de vida urbanos dos nossos dias não contribuem para uma tomada de consciência dos imperativos da natureza.

É, em nosso entender, urgente criar condições para o aparecimento de uma nova mentalidade. Uma mentalidade que esteja consciente da imperfeição da sociedade e que se oriente no sentido da procura.

Procura de alternativas biodegradáveis.

Procura de formas de controlo dos processos poluentes.

Procura de novas fontes de energia alternativas.

Procura da reversão dos danos causados por todos nós no ambiente.

Procura de condições para que o mundo de amanhã seja compatível com o direito que todo o ser humano possui de viver num mundo saudável.

Um
livro
por
quinzena

■ Pedro Ramos de Almeida

Resistência é memória

1. A memória social, política e ideológica é uma força que se adquire ou se perde, se cultiva ou desorganiza, se defende ou se trai e que, entretanto, é indispensável à transformação histórica progressiva. Ao conhecimento e domínio das suas leis.

Nas sociedades antagónicas, assentes em relações humanas contraditórias, ela é mesmo uma qualidade insubstituível, um dever inadiável, para as classes revolucionárias ultrapassarem os limites que as enclausuram; acumularem experiências que geram saltos e novas situações, outros desequilíbrios e mais avanços; ganharem consciência do seu papel crescentemente renovador. E até para que, na acção comum, se unam e façam progredir melhor a vida e a luta dos grandes grupos sociais empenhados na mudança; a par, combinada, com o surto da vida e da luta dos homens que nela se reconhecem e por eles se batem.

2. O livro de Alexandre Babo (AB) «Recordações de um Caminheiro» (Editorial Escritor, lda, Lisboa; II 1993; 316 páginas) é um

activista da Acção Anticlerical Antifascista e do Bloco Académico Antifascista; acompanhamo-lo como estudante que começa por ensaiar, e logo abandonar — com um punhado de companheiros de que estava mais próximo —, a ligação à Maçonaria Portuguesa. Para depois, já mais adulto, com 27 anos, aderir, em 1943, ao Partido Comunista Português.

Com AB, descobrimos a severa condenação da guerra de Espanha e das gravosas cumplicidades de democracias ocidentais com o franquismo, que o levam a escrever (p. 230):

«A guerra civil de Espanha marcou toda a minha geração e deu-me dos direitos humanos uma visão de outra amplitude. Sobre tudo descri dos que então defendiam o liberalismo e a social-democracia.

«O alibi criado pela Comissão de Não-Intervenção foi a maior desilusão da minha juventude. Todos sabiam que os soldados italianos e alemães intervinham abertamente ao lado dos chamados

“nacionalistas” de Franco e eles, os que eu supunha nossos, proibiam a ida de homens e de armas para o governo legítimo de Espanha, baseados nos princípios da não intervenção.

ALEXANDRE BABO Recordações de UM CAMINHEIRO



relato mexido, crítico e várias vezes autocrítico, da vida, acção e intervenção de um intelectual progressista português, que optou, que se procura orientar pelo marxismo-leninismo; de um democrata que se bate contra a ditadura e pela liberdade, pela paz e pelo socialismo, na perspectiva do advento comunista — e tudo isto, sobretudo nos decénios da ditadura fascista e colonialista.

Nele encontramos, estreitamente unidas, embora por vezes chocando-se, a vida de um jovem originário da burguesia liberal — que em 1933, aos dezassete anos, se matricula na Faculdade de Direito de Lisboa — com as iniciativas do

«Daí por diante habituei-me à hipocrisia com que os Estados fazem tábua rasa dos mais elementares princípios éticos, escudados em inefáveis bases da moral e da dignidade.

«Mas nessa época eu era jovem e acreditava nas frentes populares, no trabalhismo inglês e nos socialistas franceses de Léon Blum. Hoje sorrio-me da minha ingenuidade.»

AB estará no Movimento de Unidade Nacional Antifascista (MUNAF), o movimento diversificado e democraticamente representativo, ilegal e clandestino, que durante alguns anos impulsiona o alargamento e a firmeza de coordenação oposicionista de diferentes correntes anti-salazaristas. Tal

como marcará presença no Movimento de Unidade Democrática (MUD), movimento de vocação legal da oposição democrática, cuja criação e lançamento, obra do MUNAF, será entretanto desde logo acompanhada por diligências e iniciativas, — designadamente da União Socialista — que, dando primazia à autoconsagração em detrimento do interesse comum democrático, geraram confusões e complicações difíceis de anular; comportamento egocêntrico que AB claramente critica nesta obra.

AB destaca as grandes campanhas da Oposição, por ocasião das candidaturas “eleitorais” dos generais Norton de Matos e Humberto Delgado, às quais esteve intimamente ligado. Tal como valoriza neste livro a sua presença habitual, como advogado, no Tribunal Pleno do Porto, «até — como ele escreve — porque estranhamente o Dr. Montalvão Machado, na Assembleia da República, por ocasião das comemorações do 25 de Abril de 1991, falou dos Tribunais Plenários como se ele fosse um frequentador habitual. A verdade é que tenho boa memória e desde a sua inauguração em 1946 até 1960, data em que fui para Londres, intervim em todos os julgamentos daquele negregado tribunal e, embora conhecesse muito bem o Dr. Montalvão Machado, não me lembro dele em tais andanças. Ou foi lá pouco, ou não deixou rasto da sua presença». E de facto Alexandre Babo far-se-á nomeadamente notar nos julgamentos das Comissões Distrital e dos Trabalhadores do Porto, do MUD, do MUD Juvenil e dos Partidários da Paz, no Porto (julgamento de 52 réus que, em 1956/57, ocupou 6 meses, durante 52 audiências e em que, entre muitos outros, para só falar de alguns réus já falecidos, foram julgados Agostinho Neto, 1.º presidente da R. P. Angola; Ângelo Veloso, mais tarde dirigente do PCP e candidato à Presidência da República — ambos sem fiança; Denis Miranda, do Alto Alentejo, igualmente, mais tarde, dirigente do PCP; Orlando Juncal, advogado; Manuel Canijo, médico.

3. Desta profusão de actividades democráticas invocadas resulta e ressalta uma grande variedade de republicanos e democratas, de socialistas e comunistas, de fascistas e antifascistas, etc., etc., referidos por Alexandre Babo.

Neste livro, na actividade política democrática global, são, entre outros, destacados (e a ordem de citação é a ordem por que são referidos), vultos e personalidades muito diferentes.

Lá surgem: Lobão Vital (responsável comunista, dirigente democrata, antifascista, várias vezes preso); António José de Almeida e Afonso Costa (da I República); Carlos Babo (seu Pai); Major Barradas (dos Serviços de Censura); Carneiro Pacheco (ministro de Salazar); António Ramos de Almeida (antifascista, escritor e advogado do Porto); Afonso Lopes Vieira (poeta, relativamente consagrado sob o salazarismo); General Couceiro (das incursões monárquicas); António Botto (poeta); Alvaro Cunhal;

Basílio Lopes Pereira (jurista ligado à Maçonaria); Gonçalves (militante antifascista); Carlos Cal Brandão (advogado socialista do Porto); Raúl Rego (jornalista, um dos fundadores do PS); Nuno Simões (dirigente liberal, anti-salazarista); Silva da Madeira (grande resistente antifascista, corajoso responsável pelo atentado a Salazar mais próximo do sucesso; depois emigrado em Marrocos); Cavaleiro Ferreira (ministro da Justiça de Salazar, o criador das “medidas de segurança, a duração da prisão por conta da PIDE); Marcello Caetano; Ruy Luís Gomes (professor universitário expulso sob Salazar, antifascista muitas vezes preso); António Macedo (Presidente do PS, já falecido); Fernando Abranches-Ferrão (advogado antifascista, de Lisboa); Eduardo Santos Silva (médico liberal, anti-salazarista, do Porto); Maria Isabel Aboim Inglês (antifascista de grande projecção e dignidade, professora universitária expulsa, várias vezes presa); Montalvão Machado (advogado do Porto, ex-presidente do Grupo Parlamentar do PSD); Artur Santos Silva (anti-salazarista, muitas vezes advogado de presos políticos); Mem Verdial (conhecido antifascista, do Porto); João Villaret (grande figura como actor e anti-salazarista); Abel Salazar (democrata, várias vezes perseguido; grande figura de intelectual progressista, professor da Faculdade de Medicina, expulso do ensino; artista plástico); Soeiro Pereira Gomes; General Humberto Dele-

gado. Entretanto, em tudo isto, uma coisa é muito verdade: das actividades que desenvolveu, certamente uma, de pouco realce, mas de relevante importância, foi o apoio que durante anos e anos deu, na clandestinidade, à Direcção do PCP. A esse respeito escreve corajosamente, com simplicidade, Alexandre Babo:

«(...) várias vezes, durante a clandestinidade, fui atacado pelo medo, medo de ser preso, sobretudo medo de não ter forças para resistir às torturas. Nessas ocasiões, quando atingia pontos de rotura comigo mesmo, procurava o Partido com absoluta sinceridade, dizia o que se passava e pedia que me deixassem sem actividade por algum tempo.

«Até que um ou dois meses depois me procuravam, o mal tinha-se atenuado e eu já não era capaz de recusar o que me pediam.

«Quando homens como Pires Jorge, o Alberto, de seu nome José Gregório, o José Magro, me procuravam e me pediam para fazer fosse o que fosse, não recusava, mesmo que me custasse.

«O respeito e a admiração por eles, conhecedor do que tinham sido, do que eram e do que seriam até morrer, prostravam-me perante a sua dedicação total a uma causa.»

Humanismo, espírito de classe e dedicação revolucionária que fizeram o Partido que hoje somos. Memórias escritas como estas, que lhe dão continuidade no presente e no futuro. Esse futuro de que Portugal carece.

PONTOS CARDEAIS

Gazetilha

Actualidade

Dia a dia a manigância
dia a dia a traficância
dia a dia a sindicância
dia a dia uma arrogância
dia a dia a repugnância
dia a dia mais distância
entre a falta e a abundância
e cada vez mais piranha
mais doença, mais ganância.

— É do 115? Venha
venha já uma ambulância!

Peneda, o ingénio

O Peneda é um penedo?
Anedota ou arremedo?
Dando ouvidos aos zuns-zuns
que andam à volta do bolo
é ingénio — dizem uns —
outros dizem que ele é tolo.
«Ele é sério, não são sérias
as pessoas do seu mundo...»

Assim, com papas e lérias
se faz o tricô do Fundo
que cai em bolsos sem fundo
levando ao fundo mais cedo
o Peneda que é penedo...

Foi um ar que lindeu

Ó Arlindo estás cercado.
Ó Arlindo estás tramado.
Até mortes tens às costas
coisa que as tuas propostas
já traziam na barriga
desgraçado de uma figa!

Pronto, o teu reinado é findo.
Pode sair o boneco.
Já não tens nada um ar lingo
tens um ar feio do caneco!

Os dez e dentes

Sai o rato do barco tendo à vista
a grande tempestade ou que ele pensa.
Mas não por medo, ah, não! Porque é imensa
a sua profundidade idealista.

Outro sai. E mais um lhe segue a pista
pois mais além projectam sua crença.
E onde está ela, a divinal presença?
Ali, à mão das mãos que dão a alpista.

Ah, tivessem ao menos a coragem
de recusar a infância da roupagem
com que as osgas se vestem de luar!

Fazem pinos, sacodem as melenas
lembram os ursos nas servis arenas
que o torrão do açúcar faz dançar.

■ IGNOTUS SUM

"Dia da Flor"

Na Madeira de Alberto João Jardim e do PSD as comemorações do 25 de Abril foram, este ano, substituídas pelas do "Dia da Flor", originalidade que coloca a Revolução libertadora desencadeada pelos capitães de Abril a um nível, digamos, vegetal. Por outro lado, ou melhor dizendo, noutro lado, concretamente em Braga, o Presidente da República esteve presente nas comemorações do 25 de Abril ali promovidas; o Governo do PSD fez-se representar, não pelo Primeiro-Ministro, não por um ministro, não mesmo por um secretário de Estado, nem, sequer, pelo respectivo Governador Civil: para o acto comemorativo do 25 de Abril em que esteve o Presidente da República, o Governo enviou... uma vice-governadora.

Finalmente, em Lisboa, no acto solene que este ano inaugurou uma rua com o nome de Salgueiro Maia, o Executivo de Cavaco Silva achou suficiente, à homenagem a este capitão de Abril, a presença protocolar de um secretário de Estado. Quanto a Cavaco Silva, não foi visto em nenhum lado das comemorações. O que, no fim de contas, tem a sua lógica: no 25 de Abril propriamente dito, quando os militares saíram à rua para, com os antifascistas, os democratas e o povo deste País enfrentar e derrubar a ditadura, Cavaco Silva também não foi visto em nenhum lado. Nem o PSD.

Citrinos

Todavia o partido governamental não deixou de fazer qualquer coisa para assinalar a Revolução de Abril, e como o estilo reinante no PSD é o do papo cheio, trataram de organizar um almoço. Coisa fina e de extremo bom gosto democrático, como se viu na televisão. Imagine-se que o repasto era temático e tinha como presença central... a laranja. Ele era pato com laranja, laranja com pato, laranja cascada e descascada laranja, laranja aos gomos, às fatias, e aos montes, espalhada pelas mesas numa profusão tão alarve e decadente que chocava qualquer estômago. Aquilo não era um almoço, mas uma orgia. Aquilo não era uma comemoração, mas uma saturnal salaio. Aquilo não é um partido - é um negócio de citrinos.

Uma questão de "matérias"

Uma curiosidade suplementar acompanhou, entretanto, este laranjal almoço do PSD. Acontece que quem o promoveu foi, nem mais nem menos, que o Grupo Parlamentar do partido governamental. Como se sabe, continua de pé o boicote informativo a qualquer actividade da Assembleia da República; todavia esta original iniciativa do Grupo Parlamentar que, ainda por cima, está na origem do actual conflito com a totalidade dos órgãos da

Comunicação Social, mereceu ampla cobertura informativa. O zelo, no boicote, destes inesperadamente distraídos jornalistas só funciona com rigor quando se trata de conferências de Imprensa do PCP (e não do seu Grupo Parlamentar), como uma que silenciaram no início desta luta sob o pretexto de que... continha "matéria parlamentar". Pelos vistos, a iniciativa agora promovida pelo Grupo Parlamentar do PSD já não lesava a luta em curso. Certamente por só conter "matéria partidária"....

Coincidências

Os chamados "casos" Costa Freire e Carlos Melancia rebentaram, pela mesma altura, em escândalos que, no primeiro caso, repercutiu fortemente sobre o partido do Governo de que Costa Freire fora secretário de Estado e, no segundo, repercutiu fortemente no PS, de que Carlos Melancia, além de Governador de Macau, era destacado elemento. Os anos foram correndo e os processos foram andando, devagarinho como sempre, nos nossos atafalhados tribunais. Finalmente, os dois casos começaram a ser julgados, após uma demora que não surpreende. O que espanta é que ambos tenham chegado - neste desencontradíssimo mundo dos julgamentos portugueses - ao mesmo tempo à barra dos tribunais. Tanta coincidência!

frases da Semana

"Não me considero burguês, mas aprecio as vantagens e as comodidades que normalmente atribuem a esse estado de espírito."

☛ (Rui Mateus - «O Diabo», 27.04.93)

"Há lobbies a intrigar contra mim."

☛ (Idem)

"Carlos Borrego é muito competente e tem sido fascinante trabalhar com ele."

☛ (António Taveira, secretário de Estado dos Recursos Naturais - «Expresso», 24.04.93)

"O desemprego não é problema do Governo, mas dos trabalhadores, das empresas e da sociedade no seu todo."

☛ (Silva Peneda, ministro do Emprego e da Segurança Social - «Diário de Notícias», 23.04.93)

"Sem política de abate dos navios não havia peixe..."

☛ (Azevedo Soares, ministro do Mar - «O Diabo», 27.04.93)

"Eu era tão salazarista que nunca poderia ser marcelista."

☛ (Francisco Casal-Ribeiro - «Expresso-Revista», 24.04.93)

"No passado, comemorávamos com sessão solene o 25 de Abril. Agora não. É assim e assim será no futuro."

☛ (Jaime Ramos, líder parlamentar do PSD-Madeira - «Público», 21.04.93)

"(...) a legitimidade da maioria desqualifica-se quando esta abusa do poder, quando não fomenta o diálogo ou quando é atingida pela corrupção, pois quanto maior for a maioria, maior é a necessidade de transparência."

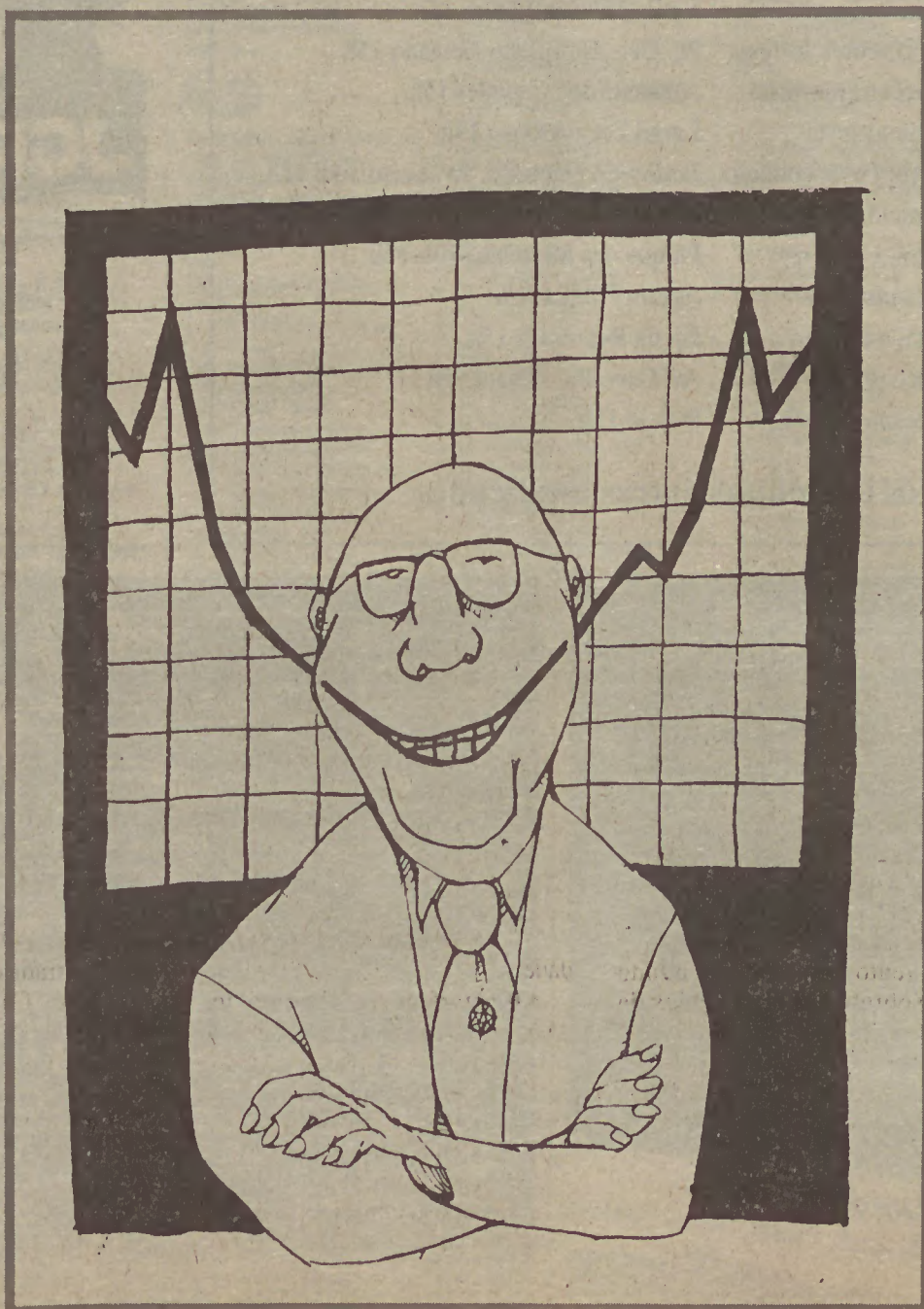
☛ (Vitor Alves, nas comemorações do 25 de Abril em Lisboa - «Diário de Notícias», 26.04.93)

"Dos órgãos de soberania, apenas o Presidente da República comemorou. Será que para o ano não vão utilizar o mesmo precedente? Astúcia não lhes falta, basta provocar uma situação na altura própria, para que o objectivo seja atingido."

☛ (Idem)

"Tudo farei para manter a estabilidade política e social num clima de diálogo e de concórdia, tão necessário à resolução dos nossos problemas."

☛ (Presidente da República, nas comemorações do 25 de Abril em Braga - «Diário de Notícias», 26.04.93)



1º Maio *Agenda*

**Concentrações
Manifestações Comícios-festas
promovidos pela CGTP-IN**

Alcácer do Sal	Festa-comício	Barragem do Pego 10h
Aveiro	Manif. Comício-festa	Av. Lourenço Peixinho Lg. do Rossio 15h
Beja	Festa	Parque das Merendas 15h
Braga	Concentração	Av. Central 15h
Bragança	Conc.-comício-festa	Bairro da Estação 15h
Castelo Branco	Comício-festa	Parque dos Loureiros 15h
Chaves	Concentração-festa	Lg. das Caldas 15h
Coimbra	Manif. Comício-festa	Pç. da República-Pq. Man. Braga 14h30-17h
Covilhã	Comício-festa	Parque da Floresta 18h
Elvas	Festa-comício	Praça da República 11h
Entroncamento	Comício-espectáculo	Parque do Bonito 17h
Évora	Manifestação-comício	Jardim Público 11h
Faro	Manifestação-festa	Alameda João de Deus 16h
Figueira da Foz	Conc.-comício-festa	Praça 8 de Maio 14h30
Foros do Arrão	Comício-festa	Junto à Junta de Freguesia 17h
Funchal	Festa e comício	Parque Almirante Reis 11h-18h
Grândola	Comício	Céu das Rosas 17h
Guarda	Concentração	Jardim José de Lemos 14h30
Lamego	Concentração-festa	Avenida 15h
Leiria	Conc.-manifestação	Praceta do Vidreiro 16h
Lisboa	Manif. Comício-festa	Martim Moniz Al. D. Afonso Henriques 14h30
Mangualde	Concentração-festa	Largo da Câmara 15h
Mirandela	Conc.-comício-festa	Pç. 5 de Outubro 15h
Montargil	Comício-festa	Campo de Futebol 15h
Oliveira Hospital	Concentração-festa	Jardim Municipal 15h30
Ourique	Festa	Barragem da Rocha 16h
Ponta Delgada	Festa e comício	Praça 5 de Outubro 14h30
Ponte de Sor	Comício-festa	Jardim Municipal 16h
Portalegre	Comício-festa	Jardim da Corredoura 15h
Porto	Manif.-comício-festa	Pç. Gen. Humberto Delgado 15h
Régua	Concentração-festa	Alameda dos Capitães 15h
Santo André	Comício-festa	Largo Zeca Afonso 15h
Setúbal	Manif. Festa-comício	Jardim do Quebedo. Av. Luísa Todi 15h
Torres Novas	Comício-festa	Lg. das Piscinas 17h
Tortosendo	Manif. Convívio	Parque das Merendas 10h-15h
Valença	Festa-comício	Jardim Público 15h
Viana do Castelo	Festa-comício	Pç. da República 15h
Vila Real	Concentração-festa	Av. Carvalho Araújo 15h
Viseu	Concentração-festa	Rossio 15h

Convívios em muitas outras localidades

ALGUERÃO- -MEM MARTINS

Almoço-convívio comemorativo do 25 de Abril e 1º de Maio: domingo às 13.00 no restaurante "O Sousa", nas Mercês.

LISBOA

Almoço-convívio no CT dos Olivais, promovido pela Comissão de Freguesia do PCP e o seu sector de Reformados e Domésticas: na sexta-feira, dia 30.

PÊRO PINHEIRO

Plenário de militantes da freguesia sobre as eleições autárquicas: sexta-feira às 21.30, no Centro de Trabalho de Montelavar, com a participação do vereador Jaime Mata.

PORTO

Reuniões preparatórias da próxima Assembleia de Organização do Sector Intelectual do Porto, todas no Centro de Trabalho da Boavista:

Professores - 4 de Maio às 21.30.

Quadros Técnicos, Saúde, Cultura - 5 de Maio às 21.30.

Juristas - 6 de Maio às 21.30.

QUELUZ

Plenário de militantes da freguesia sobre as eleições autárquicas: sexta-feira às 21.30, no Centro de Trabalho.

S. DOMINGOS DE RAINA

Reunião de militantes do Partido e amigos residentes em Mato-Cheirinhos e Bairro 25 de Abril sobre problemas locais, com a participação do vereador Carlos Sota: na garagem do camarada Raul Sabido (Largo do Chafariz, Mato-Cheirinhos), sexta-feira, dia 30 às 21.30.

AUTARQUIAS 93

Porto Reunião de eleitos autárquicos das freguesias e outros quadros

Hoje, 5.ª-feira, às 21.30, no CT da Boavista

com a participação de
Ilda Figueiredo e Emílio Peres
candidatos da CDU à Câmara e à Assembleia
Municipal do Porto

Almada

Apresentação pública dos cabeças de lista e outros candidatos aos órgãos autárquicos do Concelho

6.ª-feira, dia 30, às 18.30, no átrio do cinema
da Academia Almadense

Vialonga

Apresentação dos candidatos aos órgãos autárquicos da freguesia

com a presença de **Daniel Branco**,
presidente da CM de Vila Franca de Xira

Sexta-feira, dia 30, às 18.30, no Salão Paroquial
(antiga Casa do Povo)



Convívio 1º de Maio

também para
FALAR DE LIBERDADE

Porto
Rua Barão de S. Cosme, nº 240
Sábado às 19 horas

na Marinha Grande está agora sempre aberta a

Sala Abril

no rés-do-chão do centro de trabalho do PCP

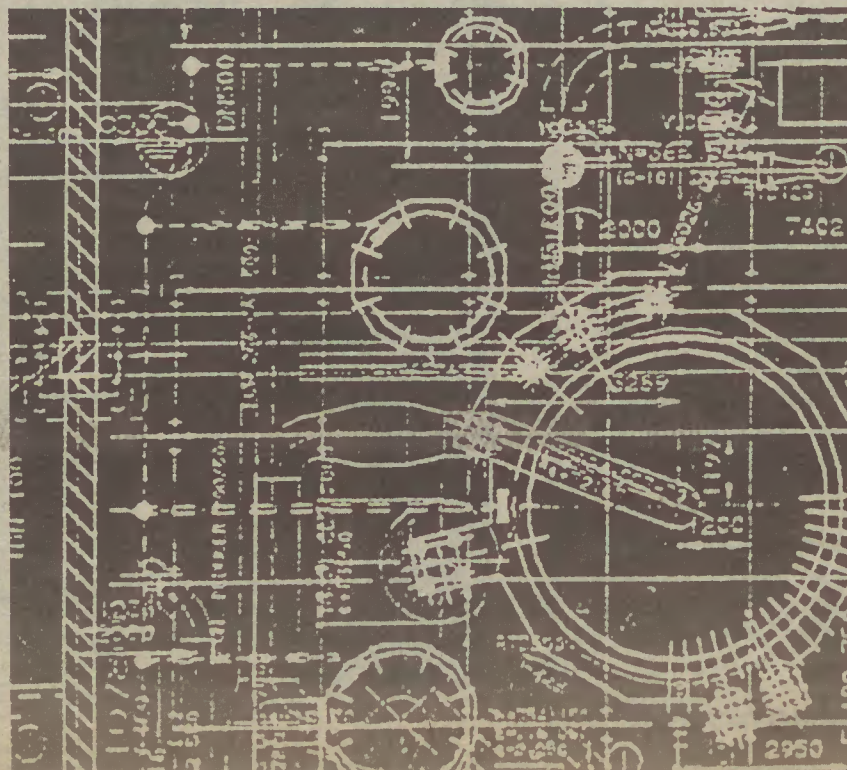
15 de Maio
na Quinta da Atalaia

almoço-convívio
promovido
pelo Sector
de Transportes
da ORL

Inscrições:
CT António Serpa
Tel.: 7969139
CT Vitória
Tel.: 3558176

CONFERÊNCIA
NACIONAL
DO PARTIDO
COMUNISTA
PORTUGUÊS
SOBRE
O PODER LOCAL
E AS ELEIÇÕES
AUTÁRQUICAS

Data: 8 de Maio
Local: Hotel Altis - Lisboa



Encontro
Nacional
do PCP
sobre
Engenharia
em Portugal

Sab. 15 de Maio 1993 - 10 horas
Sala A2
FORUM PICOAS
L I S B O A

Avante! Agenda Televisão

Quinta, 29

- 07.30 Bom Dia
10.00 Rua Sésamo
10.30 Loja das Ideias
11.00 As Diabruras do Pimentinha
11.30 Notas para Si
12.50 Culinária
12.05 Bebê a Bordo
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Gerações
14.00 Ponto por Ponto
14.30 O Último Verão em Tânger
16.40 Rua Sésamo
17.10 Brinca Brincando
17.45 Crime, Disse Ela
18.35 Roda da Sorte
19.10 A Banqueira do Povo
20.00 Telejornal
20.30 Pedra Sobre Pedra
21.40 Grande Noite
22.40 «Pacific Station»
23.10 «Grass Roots»
00.05 24 Horas
09.00 Videotexto
10.30 Grandes Tormentos
10.55 Infantil
11.30 La Florentine
12.30 Os Roberts
13.00 Mal de Família

Sexta, 30

- 07.30 Bom Dia
10.00 Rua Sésamo
10.30 Loja das Ideias
11.00 Pole Position
11.30 Agora é que São Elas
11.50 Culinária
12.05 Bebê a Bordo
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Gerações
13.55 Faces da Cultura
14.25 Ponto por Ponto
15.30 A Culpa é do Papá
16.35 Rua Sésamo
17.00 Brinca Brincando
17.45 Crime, Disse Ela
18.35 Roda da Sorte
19.10 A Banqueira do Povo
20.00 Telejornal
20.30 Pedra Sobre Pedra
21.40 Marina, Marina
22.15 Aeroplano II - A Loucura Continua
23.45 24 Horas
00.35 A Pistola do Mal
02.05 Raça em Extinção
09.00 Videotexto
10.30 Grandes Tormentos

Sábado, 1

- 08.00 Programa Infantil e Juvenil
12.10 Luta Livre Americana
13.05 Parlamento
13.45 Mercado Único
13.55 Clube Disney
15.30 Gente Gira II
17.00 Chefe, Mas Pouco
17.30 Feira da Música
18.00 Arca de Noé
18.50 O Herói Relâmpago
19.45 Totoloto
20.00 Jornal de Sábado
20.40 Felicidade
22.30 Parabéns
24.00 Sessão Dupla I
01.30 Sessão Dupla II
08.00 Caminhos
08.30 Novos Horizontes
09.00 Universidade Aberta
11.40 O Tigre de Eschnapur
13.20 Sherlock Holmes
14.30 Pé Grande e os Amigos
15.05 Filhos da Estrela de Alva

Domingo, 2

- 08.00 À Mão de Semear
08.25 Programa Juvenil
10.30 70 x 7
11.00 Missa
12.45 Programa Juvenil
13.00 Notícias
13.05 Os Melhores Anos
13.35 Top +
14.25 Olha que Dois
15.20 Beverly Hills 90210
16.20 «Trouble in Paradise»
17.50 Sons do Sol
18.45 Preço Certo
20.00 Jornal de Domingo
20.40 Felicidade
22.20 Casa Cheia
23.00 Madame Sousatzka, a Professora
08.00 Documentário
09.00 Regiões
10.00 Em Busca de...
10.25 Programa Juvenil
11.45 Viagem ao Mundo do National Geographic
12.35 Forum Musical
13.25 Realce
14.05 Os Novos Invasores
15.00 TV2 Desporto

Segunda, 3

- 07.30 Bom Dia
10.00 Rua Sésamo
10.30 Loja das Ideias
11.00 Mike e Angelo
11.30 Agora é que São Elas!
11.50 Culinária
12.15 Bebê a Bordo
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Gerações
14.00 Santuários Selvagens
14.25 Ponto por Ponto
15.10 «Munkbrogreven»
16.40 Rua Sésamo
17.10 Brinca Brincando
17.35 Crime, Disse Ela
18.25 A Roda da Sorte
19.00 A Banqueira do Povo
20.00 Telejornal
20.30 Pedra sobre Pedra
21.40 Cupido Electrónico
22.20 Entre Famílias
23.45 Amor, Mentiras e Crime
09.00 Videotexto
10.30 Grandes Tormentos
10.55 Infantil
12.05 Eternos Novatos
12.30 Os Roberts
13.00 Mal de Família

Terça, 4

- 07.30 Bom Dia
10.00 Rua Sésamo
10.30 Loja das Ideias
11.00 Lola e os Amigos
11.30 Notas para Si
11.50 Culinária
12.15 Bebê a Bordo
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Gerações
13.55 O Mundo da Ciência
14.25 Ponto por Ponto
15.20 «Branningar»
16.30 Rua Sésamo
17.00 Brinca Brincando
17.35 Crime, Disse Ela
18.25 A Roda da Sorte
19.00 A Banqueira do Povo
20.00 Telejornal
20.35 Pedra sobre Pedra
21.40 Isto Só Vídeo
22.15 Você Decide
23.15 A Marcha do Tempo
09.00 Videotexto
10.30 Grandes Tormentos
11.00 Infantil
11.30 La Florentine
12.30 Os Roberts
13.00 Mal de Família
13.30 Agora, Escolha!

Quarta, 5

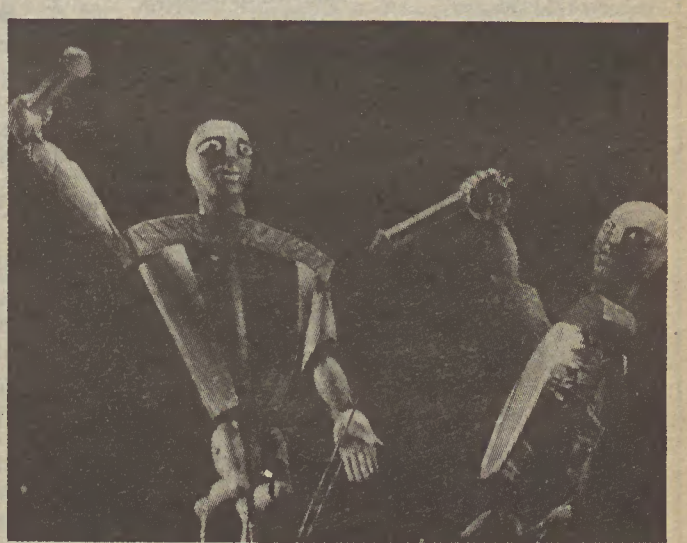
- 07.30 Bom Dia
10.00 Rua Sésamo
10.30 Loja das Ideias
11.00 Inspector Engenhocas
11.30 Isto é Magia
11.50 Culinária
12.15 Bebê a Bordo
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Gerações
13.55 Entre Guerras
14.25 Ponto por Ponto
15.15 A Solteira e o Solteirão
16.30 Rua Sésamo
17.00 Brinca Brincando
17.35 Crime, Disse Ela
18.25 Roda da Sorte
19.00 A Banqueira do Povo
20.00 Telejornal
20.35 Pedra sobre Pedra
21.40 Vamos Jogar no Totobola
21.55 Um Agente na Corda Bamba
09.00 Videotexto
10.30 Grandes Tormentos
10.55 Infantil
12.05 O Império de Brittas



A Dama de Espadas, uma das óperas de Tchaikovsky, produzida em Inglaterra com solistas russos: quinta-feira, no Canal 2



Com as equipas do National Geographic em busca de civilizações ignoradas: ao fim-de-semana na SIC e na RTP



Outras Músicas de regresso: terça-feira, ao fim da noite, no Canal 2

- 13.30 Agora, Escolha!
14.55 Euroritmias
15.40 Nascido para Falar
16.30 Chá das 5
17.30 Carrusel
18.10 Os Trintões
19.20 Ópera: «Dama de Espadas»
21.30 Barriga de Aluguer
22.30 TV2 Jornal
23.00 Remate
23.10 Sexualidades
24.00 Vende-se um Fantasma
16.30 Sic Notícias
16.40 Gente Fina
17.20 Os Gladiadores Americanos
18.00 Sic Notícias
18.30 Praça Pública
18.30 A Viúva do Enforcado
19.30 Jornal da Noite
20.05 De Corpo e Alma
21.30 Repórter da Meia-Noite
22.20 Conta Corrente
23.45 Último Jornal
00.10 Volta a Espanha em Bicicleta
00.25 MTV
16.30 Desenhos Animados
17.05 A Casa do Tio Carlos
17.25 Lágrimas
18.15 Telhados de Vidro
18.40 Rica Saúde
19.00 A Amiga Olga
19.30 Informação
20.05 Já Tocou!
20.30 Uma Aventura nos Alpes
21.00 Cresce e Aparece
21.30 Farda e Coração
22.25 Informação
23.40 Desporto Nacional
23.55 Informação
00.05 Meteorologia

- 10.55 Infantil
12.00 Vidas a Meias
12.30 Os Roberts
13.00 Mal de Família
13.25 Agora Escolha
14.50 Roc
15.25 Euroritmias
16.25 Segredos da Natureza
17.15 Chá das Cinco
18.15 Carrusel
19.05 Rotações
20.05 Uma Questão de Palavras
20.30 Sinais do Tempo
21.30 Barriga de Aluguer
22.30 TV2 Jornal
23.00 Remate
23.10 Sob os Céus de Paris
16.30 Sic Notícias
16.35 Gente Fina
17.20 Os Gladiadores Americanos
18.00 Sic Notícias
18.40 Gente Fina
18.10 Praça Pública
18.30 A Viúva do Enforcado
19.30 Jornal da Noite
20.05 De Corpo e Alma
21.30 Brigada Anticrime
16.30 Série Infantil
17.00 A Casa do Tio Carlos
17.25 Lágrimas
18.15 Telhados de Vidro
18.40 Rica Saúde
19.00 A Amiga Olga
19.30 Informação Quatro
20.05 Já Tocou!
20.30 Uma Aventura nos Alpes
21.15 Cresce e Aparece
21.40 Telemotor
22.10 Debaixo do Vulcão
00.10 Olhares
01.40 Ponto Final
01.55 Meteorologia

- 16.00 TV2 Desporto
23.00 No Cumprimento do Dever
23.55 O Homem Verde
00.50 Popoff
01.15 Contradições
12.00 O Soldado Joe
12.30 Aventuras dos T-Rex
13.00 Stingray, o Super Submarino
13.30 Batman
14.00 Sic Notícias
14.05 As Mais Belas Máquinas
14.30 Portugal Radical
15.00 Febre de Sábado à Noite
17.00 Justiça Negra
18.00 Grandes Planos
18.30 Selvagens e Perigosos
19.00 Passo a Passo
19.30 Jornal da Noite
20.05 Telefilme: «Jovem De Mais para Morrer»
22.05 Água na Boca
23.00 Último Jornal
23.20 Volta a Espanha em Bicicleta
23.30 Os Ricos e os Pobres
10.00 Os Construtores da História
11.00 Documentário
12.00 Colégio Interno
13.00 Informação
13.10 Contra-Ataque
14.10 Lágrimas (compacto)
18.30 Agatha Christie
19.30 Informação Quatro
20.10 Os Bastidores do Espectáculo
20.35 Olha Quem Fala, Também
22.10 Chico Buarque
23.00 Cozido à Portuguesa
23.50 Lutador da Rua
01.20 Meteorologia

- 23.15 Voo às Cegas
00.10 Sombras sobre Moscovo
10.30 Gente Fina (Compacto)
12.00 Livro da Selva
12.30 Rugrats
13.00 Pássaros de Fogo
14.00 Sic Notícias
14.05 A Saga da Fórmula Um
14.30 Um Planeta Uma Família
15.00 O Dinheiro do Céu
17.30 National Geographic
18.20 Benny Hill
18.55 Cosby Show
19.30 Jornal da Noite
20.05 Internacional SIC
20.35 Batalhas Conjugais
21.30 Deseja-me Sorte
22.30 Valentina
23.05 Crimes
23.45 Último Jornal
00.10 Deixem Correr o Sangue
10.00 A Casa do Tio Carlos
11.00 Animação
11.30 Actualidade Religiosa
12.00 Vaticano em Directo
12.15 Missa
13.15 Rica Saúde
14.15 Telhados de Vidro (compacto)
15.15 A Estrela
18.10 Heights - A História de um Conjunto
19.00 Janelas Virtuais
19.30 Informação Quatro
20.05 Rumores
20.40 Cagney & Lacey
21.35 O Preço da Justiça
23.15 Meteorologia

- 13.30 Agora, Escolha!
14.45 Roc
15.15 Euroritmias
16.20 O Mistério dos Pergaminhos do Mar Morto
17.10 Chá das Cinco
18.10 Carrusel
18.55 Os Trintões
19.50 Magazine Ecologia
20.30 Artes e Letras
21.30 Barriga de Aluguer
22.30 TV2 Jornal
23.00 Remate
23.10 Fogo Cruzado
00.10 Infância da Arte
16.30 Sic Notícias
16.40 Gente Fina
17.20 Paixões Secretas
18.00 Sic Notícias
18.10 Os Gladiadores Americanos
18.55 Praça Pública
19.30 Jornal da Noite
20.05 De Corpo e Alma
21.30 Encontros Imediatos
22.00 A Febre Continua
23.45 Tostões e Milhões
00.20 Último Jornal
00.45 Volta a Espanha em Bicicleta
01.00 MTV
16.30 Desenhos Animados
17.00 A Casa do Tio Carlos
17.25 Lágrimas
18.15 Telhados de Vidro
18.40 Rica Saúde
19.00 A Amiga Olga
19.30 Informação Quatro
20.05 Já Tocou!
20.30 Uma Aventura nos Alpes
21.00 Cresce e Aparece
21.30 Telefilme: «Amor Até ao Fim»
23.15 Fado, Fadinho
23.45 Desporto

- 14.55 Roc
15.35 Euroritmias
16.25 Para Além do Ano 2000
17.15 Chá das 5
18.10 Carrusel
18.55 Os Trintões
19.55 Magazine Ecologia
20.20 V. Exa. Chamou?
21.30 Barriga de Aluguer
22.30 TV2 Jornal
23.00 Remate
23.10 «Sweetie»
16.30 Sic Notícias
16.40 Gente Fina
17.20 Paixões Secretas
18.00 Sic Notícias
18.10 Os Gladiadores Americanos
18.55 Praça Pública
19.30 Jornal da Noite
20.05 De Corpo e Alma
21.30 Falas Tu ou Falo Eu
22.34 Terça à Noite
23.35 Jogar em Casa
00.05 Último Jornal
00.30 Volta a Espanha em Bicicleta
00.45 MTV
16.30 Desenhos Animados
17.00 A Casa do Tio Carlos
17.25 Lágrimas
18.15 Telhados de Vidro
18.40 Rica Saúde
19.00 A Amiga Olga
19.30 Informação Quatro
20.20 Já Tocou!
20.45 Uma Aventura nos Alpes
21.15 Cresce e Aparece
21.40 Sem Deixar Rasto
23.40 Frontal
00.40 Informação
00.55 Meteorologia

- 12.30 «Wonder Years»
13.00 Mal de Família
13.30 Agora, Escolha!
14.55 Roc
15.30 Euroritmias
16.20 Documentário
17.15 Chá das Cinco
18.15 Carrusel
18.55 Os Trintões
19.35 TV Artes
20.05 Aventuras da Liberdade
21.10 Barriga de Aluguer
22.30 TV2 Jornal
23.00 Remate
23.10 O Barba Ruiva
02.10 Tauromaquia
16.30 Sic Notícias
16.35 Gente Fina
17.20 Paixões Secretas
18.00 Sic Notícias
18.15 Os Gladiadores Americanos
18.30 Praça Pública
19.30 Jornal da Noite
20.05 De Corpo e Alma
21.30 Príncipe de Bel Air
22.00 Sexo Forte
23.00 Phoenix
00.05 Último Jornal
00.45 MTV
16.30 Desenhos Animados
17.00 A Casa do Tio Carlos
17.25 Lágrimas
18.15 Telhados de Vidro
18.40 Rica Saúde
19.00 A Amiga Olga
19.30 Informação Quatro
20.05 Já Tocou!
20.30 Uma Aventura nos Alpes
21.00 Cresce e Aparece
21.40 Cartas de Amor
22.40 Mancuso
23.30 Desporto Motorizado
00.15 Ponto Final
01.30 Meteorologia

Filmes na TV

QUINTA, 29

O Último Verão em Tânger

«Dernier Été à Tanger» (Fr./It./1986). Real.: Alexandre Arcady. Int.: Thierry Lhermitte, Valeria Golino, Vincent Lindon, Roger Hanin. Cor, 119 min. *Policial*. (14.30, Canal 1)

Vende-se Um Fantasma

«The Ghost Goes West» (Gr.Br./1935). Real.: René Clair. Int.: Robert Donat, Eugene Pallette, Jean Parker, Everly Gregg. P/B, 79 min. *Ver Destaque*. (24.00, TV 2)

SEXTA, 30

A Culpa é do Papá

«Life With Father» (EUA/1947). Real.: Michael Curtiz. Int.: Irene Dunne, William Powell, Elizabeth Taylor, Edmund Gwenn. Cor, 112 min. *Ver Destaque*. (14.55, Canal 1)

Brigada Anticrime

«Sharky's Machine» (EUA/1981). Real.: Burt Reynolds. Int.: Burt Reynolds, Rachel Ward, Vittorio Gassman, Brian Keith. Cor, 119 min. *Drama policial*. (21.30, SIC)

Debaixo do Vulcão

«Under the Volcano» (EUA/1984). Real.: John Huston. Int.: Albert Finney, Jacqueline Bisset, Anthony Andrews. Cor. *Ver Destaque*. (22.10, Quatro)

Aeroplano II

— A Loucura Continua

«Airplane II - The Sequel» (EUA/1982). Real.: Ken Finkleman. Int.: Robert Hayes, Julie Hagerty, Lloyd Bridges, Raymond Burr. Cor, 87 min. *Ver Destaque*. (22.15, Canal 1)

Sob Os Céus de Paris

«Sur les Toits de Paris» (Fr./1930). Real.: René Clair. Int.: Albert Préjean, Pola Illery, Gaston Modot, Bill Bockett, Edmond Gréville. P/B, 87 min. *Ver Destaque*. (23.10, TV 2)

A Pistola do Mal

«Day of the Evil Gun» (EUA/1968). Real.: Jerry Thorpe. Int.: Glenn Ford, Arthur Kennedy, Dean Jagger, John Anderson. Cor, 89 min. *Ver Destaque*. (00.35, Canal 1)

Raça em Extinção

«Endangered Species» (EUA/1982). Real.: Alan Rudolph. Int.: Roberts Urich, Jobeth Williams, Paul Dooley, Hyot Axton. Cor, 93 min. «*Thriller*» *policial*. (02.05, Canal 1)

SÁBADO, 1

O Tigre de Eschnapur

«Der Tiger von Eschnapur» (RFA/Fr./It./1958). Real.: Fritz Lang. Int.: Debra Paget, Walter Reyer, Paul Hubschmid, Claus Holm. Cor, 97 min. *Ver Destaque*. (11.40, TV 2)

Febre de Sábado à Noite

«Saturday Night Fever» (EUA/1977). Real.: John Badham. Int.: John Travolta, Karen Lynn Gorney, Barry Miller. Cor, 115 min. *Ver Destaque*. (15.00, SIC)

Gente Gira II

«Funny People II» (Áfr. Sul/1982). Real.: Jamie Uys. Cor, 91 min. «*Apanhados*». (15.30, Canal 1)

Jovem De Mais

«Too Young to Die» (EUA/1990). Real.: Robert Markowitz. Int.: Juliette Lewis, Michael O'Keefe, Michael Tucker. Cor, 100 min. *Telefilme*. (20.05, SIC)

Olha Quem Fala...

Também

«Look Who's Talking Too» (EUA/1990). Real.: Amy Heckerling. Int.: John Travolta, Kirstie Alley, Olympia Dukakis, Elias Koteas. *Comédia*. (20.35, Quatro)

Os Ricos e os Pobres

«Trading Places» (EUA/1983). Real.: John Landis. Int.: Eddie Murphy, Dan Aykroyd, Ralph Bellamy. Cor, 116 min. *Ver Destaque*. (23.30, SIC)

O Lutador da Rua

«Hard Times» (EUA/1975). Real.: Walter Hill. Int.: Charles Bronson, James Coburn, Jill Ireland, Strother Martin, Robert Tessier. Cor. *Ver Destaque*. (23.50, Quatro)

Hitler: Os Últimos Dias

(Gr.Br./It./1973). Real.: Ennio De Concini. *Comédia Dramática*.

(Alternativa I): «Till Murder do us Part» (EUA/1992). Real.: Dick Lowry. *Telefilme*. (Alternativa II): «O Regresso dos Marginais» (EUA/1991). Real.: Tom McLaughlin. «*Thriller*». (Alternativa III). (24.00, Canal 1)

Pecados de Mãe

«Sins of Mother» (EUA/1991). Real.: John Patterson. Int.: Elizabeth Montgomery, Dale Midkiff, Heather Fairfield, Talia Balsam. Cor, 90 min. *Telefilme*. (01.30, Canal 1)

DOMINGO, 2

O Dinheiro do Céu

«Pennies from Heaven» ((EUA/1981). Real.: Herbert Ross. Int.: Steve Martin, Bernadette Peters, Christopher Walken. Cor, 103 min. *Ver Destaque*. (15.00, SIC)

A Estrela

«Star!» (EUA/1968). Real.: Robert Wise. Int.: Julie Andrews, Richard Crenna, Michael Crane, Daniel Massey, Robert Reed, Bruce Forsyth. *Ver Destaque*. (16.00, Quatro)

«Trouble in Paradise»

(EUA/Austrália/1988). Real.: Di Drew. Int.: Raquel Welch, Jack Thompson, Nicholas Hammond, John Gregg. Cor, 88 min. *Comédia*. (16.15, Canal 1)

Madame Sousatzka, A Professora

«Madame Sousatzka» (Gr.Br./1988). Real.: John Schlesinger. Int.: Shirley MacLaine, Peggy Aschroft, Twiggy, Shabana Azmi. Cor, 115 min. *Ver Destaque*. (23.00, Canal 1)

SEGUNDA, 3

«Munkbrogreven»

(Suécia/1934). Real.: Edvin Adolphson. Int.: Valdemar Dahlquist, Sigurd Wallén, Eric Abrahamson, Weyler Hildebrand, Ingrid Bergman. P/B, 75 min. *Ver Destaque*. (15.10, Canal 1)

Amor Até ao Fim

«I Love You Perfectly» (EUA/1989). Real.: Harry Winer. Int.: Susan Dey, Anthony John Denison, Alley Mills, David Wilson. Cor, 98 min. *Drama*. (21.40, Quatro)

A Febre Continua

«Staying Alive» (EUA/1983). Real.: Sylvester Stallone. Int.: John Travolta, Cynthia Rhodes, Finola Hughes. Cor, 94 min. *Musical*. (22.00, SIC)

Infância da Arte

«L'Enfance de l'Art» (Fr./1988). Real.: Francis Birod. Int.: Clotilde de Bayser, Michel Bompouil, André Dussolier, Anne-Marie Philipe. Cor, 103 min. *Ver Destaque*. (00.10, TV 2)

TERÇA, 4

«Branningar»

(Suécia/1935). Real.: Ivar Johansson. Int.: Tore Svennberg, Sten Lindgren, Carl Strom, Ingrid Bergman, Bror Olsson. P/B, 64 min. *Melodrama*. (15.20, Canal 1)

Sem Deixar Rasto

«Without a Trace» (EUA/1983). Real.: Stanley R. Jaffe. Int.: Kate Nelligan, Judd Hirsh, David Dukes, Stockard Channing. Cor. *Drama*. (21.40, Quatro)

Sweetie

«Sweetie» (Austrália/1989). Real.: Jane Campion. Int.: Genevieve Lemon, Karen Colston, Tom Lycos, John Darling. Cor, 96 min. *Comédia*. (23.10, TV 2)

QUARTA, 5

A Solteira e o Solteirão

«Women Hater» (Gr.Br./1948). Real.: Terence Young. Int.: Stewart Granger, Edwige Feuillère, Jeanne de Casalis, Ronald Squire. P/B, 97 min. *Comédia*. (15.15, Canal 1)

Um Agente na Corda Bamba

«Tightrope» (EUA/1948). Real.: Richard Tuggle. Int.: Clint Eastwood, Genevieve Bujold, Dan Hedaya, Alison Eastwood, Jenifer Beck. Cor, 110 min. *Ver Destaque*. (21.55, Canal 1)

O Barba Ruiva

«Akahige» (Japão/1965). Real.: Akira Kurosawa. Int.: Toshiro Mifune, Yuzo Kayama, Kyoko Kagawa, Akemi Negishi. *Ver Destaque*. (23.10, TV 2)

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

— Por isto e por aquilo... —

Vende-se Um Fantasma (Quinta, 24.00, TV 2)

Mais um filme produzido por Alexander Korda a passar na RTP, o que em termos de produção significa, desde logo, alguma garantia. Sobre tudo quando - como é este o caso - o elenco, em que avulta Robert Donat, é de luxo, bem como o realizador, nada menos do que René Clair, um cineasta que durante muito tempo foi a imagem exterior do cinema francês, aqui na sua primeira experiência no cinema em língua inglesa. Um cineasta que passou por todos os géneros, desde o cinema vanguardista ao «fantástico», da comédia de costumes ao melodrama, e que foi dos estrangeiros que melhor se adaptaram aos temas e às condições de produção de filmes que realizou fora do seu país. Como este, com uma história duplamente divertida. Em primeiro lugar, porque o realizador goza fartamente com os britânicos, ao inventar a personagem de um milionário que compra um castelo escocês, habitado por um fantasma... Em segundo lugar, porque os americanos e o seu tipo de comédias para o cinema também não escapam, já que o milionário que compra o castelo (e, com ele, leva atrás o fantasma, que se vai vingando da sua sorte) é um americano que pretende reconstruí-lo pedra a pedra na Florida... Embora naturalmente envelhecido, particularmente no que toca às trucagens, o filme deve ainda ver-se com bastante agrado.

A Culpa é do Papá (Sexta, 14.55, Canal 1)

Certamente que Michael Curtiz é um dos cineastas mais carismáticos do período do cinema clássico americano. Mas esta comédia, adaptação daquele que foi um estrondoso êxito da Broadway, tem ainda a apimentá-la um naipe de intérpretes de primeira grandeza, em que se destacam Irene Dune, William Powell e, nos seus primeiros passos no cinema, Elizabeth Taylor. A história, que constitui um retrato de uma família burguesa americana na viragem do século, explora a surpresa que causa de súbito a revelação de que o respeitável (mas excêntrico) pai de família nunca tinha sido baptizado... Um filme com recepção crítica contraditória e muito extremada mas que nos parece desaproveitado numa «sessão da tarde», como vai sendo hábito.

Debaixo do Vulcão (Sexta, 22.10, Quatro)

A acção passa-se no México, nos anos 30, e acompanha a degradação de um cônsul britânico que, para esquecer o passado, sucumbe ao vício do álcool e leva uma vida progressivamente degradada, que suscita o escândalo. Excelentemente adaptado a partir de um romance homónimo de Malcolm Lowry, somos, apesar de tudo tentados a imaginar que o tom do filme, a espessura das personagens e o ambiente de loucura que perpassa pela história poderiam ter sido de outra forma concretizados em cinema se acaso atrás da câmara tivessem estado Luis Buñuel ou Joseph Losey, que, entre outros verosímiles cineastas, primeiro se interessaram pela sua adaptação. Mas John Huston, embora preferindo simplificar a acção, não deixa de ser empolgante em muitos momentos particularmente brilhantes do filme, como é o caso da cena de orgia que se desenrola num bordel. E Albert Finney tem aqui um dos mais impressionantes papéis da sua carreira. Mas reserve-se o leitor-espectador para o melhor do ciclo-Huston, que está para chegar na próxima semana. Com *A Relíquia Macabra!*

Aeroplano II - A Loucura Continua

(Sexta, 22.15, Canal 1)

Tentativa falhada de dar sequência a *Aeroplano!* - esse gozo desbragado aos filmes-catástrofe que há pouco tempo passou pela nossa televisão - esta «continuação» (que se diz situada num voo que, embora partindo para a Lua, acaba por se dirigir para o Sol!) nem sequer se aproxima do original cujo êxito pretenderia repetir. Alguns dos melhores intérpretes repetem-se e naturalmente que muitos dos «figurões» que por lá aparecem a fazer umas curtas rábulas, como Raymond Burr, Chuck Connors ou Rip Torn, devem ter gozado o seu bocado. Mas parece que o filme não chega a levantar voo...

Sob Os Céus de Paris (Sexta, 23.10, TV 2)

Segundo filme de René Clair em dois dias, o seu (e nosso) azar é a hora de exibição coincidir em parte com a do (bem mais importante) filme de Huston. Pelo que, se houver à disposição os meios necessários, talvez seja boa ideia gravá-lo para aproveitar vê-lo nos dias seguintes e assim escapar ao triste panorama televisivo do fim-de-semana. É que, não sendo uma das obras indispensáveis do realizador, trata-se de uma das suas populistas comediinhas que fazem pelo menos sorrir, coisa de que a realidade do quotidiano nos trás irremediavelmente afastados.

A Pistola do Mal (Sexta, 00.35, Canal 1)

E, se a insónia apertar, já que amanhã é Sábado, resta ainda a possibilidade de ver este *western* que, embora com uma história mais do que batida e já bem melhor encenada (os índios a raptarem a mulher e as filhas de um dos dois homens que os perseguem) e uma realização rotineira, sempre tem nos principais intérpretes dois actores respeitáveis - Glenn Ford e George Kennedy. Jerry Thorpe, o realizador, preocupa-se, sobretudo, com uma exposição demasiado crua da violência, mas há no filme sequências dignas de registo.

O Tigre de Echnapur (Sábado, 11.40, TV 2)

Trata-se de um objecto insólito e raro, este filme de Fritz Lang, em cuja escrita do argumento o realizador participou muito cedo na sua carreira para só o ter realizado em 1958 (após duas outras versões de 1920 e 1937) quando regressava à Alemanha após o exílio imposto pelo nazi-fascismo. O filme, entretanto, não conseguindo de certo modo escapar à roteira do *exotismo* de uma história passada na Índia, com um arquitecto oci-

dental envolvido com uma dançarina sagrada e sujeito às cóleras de um marajá, não é mais do que isso - insólito e raro - mas longe das grandes obras do mestre.

Febre de Sábado à Noite

(Sábado, 15.00, SIC)

Não há nada a fazer! É evidente que «tudo» aqui está neste filme para que ele se tenha tornado, no género, um dos grandes êxitos populares dos anos 70: a poderosa capacidade do cinema industrial, apoiando um realizador eficaz, a música dos *Bee Gees*, e naturalmente a desenvoltura do *Travolta*-dançarino (mais do que do *Travolta*-actor), na sua «ruidosa» estreia no cinema. E o filme que, oito anos mais tarde, seria encenado por outro realizador



Julie Andrews em «A Estrela», de Robert Wise

bem menos brilhante (*A Febre Continua*, que a SIC transmitirá na próxima segunda-feira) já não conseguiria sequer acompanhar o saber desta receita.

Os Ricos e os Pobres (Sábado, 23.30, SIC)

Com este novo episódio de Eddie Murphy, a série de filmes a ele dedicados pela SIC retoma um novo fôlego, já que é um dos melhores por ele protagonizados. Além do mais, a história é um achado na forma como constitui uma verrinosa crítica ao mundo da alta finança norte-americana. John Landis (o realizador cuja carreira ficou em definitivo marcada por esse espantoso *Blues Brothers*), faz curiosamente aqui uma paródia às comédias de Capra, mas invertendo as coordenadas morais. E atenção: não percam o gorila!

O Lutador da Rua (Sábado, 23.50, Quatro)

Retrato particularmente violento da época da Depressão, nos Estados Unidos, esta história acompanha o percurso de um vagabundo que, à força da persistência, atinge a fama no mundo do boxe, em Nova Orleães. Para além de dois excelentes intérpretes - Charles Bronson e James Coburn - o realce vai para o realizador Walter Hill, que, tendo começado a sua carreira como argumentista, acabou por se destacar como um dos novos realizadores americanos que melhor soube renovar os mecanismos do cinema negro clássico.

O Dinheiro do Céu (Domingo, 15.00, SIC)

Obra profundamente pessimista que retrata os anos posteriores à Depressão e, de forma acutilante e original, combina dois géneros cinematográficos (a fantasia sonhadora dos *musicais* e a crua realidade do cinema de temática social), *O Dinheiro do Céu* é uma das obras mais interessantes de Herbert Ross, sem esquecer que muita da força dramática do filme reside no argumento saído da pena de Dennis Potter: um vendedor de partituras de canções, cansado da sua itinerância porta-a-porta, abre uma loja mas o negócio é uma ruína, por ausência de clientes. E as coisas tornam-se mais negras quando conhece uma professora que acaba por prostituir-se e, ele próprio, é acusado do assassinio de um jovem...

A Estrela (Domingo, 16.00, Quatro)

Adaptando para o cinema a biografia de uma das actrizes mais famosas dos palcos americanos e ingleses - Gertrude Lawrence - e retratando, com o apoio de vultuosos meios de produção, os altos e baixos da sua carreira singular, este filme de Robert Wise veio a revelar-se, entretanto, bastante irregular e - diz-se - nem sempre respeitando a verosimilhança da história real, pelo que porventura veio a ser castigado nas bilheteiras e transformado num fracasso comercial. Mas, na retina do espectador, ficam alguns momentos de espectáculo que tornam interessante a sua visão.

Madame Sousatzka, A Professora

(Domingo, 23.00, Canal 1)

Seguramente um dos mais destacados realizadores britânicos, a fazer a maior parte da sua carreira nos Estados Unidos, John Schlesinger encena aqui a sensível e curiosa história de uma professora de piano que, para além de iniciar os seus alunos no mundo da criação musical dos grandes compositores, do mesmo passo os prepara para as realidades da vida. Shirley MacLaine é a emocionante protagonista principal, brilhante-



John Huston e os três principais intérpretes de «Debaixo do Vulcão»

mente acompanhada por alguns «secundários», entre os quais avulta Peggy Aschcroft. De assinalar que o argumento saiu da pena do realizador e, ainda, de Ruth Prawer Jhabvala, habitual parceira de James Ivory.

«Munkbrogreven» (Segunda, 15.10, Canal 1)

Tudo levaria a crer tratar-se de um «ciclo» dedicado aos primeiros passos de Ingrid Bergman no cinema. É que, a este filme que marca a sua estreia no cinema sueco, datado de 1934, vai suceder-se amanhã um outro (Branningar), datado do ano seguinte e ainda estava previsto para quarta-feira um terceiro, Noite de Primavera, datado de 1935 - entretanto, substituído. Pareceria que esta circunstância levaria a colocar estes três filmes (independentemente da sua maior ou menor qualidade) num espaço de programação mais adequado, tanto mais que se afiguram serem filmes inéditos junto do grande público. Mas a RTP decidiu desperdiçar os dois primeiros em duas «sessões da tarde», o que revela a progressiva desorientação e irresponsabilidade com que, na casa, se programa. Em todo o caso, aqui fica a referência a este primeiro filme da Bergman, então com 19 anos de idade.

Infância da Arte (Segunda, 00.10, TV 2)

Um outro exemplo da desorientação que referimos é ter-se colocado este filme na TV 2, num espaço (Cinema Dois) bem mais indicado para outros voos. É que o sentimentalismo desta história de amor entre dois jovens estudantes do Conservatório, mais parecendo saída dos romances fotográficos aos quadrinhos, não augura nada de bom para este filme que, ao contrário do que a RTP insinua no seu Boletim de Informação, parece não resistir a qualquer referência à influência de realizadores estimuláveis, como o ali mencionado Jacques Becker.

Um Agente na Corda Bamba (Quarta, 21.55, Canal 1)

História de ambiente sado-masoquista de um polícia de Nova Orleães, divorciado com duas filhas à sua guarda e frequentador de prostitutas, perseguindo um assassino maniaco (um ex-polícia que aquele prendera há anos) e que exerce a sua persecutória actividade nos mesmos meios que o detective frequente. Um eficaz mostruário de perversões sexuais servido no «horário nobre» do Canal 1, o primeiro... Com Clint Eastwood à mistura.

O Barba Ruiva (Quarta, 23.10, TV 2)

Um filme a um tempo extremamente cru e sensível, na linha da melhor tradição do cinema japonês, que nos conta a história de um jovem médico, egoísta e oportunista, que chega a Tóquio depois dos seus estudos em Nagasaki, para trabalhar como assistente de um médico que cuida dos pobres e dos desprotegidos. E Kurosawa dá-nos a ver, com grande sensibilidade e sentido poético e numa encenação de extrema beleza plástica, a tomada de consciência do jovem médico, progressivamente influenciado pelo humanismo do Dr. Barba Ruiva, com quem trabalha. Restamos a esperança de que este filme intensamente humanista de desprezando os espectadores, substituindo à última hora alguns grandes filmes que promove e ao mesmo tempo despreza em favor de touradas ou futebolis - sendo da nossa parte imperioso chamar a atenção para aquele que é, seguramente, o melhor filme da semana.



Shirley Maclaine, a professora de piano de «Madame Sousatzka»

Cinema

	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A Imperdoável	★★★★	-	★★★★
B Maridos e Mulheres	★★★★★	★★★★★	★★★★★
C Perfume de Mulher	★★	-	★★
D Regresso a Howard's End	★★★★	-	★★★★

Classificação de ★ a ★★★★★

- A - Real. Clint Eastwood - Cine 222 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); King Triplex/2 (14.00, 16.30, 19.15, 21.45) - Lisboa.
- B - Real. Woody Allen - Quarteto/1 (14.45, 17.00, 19.15, 21.45, 24.00) - Lisboa.
- C - Real. Martin Brest - Alfa/2 (14.00, 16.45, 21.30, 00.20); Amorelas/3 (14.00, 16.55, 21.30, 00.30); Mundial/2 (14.00, 16.45, 21.30); S. Jorge/3 (15.00, 18.00, 21.00) - Lisboa.
- D - Real. James Ivory - Mundial/2 (14.15, 16.30, 19.15, 21.45) - Lisboa.

Teatro

AUDITÓRIO NACIONAL CARLOS ALBERTO

Porto. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. O COMISSÁRIO DA POLÍCIA, de Gervásio Lobato, encenação de Júlio Cardoso.

CASA CONVENIENTE

Lisboa, R. dos Remolares, 48 (ao Cais do Sodré). De 4ª a dom. às 21.30. MENINA JÚLIA, de Augusto Strindberg, encenação de Fátima Ribeiro.

COMUNA

Lisboa, Praça de Espanha. Tel. 7271818. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. QUANDO PASSAREM CINCO ANOS, de Federico Garcia Lorca, encenação de João Mota, pela Comuna.

TEATRO ABERTO

Lisboa, Praça de Espanha. Tel. 7970969. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. A ÓPERA DE 3 VINTENS, de Bertolt Brecht e Kurt Weill, versão de João Lourenço e Vera San Payo de Lemos, coreografia de Olga Roriz, encenação de João Lourenço, pelo Novo Grupo e actores e músicos convidados.

TEATRO DO CALVÁRIO

Lisboa, Rua Leão de Oliveira, 1. Sáb. e dom. às 16.00. Tel. 3639974. O SOLDADINHO DE CHUMBO, adaptação do conto de Hans Christian Andersen, encenação de Fernando Gomes, pelo TIL - Teatro Infantil de Lisboa.

TEATRO MIRITA CASIMIRO

Monte Estoril, Av. Fausto de Figueiredo. Tel. 4670320. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. ALTA VIGILÂNCIA, de Jean Genet, encenação de Carlos Avilez.

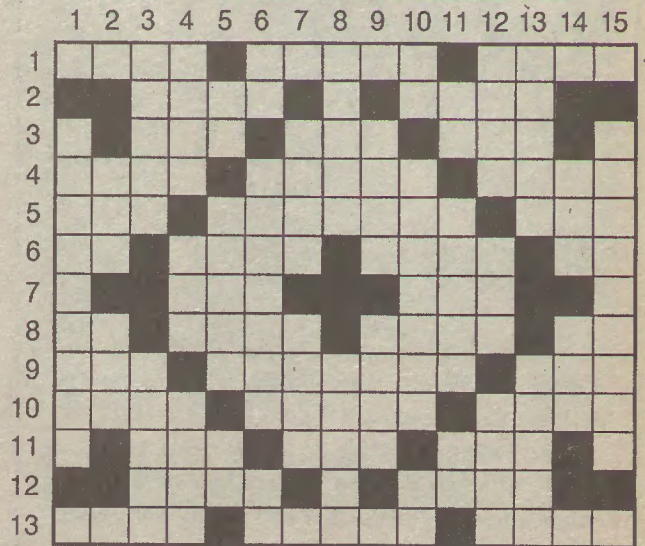
TEATRO MUNICIPAL S. LUIZ

Lisboa, Rua António Maria Cardoso. Tel. 3427172. De 2ª a sáb. às 21.30. NOME DE GUERRA-JUDITE, encenação de Maria Germana Tanger. Companhia Teatral do Chiado - De 2ª a sáb. às 21.30, e dom. às 12.00. AQUELA NUVEM E OUTRAS, de Eugénio de Andrade, encenação de Mário Viegas.

TEATRO NACIONAL S. JOÃO

Porto, Praça da Batalha. PASSA POR MIM NO ROSÁRIO, texto e encenação de Filipe La Faria.

PALAVRAS CRUZADAS



HORIZONTAIS: 1 - Adormecimento; espalhado; feiticeira. 2 - Verbal; congregar. 3 - Dificuldade; soberano; larva que se cria nas feridas dos animais. 4 - Espécie de pato; viatura; senhores. 5 - Mealheiro (pop.); (Luz de...), político português, principal chefe da revolução que implantou a República em Portugal; gavinha. 6 - Abreviatura de doutor; cantiga; sorte; campeão. 7 - 104 romanos; aqui está. 8 - Sódio (S.Q.), fazer subir, Dólmén; nome de letra. 9 - Governanta; dirige; mau humor (fig.). 10 - Lama; fécula em pó, extraída dos vegetais; brando. 11 - Imposto sobre o Valor Acrescentado; pedra de altar; oceano. 12 - Veda; metal precioso. 13 - Transpira; zombaria (pl.); cálculo aproximado.

VERTICAIS: 1 - (James Ramsay...), político britânico líder do Partido Trabalhista, primeiro-ministro em 1924, 1929, 1931. 2 - Pesar; patrão. 3 - Apelidos; torna ditoso. 4 - Rezam; mau cheiro; ovários dos peixes. 5 - Elas; invólucro acessório da semente de alguns frutos; Armada Portuguesa (inic.). 6 - Artigo antigo; dividira um mineral; aparência. 7 - Conjunto dos ramos e das folhas da planta; verseja. 8 - Fértil; terreno onde se secam os cereais. 9 - Membrana ocular colorida; dá passos. 10 - Conj. que indica alternativa ou incerteza; rancoroso; Osmio (S.Q.). 11 - Despido; diminutivo da Ana; nota musical. 12 - Intuito (fig.) pega; ensino. 13 - Fio metálico; tribunais. 14 - Remoinho na água; doçura (fig.). 15 - Diz-se do triângulo com dois lados iguais.

SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR

HORIZONTAIS: 1 - Resumir; varíola. 2 - Em; ramo; arar; el. 3 - Til; balelas; Ari. 4 - Item; natal; Alda. 5 - Nédio; rigor. 6 - Féria. 7 - Calm; rico. 8 - Maceo. 9 - Léria; fatal. 10 - Áxis; vetam; comi. 11 - Nós; caladas; lis. 12 - óD; fora; rios; Ga. 13 - Socaras; ossadas.

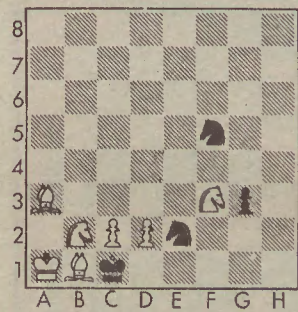
VERTICAIS: 1 - Retina; planos. 2 - Emite; êxodos. 3 - Ledo; gris. 4 - Ur; Mi; is; Fá. 5 - Mab; cor. 6 - Íman; fím; vara. 7 - Rola; ema; elas. 8 - Éter; cita. 9 - Vala; ire; adro. 10 - Aral; aio; mais. 11 - Rás; SOS. 12 - Ir; ai; aC; Sá. 13 - Algo; atol. 14 - Lerdo; amiga. 15 - Aliara; alisas.

XADREZ

CDVIII - 29 de Abril de 1993

PROPOSIÇÃO N.º 1993X033
Por: ALPHONSE GRÜNENWALD
Südfunk-Tutrnier, 1960

Pr: [4]: Pg3-Cs.é2, f5-Rç1
Br: [7]: Ps.Ç2, d2-Cs.b2, f3-a3, b1-Ral

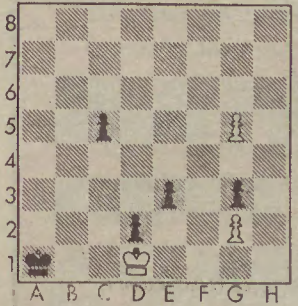


Mate em 3 lances

PROPOSIÇÃO N.º 1993X034

Por: GIA NADAREISCHVILI
Chaski, [URSS], 1964

Pr: [5]: Ps. Ç5, D2, É3, G3 - Ral
Br: [3]: Ps. g2, g5-Rd1



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º CDVIII

N.º 1993X033 [A.G.]: 1. d4!, C6-; 2. Ca4+, Rd1; 3. Cç3++ 1. Cf-; 2. Cç4+, Rd1; 3. Cç3++ 1. g2; 2. Cd3+, Rd1; 3. Cf2++
N.º 1993X034 [G.N.]: 1. g6, ç4; 2. g7, ç3; 3. g8=D, é2+; 4. R:é2, d1=D; 5. R:d1, ç2+; 6. Ré2! e br. ganham, forçando Troca de Damas.
SE: 6. R:ç2=-

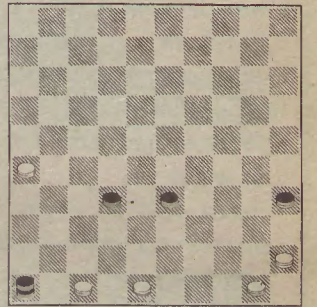
A. de M. M.

DAMAS

CDVIII - 29 de Abril de 1993

PROPOSIÇÃO N.º 1993D033
Por: HENRI CHILAND
Sécrets et Merveilles du Jeu de Dames, Paris, Ed. Stock

Pr: [4]: 32-33-35-[46]
Br: [5]: 26-45-47-48-50



Branças jogam e ganham

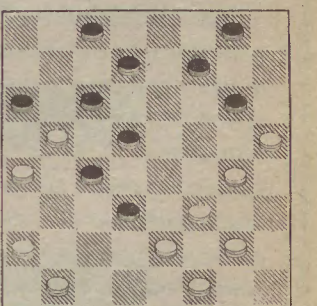
PROPOSIÇÃO N.º 1993D034

GOLPE N.º 16/93

Por: E. JACQUES

«Golpe Canadiano»

1. 12-16, 21-18; 2. 10-13, 23-19; 3. 5-10, 25-21; 4. 13-17, 19-15; 5. 11-20, 24-15; 6. 10-13, 28-14; 7. 7-12, 22-19; 8. 13-22, 27-18; 9. 1-5, 18-14; 10. 6-10, 32-28; 11. 16-20, 30-27; 12. 12-16, 28-23; 13. 9-13, 14-11; 14. 3-6 DIAGRAMA:



Pretas jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º CDVIII

N.º 1993D033 [H.Ch.]: 1. 47-41, 46x37; 2. 48-42, 37x48; 3. 45-40, 35x44; 4. 50x37, 48x31; 5. 26x37+ [Se: 26-36; 2. 36-31, 37-26; 3. =, 4. =, 26x42; 5. 48x37+]
N.º 1993D034 [E.J.]: 14. 26x22; 15. 17-26, 15-12; 16. 8-15, 19-12; 17. 6-16, 12-7; 18. 4-11, 22-19; 19. 15-22, 24-6; 20. 2-11, 27-2=D
SE: 16. 6:15, 12-7; 17. 4:11, 19:12...+

A. de M. M.

Tempo

Céu geralmente muito nublado. Períodos de chuva ou aguaceiros.



a talhe de FOICE

Maios

"Sejam realistas, peçam o impossível". Um quarto de século depois, a palavra de ordem mantém toda a magia e todo o mistério. Tal como o longínquo Maio de 68, de resto, tantas vezes explicado e nunca entendido, capítulo encerrado numa história a que afinal continuam a faltar páginas principais.

Que levou a juventude francesa a ocupar universidades, a invadir as ruas, a abalar o aconchego dos bem instalados na vida, a questionar o futuro promissor com que lhes acenavam?

Na França de De Gaulle, as certezas estavam então na ordem do dia. O chefe, como outros que mais tarde lhe seguiram as pisadas, nunca tinha dúvidas e raramente se enganava.

É verdade que o mundo estava em ebulição, que a guerra do Vietname agitava as consciências e Ho-Chi-Minh era uma bandeira de libertação; que a liberalização dos costumes já não se conformava com a velha ordem dos colégios internos; que os sentimentos de justiça, solidariedade e fraternidade ficavam apertados no colete de forças das normas instituídas; que eram ainda os tempos em que sociologia significava subversão. Mas nada disso parecia bastante para explicar o fenómeno que foi o Maio de 68 e, sobretudo para o fazer prever. Hoje, à distância de um quarto de século, apetece deixar de lado as tentativas, por ventura inúteis, de científicas explicações, e aceitar como boa a hipótese de que a juventude de então espreitou o futuro e não gostou do que viu. Que outros, mergulhados já na antecipação dos problemas, como sempre sucede a quem está agarrado à rocha, se lhe tenham juntado, não é de estranhar.

Vinte e cinco anos depois, e se é verdade que a História não se repete, é curioso - e gratificante - constatar que a sociedade tecnocrata e de sucesso não conseguiu matar a generosidade intrínseca da juventude. Pode tê-la, numa certa fase deste complexo processo que é crescer, atordoado, amordaçado, adormecido. Mas só até ao momento fatídico de chegar à tal janela do futuro, dar uma vista de olhos e não gostar do que se vê.

Também por cá, os jovens andam a espreitar. Nas escolas, nas universidades, nos centros de formação, nos locais de trabalho, nas páginas dos anúncios, nos ecrãs de televisão. E descobrem que as saídas são escassas, que as propinas são injustas, que a corrupção singra, que o desemprego cresce, que a crise afinal existe.

A maioria nunca viveu o fascismo, nunca ouviu falar do Maio de 68, nunca gritou Ho-Chi-Minh, nunca usou boinas à Che Guevara. As suas realidades são outras, e usar da palavra para protestar alto e bom som é tão natural como assistir ao concerto dos U2 ou decorar o quarto com posters de Sting.

Mas nem as PGAs de triste memória, nem a feroz competição dos jovens de sucesso, nem o branqueamento das repressões do passado conseguiram roubar-lhes a generosidade, a solidariedade, o espírito de luta, o sentido de justiça.

Eles aí estão, contra as certezas dos outros, com o seu mar de dúvidas. A pensar pela própria cabeça e a dizer de sua justiça, com toda a irreverência como lhes compete. Só os que já esqueceram os seus maios, se alguma vez os tiveram, é que podem não gostar.

■ AF

Mineiros de Aljustrel recusam encerramento das Pirites

Reunidos em plenário na segunda-feira, os trabalhadores das Pirites Alentejanas manifestaram a sua oposição ao propósito, manifestado pelo Governo e pela administração da empresa, de suspender a lavra e os contratos de trabalho a partir de dia 1 de Maio.

Numa resolução aprovada no plenário, recorda-se que «há muito que os trabalhadores e seus órgãos representativos vêm publicamente manifestando a sua preocupação e denunciando a má gestão da empresa, cujos erros são agora reconhecidos» na carta em que a administração comunica à comissão de trabalhadores a decisão de suspender a lavra e os contratos de trabalho.

Endereçando à administração a «exclusiva responsabilidade» pela eventual aplicação destas medidas, a resolução considera que elas vão prejudicar gravemente os interesses «dos trabalhadores e da população de Aljustrel em geral».

No documento, que foi entregue terça-feira à administração durante uma concentração frente aos escritórios da empresa, os trabalhadores recordam que as Pirites Alentejanas procederam recentemente «à reestruturação do seu sistema produtivo, com a implementação do projecto de Produção de Concentrados», um investimento da ordem dos 17 milhões de contos cujos resultados já se começaram a ver mas que «só poderá ser rentabilizado se produzir». «O próprio Ministério da



Indústria, nomeadamente o ministro e o secretário de Estado da Indústria, publicamente têm-se referido ao projecto como viável, tendo mesmo este último afirmado que a empresa «relançou-se com sucesso num produto que são os concentrados cupíferos» - refere a resolução.

Quanto aos trabalhadores, sublinha-se que eles se empenharam «activamente na implementação e desenvolvimento do projecto e da empresa, não lhes cabendo portanto qualquer responsabilidade na actual situação».

Neste quadro, os mineiros de Aljustrel opõem-se à suspensão da lavra e dos contratos de trabalho e reclamam «da administração da empresa e do Governo, como principal accionista, que tomem as medidas necessárias (financeiras, de mercado e outras) para manter o normal funcionamento da empresa».

Os mineiros manifestam na resolução a sua «disponibilidade para prosseguir a luta em defesa da empresa, dos seus direitos como trabalhadores e da população em geral».

Numa nota que a propósito da situação de Aljustrel divulgou à comunicação social, a Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal acusa o Ministério de Mira Amaral de se comportar como «comissão liquidatária do sector mineiro». Este Ministério da Indústria, recorda a federação, «suspendeu a laboração da lavra nas minas de Vale das Gatas, Montesinho, Argozelo, Tarouca e Borralha, que depois mandou encerrar definitivamente» e «mais recentemente deixou encerrar as minas de Jales (únicas de ouro), suspendeu a lavra na Urgeiriça (urânio), aceita o despedimento em curso na Panasqueira (mais de 350 desde o início do ano) e anunciou o encerramento das minas do Pejão em 1994», a que se soma agora Aljustrel.

Parabéns às atletas bracarenses

O grupo de estudos do PCP para a Política Desportiva enviou à professora Sameiro Araújo, treinadora da equipa feminina do Sporting de Braga, um telegrama de felicitações pela vitória alcançada na Taça dos Clubes Campeões Europeus de Estrada, que teve lugar no sábado em Ponigliano D'Arco, Nápoles. Assinado por Carlos Rabaçal, membro do Conselho Nacional do Partido, a mensagem transmite «parabéns e felicitações pela importante 7ª vitória consecutiva» das seniores bracarenses naquela competição, desejando-lhes «futuros êxitos desportivos».

Toxicod dependência motiva petição

Foi lançada no 25 de Abril e decorre até 28 de Junho a recolha de assinaturas para uma petição, dirigida ao presidente da Assembleia da República, em que se solicita ao parlamento que, «no uso da sua competência legislativa, promova a criação de uma rede pública de centros de tratamento e reinserção social de toxicod dependentes, com capacidade para assegurar, ao nível de diversos pontos do território nacional, possibilidades reais de tratamento para os muitos milhares de cidadãos afectados pela tragédia da toxicod dependência».

O texto da petição lembra que «em cada dia que passa morre um jovem no nosso país em consequência do consumo de drogas» e, enquanto a toxicod dependência «tem vindo a aumentar a um ritmo alarmante», o facto de existirem «apenas meia centena de camas de internamento em serviços públicos, vocacionados para acorrer à situação de muitas dezenas de milhares de toxicod dependentes, faz com que ao drama da toxicod dependência se acrescente a falta de auxílio ou a sujeição a instituições particulares a praticar preços insuportáveis».

Exigida readmissão de Mário Jorge

A Administração Regional de Saúde de Portalegre foi colocada perante a exigência da «imediata readmissão» do médico Mário Jorge, presidente do Sindicato dos Médicos da Zona Sul.

Reunidos em plenário, sexta-feira, 23, os médicos e o pessoal administrativo dos Centros de Saúde do Algarve aprovaram em Faro aquela exigência apresentada à ARS de Por-

talegre, porque Mário Jorge «foi despedido» após «ter divulgado na Imprensa os graves problemas existentes no Hospital Distrital de Évora, nomeadamente os relacionados com o serviço de hemodiálise».

Citada pela Lusa, a moção aprovada em Faro repudia a atitude da ARS de Portalegre, que considera «inacreditável num país democrático».

Polícias do Norte reúnem hoje

A Direcção Regional do Norte da Associação Sócio-Profissional da Polícia convocou para hoje, no Porto, uma reunião de emergência, revelou segunda-feira a Lusa, citando fonte da ASPP.

Nesta reunião, refere a agência, serão analisadas medidas a tomar relativamente à nota de culpa recebida sexta-feira pelo vice-presidente da ASPP e responsável da associação pela região Norte, Alberto Torres, que aponta para uma pena de suspensão que pode ir até aos 240 dias, pelo facto de ter participado na conferência de imprensa de 14 de Janeiro.

«O Ministério da Administração Interna e o comando-geral prosseguem a sua política de tosa violação dos direitos dos profissionais da PSP e mesmo dos direitos do Homem» cita a Lusa, acrescentando que para a ASPP «esta insistência da hierarquia e do poder em usar e abusar de medidas repressivas inqualificáveis mais não é do que a tentativa de, em vésperas de novo acto eleitoral e de aferição da representatividade associativa, esvaziar de conteúdo a lei do associativismo profissional da PSP».

«Custe o que custar, os profissionais da PSP saberão responder, da forma mais apropriada e no momento oportuno, a todas as acções que contrariem o Estado de Direito democrático consagrado na Constituição da República e que visem atingir os seus mais conhecidos dirigentes», realçou a fonte da associação.